UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

VANESSA SILVA DOS SANTOS

Permanência, pertencimento e travessia: reflexões sobre saúde mental na moradia estudantil da USP (CRUSP)

São Paulo
2021

VANESSA SILVA DOS SANTOS

Permanência, pertencimento e travessia: reflexões sobre saúde mental na moradia estudantil da USP (CRUSP)

Versão original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientador: Prof. Dr. Pablo Castanho

São Paulo
2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva dos Santos, Vanessa
Permanência, pertencimento e travessia: reflexões sobre saúde mental na moradia estudantil da USP (CRUSP) / Vanessa Silva dos Santos; orientador Pablo Castanho. -- São Paulo, 2021.
173 f.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Saúde dos estudantes. 2. Saúde mental. 3. Psicanálise. 4. Universidade. 5. Moradia Estudantil. I. Castanho, Pablo, orient. II. Título.

Nome: SANTOS, Vanessa Silva dos

Título: Permanência, pertencimento e travessia: reflexões sobre saúde mental na moradia estudantil da USP (CRUSP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pablo Castanho

Instituição: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Jorge Broide

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dra. Maria Inês Fernandes

Instituição: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Ao meu filho Heitor.

A todos os moradores do CRUSP – os de ontem, os de hoje e os de amanhã.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Pablo Castanho, pela confiança e pela orientação cuidadosa e generosa ao longo desta minha travessia. Obrigada por ter me acolhido neste processo tão transformador.

Aos colegas do grupo de orientação, por todos os nossos encontros, por tantas trocas e afeto (mesmo no modo *online*). Foi incrível tê-los por perto e poder contar com leituras tão implicadas de minha escrita. Eis o grupo: Pablo Castanho, Juliana Farah, Décio Perroni, Liliana Emparan, Gustavo Vieira, Gustavo Chiesa, Lara Mundim, Karla Carolina de Souza Oliveira, Vanessa Fernandes Tannus, Rafael Alberto da Silva, Graciele Malheiro, Magaly Abrantes, Solange Emilio, Bruno Espósito, Marina Gonzaga, Mayara Coutinho, Luciana Lafraia, Carla Arantes, Larissa Forni.

Ao professor Jorge Broide e à professora Maria Inês Fernandes, pela inspiração e pelas ricas e generosas contribuições que fortaleceram grandemente as bases de sustentação desta dissertação.

À Cristiane Curi Abud, por toda sua delicadeza, incentivo e afeto.

Aos professores Gerson Tomanari e Andrés Antúnez pela disponibilidade em acompanhar este trabalho.

A todos os professores, professoras, funcionários e funcionárias do IPUSP, por toda acolhida, cuidado e incentivo.

A todos os entrevistados e entrevistadas que gentilmente concordaram em participar desta pesquisa, agradeço imensamente pela confiança, pela disponibilidade e pela generosidade.

À Associação de Moradores do CRUSP (AMORCRUSP), pelo apoio na realização desta pesquisa.

Ao Luís, por me guiar nos caminhos cruspianos, possibilitando minha imersão no universo da moradia estudantil da USP.

Ao César Dias de Oliveira, pela oportunidade de acompanhar seu percurso de acompanhar o CRUSP.

Aos funcionários, funcionárias e residentes do Centro de Saúde-Escola Butantã, pela partilha do cotidiano e por todos os desafios que enfrentamos coletivamente. Destaco especialmente a equipe de saúde mental: Dulce Senna, Eliana Maia, Lygia Maria Pereira, Ademir Lopes Jr., Ligia Moura, Reneide Ramos, Elisabeth Ribeiro, Noeme Rodrigues, Solange Primo.

À diretora do CSEB, Ana Silvia Whitaker Dalmaso, pela confiança e por todo respaldo institucional à realização deste mestrado.

À Dulce Maria Senna, minha melhor leitora, cujo incentivo, apoio e amizade foram essenciais para a concretização deste desafio, desde o projeto até o resultado final.

A todos os meus pacientes, por me permitirem acompanhar seu percurso e por toda transformação que o contato humano me provoca. Especialmente, a todos os moradores e moradoras do CRUSP que tive oportunidade de escutar: este trabalho surgiu a partir de nossos encontros.

À amiga que o mestrado me deu, Vanessa Fernandes Tannus, obrigada pela parceria e pelo empréstimo do ombro, dos ouvidos e das palavras, tantas vezes.

Às amigas-casa, Laura Mazzini e Juliana Dimitrov, pela presença constante e essencial em minha vida.

À Adriana Fiorini, Adriana Ronchetti, Arthemis Pavoni, Carla Gonçalves, Deise Casteluccio, Fabiana Matsuda, Graziela Marcheti, Greice Klem, Katia Teruya, Laura Mazzini, Mariana Rossi, Ricardo Lemos, Ursula Liemert, William Katayama e toda a turma Psico USP 1999-2003, por tudo que vivemos ao longo dos anos de graduação (e além da graduação também). Vocês foram fundamentais em meu percurso universitário e são parte importante de quem eu me tornei. Obrigada pela amizade, pelas conversas, pelas trocas, pelas viagens e festas, por todo encontro, por todo abrigo, vocês moram em minha história e em meu coração.

A todos os colegas, professores e professoras do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientae, cujas ricas reflexões e discussões nos anos de formação ressoam ao longo de todo este trabalho.

Ao Rodrigo Blum, por sua escuta e sensibilidade ao acompanhar meu caminhar.

À Tatiana Mascarenhas pela revisão preciosa, cuidadosa e afetiva deste trabalho. E ao Gustavo Brunetti pelas aulas de francês e auxílio nas traduções.

Aos Benjamim, Glória, Israel e Sebastiana (*in memoriam*), as raízes mais antigas com as quais pude conviver (em presença e nas histórias).

Ao Reinaldo, Ismara, Fábio e Fernando, meu habitat inaugural, meu abrigo eterno e infinito.

Ao Fabio, pela presença, pelo cotidiano, pelo amor e pela parceria nas aventuras de sermos casa para nosso filho Heitor.

Tecendo a manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

2
E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

(João Cabral de Melo Neto, 1966)

RESUMO

SANTOS, Vanessa Silva dos. **Permanência, pertencimento e travessia**: reflexões sobre saúde mental na moradia estudantil da USP (CRUSP). 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A presente dissertação objetiva cartografar as múltiplas dimensões do sofrimento psíquico universitário no território da moradia estudantil da USP, o CRUSP. A entrada na universidade se configura como um momento de ruptura e de reconfiguração da identidade, no qual o sujeito se distancia de seus referenciais originários e entra em um novo mundo que possui novos referenciais e novas regras. O confronto com essa nova realidade pode ser fonte de uma crise que se manifesta de maneiras diversas e que reflete todo o contexto de mal-estar que vivenciamos na contemporaneidade. A moradia universitária, como parte das políticas de permanência estudantil, constitui-se como um espaço no qual um estudante, ao ingressar na universidade pública, pode residir pelo período determinado em que estiver cursando uma graduação ou pós-graduação. A possibilidade de pertencimento efetivo à universidade para muitos estudantes está vinculada às condições de permanência estudantil, especialmente a moradia. Neste trabalho, utilizamos a psicanálise como perspectiva teórico-metodológica de pesquisa-intervenção participativa, operando com procedimentos metodológicos, tais como a cartografia, entendida como um modo de escuta do território, e a entrevista operativa como dispositivo clínico. A partir da escuta do território CRUSP, observamos que existe no âmbito da moradia uma sobreposição de processos de transição: da juventude para a vida adulta e do mundo de origem para o mundo da universidade. Tal transposição entremundos pode se tornar ainda mais complexa quando reconhecemos a existência de questões envolvendo classe social e raça, e o acesso à universidade configura-se também como a possibilidade de mudança de lugar social. Destacamos que existe um sentimento de ameaça sempre presente na moradia estudantil, algo que configura um estado de precariedade dos objetos sociais, conforme conceito de Jean Furtos. Notamos ainda a existência de uma crise em curso na atualidade que atravessa e extrapola o contexto do CRUSP, na qual há uma incerteza sempre presente em relação à segurança e estabilidade que as instituições podem oferecer aos sujeitos – fenômeno que René Kaës nomeia como ausência do respondedor. Na moradia estudantil, o efeito de demandas primordiais cronicamente sem respostas pode levar a um estado crescente de desamparo, algo que afeta a saúde mental dos estudantes-moradores. A escuta em transferência dos entrevistados nos levou a pensar que existe no CRUSP algo da ordem do irrepresentável ou do traumático, que demanda testemunho e interlocução. Ao final deste trabalho, apontamos a importância da criação de dispositivos de apoio e ancoragem aos estudantes para que a travessia universitária possa se efetivar de maneira menos penosa.

Palavras-chave: Saúde dos estudantes. Saúde mental. Psicanálise. Universidade. Moradia Estudantil.

ABSTRACT

SANTOS, Vanessa Silva dos (2021). **Permanence, belonging and crossing**: reflections on mental health in USP's student accommodations (CRUSP). (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

This master's thesis aims to map the multiple dimensions of students' psychic suffering at the facilities of the University of São Paulo dormitory, known as CRUSP. Being admitted to college is a moment of disrupting and resetting one's identity, in which one distances oneself from original references and enters a new world having new references and rules. Facing this new reality may be the source of a crisis that manifests in several manners and reflects the context of malaise experienced in contemporary times. In-campus accommodations, as part of the policies aimed at ensuring student permanence, are a space where students attending college may live during the period of their undergraduate or graduate courses. The possibility of effective belonging to college, for many students, is linked to student permanence, especially accommodations. In this thesis, we use psychoanalysis as a theoretical and methodological perspective of participative intervention research, employing methodological procedures such as cartography, understood as means for listening to the territory, and operative interview as a clinical device. Based on listening to the CRUSP territory, we notice there are overlapping transition processes in college accommodations: from youth to adulthood and from the original world to the world of college. Such overlap between worlds might become even more complex when we acknowledge that there are issues involving social class and race, and that access to university is considered a possibility for social mobility. We highlight there is a constant feeling of a threat in CRUSP living, which constitutes a state of precariousness of social objects, according to Jean Furtos's concept. Moreover, we notice there is a crisis currently in course throughout and beyond the CRUSP context, in which there is a constant uncertainty in relation to the security and stability that institutions can offer to subjects – a phenomenon René Kaës names absence of responders. In college accommodations, the effect of primary demands chronically not being responded to may lead to a state of increasing helplessness, which affects the students mental health. Listening in transference to the interviewees leads us to think there is, in CRUSP, something in the order of the unrepresentable or of trauma, which demands testimony and interlocution. At the conclusion of this thesis, we point out the importance of creating devices for supporting and anchoring students so that their crossing through college life may take place less painfully.

Keywords: Student's health. Mental health. Psychoanalysis. University. Student accommodations.

RÉSUMÉ

SANTOS, V.S. (2021). **Permanence, appartenance et traversée**: reflections sur la santé mentale dans le logement étudiant de l'USP (CRUSP). (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Le travail présenté cherche à cartographier les plusieurs dimensions de la souffrance psychique universitaire au territoire du logement étudiant de l'Université de São Paulo, le CRUSP. Entrer à l'université est un moment de rupture et réfection de l'identité, auquel le sujet s'éloigne de ses références d'origine et entre dans un nouveau monde, qui a des références et règles nouvelles. Confronter cette nouvelle réalité peut être la source d'une crise qui se manifeste de plusieurs manières, et qui réfléchit tout le contexte de malaise qu'on éprouve à l'époque contemporaine. Le logement étudiant, étant partie des politiques visant la permanence d'étudiants, est un espace où l'étudiant, en entrant à l'université publique, peut résider pendant la durée du premier ou du deuxième cycle universitaire. La possibilité d'appartenir effectivement à l'université, pour beaucoup d'étudiants, est liée aux conditions de permanence d'étudiants, surtout le logement. Dans le cadre de cette recherche, on utilise la psychanalyse comme une perspective théorique et méthodologique de recherche-intervention participative, en employant procédures méthodologiques comme la cartographie, vue comme une forme d'écoute du territoire, et l'entrevue opératoire comme dispositif clinique. De l'écoute du territoire CRUSP, on observe qu'il y a aux logements une superposition de deux processus de transition: de la jeunesse à la vie adulte, et du monde d'origine ao monde de l'université. Cette superposition entre des mondes peut devenir encore plus complexe quand on reconnait l'existence des questions de classe social et race, et que l'accès à l'université est vu comme une possibilité de mobilité sociale. On souligne qu'il y a une sensation de menace constante au logement, ce qui forme un état de de précarité des objets sociaux, d'après le concept de Jean Furtos. On perçoit, aussi, l'existence d'une crise courante qui traverse et extrapole le contexte du CRUSP, dans laquelle il y a toujours l'incertitude en ce qui concerne la sécurité et la stabilité que les institutions peuvent offrir aux sujets – un phénomène que René Kaës appelle l'absence du répondeur. Aux logements étudiants, l'effet de l'absence chronique de réponse aux besoins primaires peut conduire à l'état d'impuissance, ce qui affecte la santé mentale des étudiants-résidents. L'écoute en transfert des interviewés nous fait penser qu'il y a, au CRUSP, quelque chose de l'ordre de l'irreprésentable ou du traumatique, ce qui demande témoin et interlocution. Dans les conclusions, on signale l'importance de la création des dispositifs de support et d'ancrage aux étudiants pour que sa traversée universitaire soit moins pénible.

Mots-clés: Santé des étudiants. Santé mentale. Psychanalyse. Université. Logement étudiant.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

1. SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: DA CRISE INDIVIDUAL AO DESAMPARO CONTEMPORÂNEO **22**

1.1. Primeira Parte - Mal-estar na universidade: notas sobre o desamparo estudantil na atualidade 22

1.1.1. Freud e o sujeito moderno 22

1.1.2. A clínica na atualidade (ou na pós-modernidade) 23

1.1.3. Notas sobre o "neossujeito" 28

1.1.4. O sofrimento estudantil dos sujeitos "individualizados" 30

1.2. Segunda Parte - Crise e Ruptura: reflexões sobre o pertencimento ao mundo universitário 33

1.2.1 Crise: modo de existência da psique humana 34

1.2.2 Ruptura: possibilidade de travessia e novos vínculos 37

1.2.3 Continuidade e pertencimento: da herança cultural ao grupo primário 39

1.2.4 Crise na universidade ou universidade em crise? 42

2. MORAR NA USP: A POSSIBILIDADE DE HABITAR UM LUGAR SOCIAL **46**

2.1. Primeira Parte - Sobre habitar a moradia universitária 46

2.1.1. Permanência universitária: a moradia estudantil 46

2.1.2. O Conjunto Residencial da USP – CRUSP 48

2.1.3. Território geográfico, território existencial 51

2.1.4. Os sentidos do morar: a casa como pele psíquica 54

2.2. Segunda Parte - A universidade como objeto social 62

2.2.1. Os excluídos de dentro 62

2.2.2. Sobre a fundação da Universidade de São Paulo 64

2.2.3. O CRUSP é a periferia da USP 67

2.2.4. O sofrimento social 70

3. OBJETIVOS E MÉTODO **83**

3.1. Objetivos 83

3.2. Pesquisa qualitativa 83

3.3. Pesquisa participativa (ou participante) 85

3.4. Pesquisa-intervenção 86

3.5. Pesquisa-intervenção psicanalítica 88

3.6. Cartografia, escuta territorial e entrevista operativa 90

3.7. Procedimentos de pesquisa 95

3.8. Análise dos resultados 98

3.9. Aspectos éticos ... 98
4. CARTOGRAFANDO AS DIMENSÕES DO SOFRIMENTO ESTUDANTIL NO CRUSP 100
4.1. Itinerário de aproximação ... 100
4.2. Escutando o CRUSP ... 102
4.2.1. As especificidades do morar no CRUSP (incluindo o momento de pandemia SARS-COV-2) ... 104
4.2.2. O sofrimento psíquico na universidade ... 119
4.2.3. Entremundos ... 127
4.2.4. A ausência do respondedor ... 138
4.3. Saúde mental no CRUSP: reflexões sobre rupturas e travessias ... 150
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRAVESSIA) ... 155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ... 159
ANEXO ... 170

INTRODUÇÃO

Desde 2012 a atuação profissional da pesquisadora tem acontecido no Centro de Saúde-Escola Samuel Barnsley Pessoa (CSE Butantã/CSEB), uma unidade de atenção primária à saúde, vinculada à Faculdade de Medicina da USP, que participa da rede municipal de saúde da região do Butantã, integrando o Sistema Único de Saúde (SUS). A área de abrangência do CSE Butantã é composta por um território amplo e diversificado, contabilizando cerca de 25 mil habitantes que residem em bairros adjacentes, incluindo a Cidade Universitária. Dessa forma, o CSEB é responsável pela saúde dos moradores do CRUSP (Conjunto Residencial da USP) e também de pessoas em situação de rua que vivem nessa universidade. Foi no âmbito do trabalho desenvolvido no CSEB que se deu o contato com as necessidades de saúde dos estudantes universitários, não somente os residentes no CRUSP, mas também aqueles que moram no entorno da unidade.

Nos últimos anos, além do aumento da procura pelos estudantes por ajuda para lidar com seu sofrimento, as questões de saúde mental na população universitária brasileira têm ganhado visibilidade, inclusive no âmbito das pesquisas acadêmicas (ASSIS, 2010; BOLSONI-SILVA; GUERRA, 2014; BOLSONI-SILVA; LOUREIRO, 2016; CERCHIARI, 2005a; GRANER, 2019; LAMEU, 2016; PADOVANI, 2014; SOUZA, 2015). Muitos desses estudos possuem um caráter mais “diagnóstico”, de levantamento de perfis em termos de acometimento de doença mental ou sintomas psiquiátricos (BOLSONI-SILVA; LOUREIRO, 2016; BRANDÃO, 2017; CERCHIARI, 2005b; NEVES, 2007). Alguns deles focam em grupos específicos de estudantes, como graduandos da área da saúde (CHIAPETTI, 2007; FACUNDES, 2005) ou, com um recorte ainda maior, de psicologia (ANDRADE, 2016), enfermagem (PAIANO, 2012; SAWICKI, 2018) e medicina (LIMA, 2006; MILAN, 2008; REGIS, 2018).

A partir dessas pesquisas, verifica-se que há grandes vulnerabilidades relativas à saúde mental na população universitária. Tais resultados levam a pensar que ações voltadas à oferta de cuidados em saúde para universitários são de grande importância. Busca-se, especialmente, garantir que o estudante consiga concluir sua trajetória na universidade, ao longo do curso de graduação ou pós-graduação escolhido, de forma a responder positivamente ao investimento feito por ele próprio, pela família, pela universidade e pela sociedade. Embora possamos encontrar alguns estudos

brasileiros que apresentam iniciativas visando a proporcionar cuidados em saúde mental e/ou apoio psicossocial para os estudantes universitários (CAMPOS, 2017; CERCHIARI, 2005a; FIGUEIREDO, 1995; MILAN, 2008; OLIVEIRA, 2008; PERES, 2004; ZALAF, 2007), a literatura a respeito não é ainda muito expressiva. Boa parte das propostas se restringe ao cuidado individual, com tendência a reconhecer os problemas no próprio aluno e em sua história de vida, sem problematizar o contexto mais amplo, ou seja, sem levar em conta que a subjetividade é atravessada por questões políticas, sociais, econômicas e culturais.

Leão, Ianni e Goto (2019a), em uma perspectiva mais inovadora, discutem o sofrimento psíquico entre os universitários no contexto das mudanças sociais contemporâneas, discriminando quatro dimensões circunstanciais: 1. Dimensão individual, que envolve a história pessoal e familiar; 2. Dimensão coletiva, relativa a opressões ou violências específicas direcionadas a determinados grupos (segmentados, por exemplo, por classe social, gênero e raça); 3. Dimensão institucional, ligada diretamente ao contexto universitário (produtivismo acadêmico, jornada de trabalho e estudo, relação com professores e colegas, condições objetivas referentes à permanência estudantil, acesso a bolsas-auxílio, infraestrutura etc.); 4. Dimensão socioestrutural e econômica (crise político-econômica, modo de produção capitalista, neoliberalismo, mudanças nos modos de organização da sociedade e na subjetividade do homem contemporâneo)[1].

Mas do que estamos falando quando falamos de saúde mental dos universitários? A entrada na universidade é um momento marcante na vida, que gera muitas expectativas a respeito de si e da instituição de ensino, além de mudanças na rotina e nas relações. Acontece, geralmente, em algum momento da transição entre a juventude e a vida adulta, quando o sujeito se vê diante de desafios, tais como a busca por independência e autonomia. Assim, a vida universitária torna-se parte do ritual de entrada na vida adulta, demandando maior responsabilização e sociabilidade por parte do estudante (ASSIS, 2010). Trata-se de um processo de (re)configuração de identidades, passível de gerar ansiedades, dúvidas e preocupações (CERCHIARI, 2005; OSSE, 2011). Para além das ansiedades ligadas a esse momento de vida, há também vulnerabilidades que fazem parte da história e do contexto do estudante. A

[1] Mais recentemente podemos incluir a pandemia SARS-COV-2, deflagrada no início de 2020 no Brasil, como um evento que vem afetando os sujeitos em todas as dimensões acima listadas.

chegada à universidade implica uma grande mudança de cenário, de rotina, de rede e de contexto sociais, e isso tudo leva o estudante a se deparar com vivências e situações novas, que também comportam desafios.

Nas últimas décadas, houve grande crescimento do acesso da população brasileira às universidades, de acordo com dados do MEC/INEP (2018). Além do aumento do número de instituições de ensino superior, assistimos ao surgimento de estratégias políticas para viabilizar o ingresso de camadas da sociedade que, por muito tempo, tiveram impedido o seu acesso às universidades. Recentemente, pudemos acompanhar o surgimento de novas formas de entrada no ensino superior além do vestibular tradicional, como ações afirmativas (“política de cotas”) e formas de financiamento estudantil pelo governo. No entanto, tal democratização do acesso não pode ser pensada sem a proposição de meios que garantam a permanência do aluno até a conclusão do curso e sua entrada no mercado de trabalho.

Assim, no contexto da universidade pública e gratuita, para alguns estudantes constitui-se como uma necessidade o benefício de políticas de permanência estudantil, voltadas para o oferecimento de tudo o que eles precisam para se manter na universidade – transporte, alimentação e moradia, principalmente. Os critérios para conseguir tais benefícios geralmente se dão a partir de avaliação socioeconômica do estudante, sendo também considerada a distância do seu domicílio de origem. Ou seja, os alunos que se beneficiam das políticas de permanência geralmente têm uma renda familiar insuficiente para custear sua permanência na universidade e/ou estão afastados de sua rede familiar e social. Desse modo, ao chegarem à universidade, esses estudantes trazem vulnerabilidades de diversas ordens, nem sempre visíveis, e se deparam com um contexto sociocultural inédito e diverso, cuja assimilação pode ser muitas vezes difícil. Assim, parece bastante necessário e urgente que se amplie a atenção voltada às demandas de saúde dessa população.

As experiências de atendimento à população universitária vividas no CSE Butantã, no contexto da atenção primária, têm levado a pesquisadora a muitas reflexões, a partir do contato com questões do campo da saúde coletiva e de sua articulação com questões do campo da saúde mental e da psicologia clínica e institucional. Assim, a proposta deste trabalho é de refletir sobre a saúde mental dos estudantes universitários, especificamente os residentes no CRUSP, a partir de um olhar que inclua suas vivências no território onde vivem, levando em conta não só as

histórias individuais, mas também o contexto coletivo, institucional e socioestrutural. A presente pesquisa objetiva, portanto, cartografar as múltiplas dimensões do sofrimento psíquico universitário no território do CRUSP.

Neste trabalho, na modalidade de pesquisa qualitativa, utilizaremos a psicanálise como perspectiva teórico-metodológica de pesquisa-intervenção participativa, operando com procedimentos metodológicos, tais como a cartografia e a entrevista operativa enquanto dispositivo clínico. Para nossa tarefa, contamos com o aporte teórico da saúde coletiva e das teorias psicanalíticas de grupos e instituições.

A saúde coletiva designa um campo de saber interdisciplinar que se consolida no Brasil a partir do movimento de reforma sanitária ocorrido no final da década de 1970 (OSMO; SCHRAIBER, 2015). Tal campo surge como crítica ao modelo de saúde pública vigente até então, pautado pelo poder médico e por dispositivos de controle de doenças, e passa a incluir na problemática da saúde questões de ordem psicossocial. Dessa forma, amplia-se o entendimento do chamado “processo saúde-doença”, que pode então ser pensado em dimensões que incluam o modo de vida das pessoas, o território onde vivem, o contexto que as rodeia, a história que as perpassa. O campo da saúde coletiva demanda olhares múltiplos, visando a trocas e (re)composições de saberes, enriquecendo, desse modo, o entendimento dos fenômenos ligados à saúde.

Assim como a saúde coletiva, a psicanálise surge da ruptura de um modelo médico de compreensão do adoecimento, abrindo o caminho da escuta a partir da dimensão inconsciente do psiquismo humano. No âmbito da saúde dos coletivos, um olhar e uma escuta psicanalíticos trazem à tona o singular dos dramas humanos. Entendemos neste trabalho que o entrecruzamento da saúde coletiva e da psicanálise engrandece ambos os campos. Citando Emília Broide (2016, p. 136), sobre a incidência da psicanálise na saúde coletiva, “a psicanálise pode lançar luz ao saber dirigido ao ‘bem comum’, como objeto de cuidado em saúde e, pelo exercício da clínica, mobilizar e trazer à tona palavras e significantes que estariam, a princípio, fora do jogo”. O desafio aqui colocado, então, diz respeito à compreensão do estado de saúde da população universitária residente no território do CRUSP, algo aparentemente afastado da práxis clínica psicanalítica, a partir justamente de um olhar clínico e psicanalítico.

Freud, o pai da psicanálise, sempre se preocupou com o campo social. No prefácio de *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), ele aponta que toda psicologia individual é também psicologia social, visto que nossa existência se dá sempre em relação a um Outro, desde as figuras parentais até a sociedade, a cultura, etc. Assim, o contexto familiar, social, político, econômico e jurídico afetam os sujeitos em seus territórios – e os efeitos disso concernem tanto à saúde coletiva quanto à psicanálise.

Vivemos em uma sociedade regulada pela lógica do capital, de acordo com um modelo neoliberal e globalizado que valoriza a performance e a capacidade produtiva. A contemporaneidade tem afetado os sujeitos e as populações de maneiras diversas, e isso inclui impactos na saúde. Onocko Campos descreve precisamente este cenário:

> A chamada "sociedade do espetáculo"[2] pressupõe um sujeito competitivo e individualista, que valoriza sua ascensão profissional e seu sucesso pessoal em detrimento de princípios solidários. [...] O processo de globalização introduz novas dinâmicas sociais em que mudanças ocorrem de modo cada vez mais rápido, exigindo do sujeito capacidade de adaptação e transformação. As relações de trabalho são precarizadas provocando tensão constante no sujeito a respeito de sua capacidade e permanência no trabalho. Em função da má distribuição de renda, da ausência de políticas públicas consistentes e da falência do Estado em gerir a educação e a segurança pública, ocorre uma explosão da violência, vitimando principalmente os bairros da periferia onde habitam pessoas de baixa renda. A relação entre o Estado e a população vai ficando marcada pela "omissão", em que o Estado não consegue garantir os direitos básicos da cidadania. Todos esses fatores contribuem para o aumento da sensação de desamparo na contemporaneidade. (2010, p. 228).

Vemos que é estreita a ligação entre a dinâmica da sociedade e os processos de adoecimento e sofrimento psíquico (BIRMAN, 2001). Onocko Campos (2013) fala ainda das muitas formas de expressão da "degradação do patrimônio simbólico", que levam a impulsividades, imediatismos, passagens ao ato, alienações e sofrimentos silenciosos, naturalizando a vida como uma "atualidade permanente, sem história" (p. 19). Trata-se de um colapso que impossibilita a transmissão de histórias familiares e institucionais:

> Vivemos um tempo de mudanças. Antigamente, o sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os

[2] Conceito criado por Guy Debord na obra *Sociedade do Espetáculo* (1967).

> mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava. [...] Hoje, a mobilidade tornou-se praticamente uma regra. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias: "desterritorialização" é, frequentemente, uma palavra para significar desculturalização. Ir para a cidade grande é deixar para trás uma cultura herdada para encontrar-se com outra. Quando o homem se encontra com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. (ONOCKO Campos, 2013, p. 20).

Tais apontamentos levam a pensar que, para compreender a subjetividade contemporânea, é preciso superar a falsa dicotomia entre individual e coletivo. As teorias psicanalíticas de grupo buscam desenvolver reflexões a respeito da articulação entre singular e plural, entre subjetividade e grupalidade. O interesse dessas teorias, de acordo com René Kaës, se assenta tanto em relação aos "efeitos do inconsciente sobre os processos de grupo, como pelos efeitos de grupo sobre os processos psíquicos" (KAËS, 2003, p. 8).

De acordo com o pensamento kaesiano, a crise no mundo moderno caracteriza-se por uma desorganização social e cultural que já não oferece mais aos sujeitos as garantias metassociais e metapsíquicas que antes os sustentavam. Tal desequilíbrio de garantias atinge, segundo o autor, "os fundamentos da ordem simbólica: à lei que se impõe a todos e organiza o conjunto, substituem-se o arbitrário e a anomia" (KAËS, 2003, p. 7). O autor compreende o grupo como forma de "restaurar as funções metapsíquicas sobre as quais assentam os suportes e os pactos de renúncia, a eficácia dos interditos estruturantes, as marcas identificatórias, as crenças e representações partilhadas" (KAËS, 2003, p. 8). Assim, o grupo é aquilo que sustenta os sujeitos no mundo compartilhado, dentro de um determinado pacto social.

De acordo com Fernández (2006), a complexa tensão entre singularidade e coletividade coloca muitas questões para o campo grupal. Segundo a autora, o problema da relação indivíduo-sociedade pode ser considerado de diferentes pontos de vista, destacando dois extremos: de um lado, posições que tomam o indivíduo como referência, pensado enquanto realidade em si mesmo, sendo o grupo e a sociedade considerados generalizações teóricas consistentes com a realidade individual; de outro lado, considera-se que apenas o grupo e a sociedade são reais, enquanto o indivíduo é visto como um produto de seu ambiente, um cruzamento de

relações sociais. Porém, embora colocados muitas vezes em posições antagônicas, quando falamos do singular e do coletivo, não estamos falando de contrários. Citando Fernández:

> [...] indagações como: qual é a dimensão do social histórico na constituição da subjetividade?, qual é o papel da subjetividade nos processos histórico-sociais? expressam a necessidade atual de acabar com as formas antinômicas de pensar essa questão (2006, p. 32).

De acordo com a autora, faz-se necessário desconstruir tanto a "ficção do indivíduo", que impede a reflexão sobre qualquer "a mais grupal", quanto a "ficção do grupo como intencionalidade", que faz pensar que o "a mais grupal" é proveniente de intenções, desejos ou sentimentos do grupo tomado como unidade. Para essa desconstrução, destaca as contribuições da categoria de "intermediário" apresentada por Kaës. Segundo Fernández, tal categoria "conserva a presença do polo social em sua análise da dimensão grupal" (2006, p. 51), não considerando, portanto, nem o indivíduo como unidade indivisa nem o grupo como entidade autônoma. Mais tarde, Kaës (2010) desenvolve em sua obra o conceito de alianças inconscientes como elemento intermediário entre o intrapsíquico e o intersubjetivo, postulando que é no âmbito das alianças inconscientes que participamos da coletividade como "sujeitos do vínculo".

Fernandez, apoiada em Kaës, aponta que, sendo o ato de articular próprio do que é intermediário, temos como resultado a redução de antagonismos. Dessa forma, a categoria do intermediário (ou das alianças inconscientes) contribui para as reflexões sobre a articulação psicossocial, propondo uma mudança de paradigma: "de um critério antinômico de indivíduos vs sociedades para uma operação conceitual que possa evitar uma falsa resolução reducionista e se permita sustentar a tensão singular-coletivo" (FERNÁNDEZ, 2006, p. 56).

Retomando as reflexões sobre a vida em sociedade, o próprio grupo assume um papel intermediário, mediador entre as diversas relações e movimentos sociais, culturais, econômicos e políticos. Em seu aspecto intermediário, o grupo faz função de socialização, assegurando

> [...] a continuidade e passagem entre o grupo primário (a família), os grupos secundários (grupos de pares, grupos de aprendizagem,

> grupos de pressão) e o corpo social. É nestes grupos que se estabelecem e se transmitem os contratos que organizam os saberes comuns, os ideais partilhados, os sistemas de defesa e de proteção mútuos (KAËS, 2003, p. 11).

É de nosso interesse neste trabalho compreender como têm se dado os processos de socialização no âmbito universitário, particularmente no ambiente do CRUSP. Entendendo que as garantias que sustentam os sujeitos e a vida em comunidade estão abaladas na contemporaneidade, tal crise também se faz presente no ambiente universitário. Conforme dito no início desta introdução, as respostas apresentadas em face à problemática do sofrimento estudantil têm sido de cunho mais individualizante, nem sempre levando em conta que o sofrimento individual se dá em um contexto muito mais amplo.

No primeiro capítulo desta dissertação, discorremos a respeito do sofrimento estudantil universitário, localizando-o no contexto do mal-estar contemporâneo, partindo do texto de Freud sobre o mal-estar na cultura e apoiando-nos também em autores contemporâneos, como Joel Birman, Pierre Dardot, Christian Laval, entre outros. Ainda neste capítulo, apresentamos os conceitos de crise e ruptura em René Kaës para propor considerações acerca da entrada no mundo universitário.

No segundo capítulo, nos dedicamos a falar sobre a questão da mudança de lugar objetivo e subjetivo para alguns estudantes, decorrente da entrada na universidade, bem como no CRUSP, destacando a importância das políticas de permanência estudantil. Apresentamos a casa como elemento intermediário entre o sujeito e o mundo, apoiando-nos no conceito de *habitat* interior e na ideia de casa como pele psíquica, de Alberto Eiguer. Ainda no segundo capítulo, retomamos algo da história da Universidade de São Paulo (USP) para falar das condições de acesso e pertencimento à universidade, incluindo em nossa discussão o conceito de sofrimento de origem social e especialmente a ideia de perda de objetos sociais de Jean Furtos.

No terceiro capítulo, apresentamos os objetivos e metodologia da presente pesquisa, apoiada em uma lógica cartográfica e de escuta territorial, conforme desenvolvida por Jorge Broide e Emilia Estivalet Broide.

No quarto capítulo, expomos os dados produzidos pela escuta do território cruspiano, por meio da cartografia e das entrevistas operativas.

No quinto e último capítulo, tecemos algumas considerações finais, incluindo apontamentos para o incremento do cuidado psicossocial ofertado aos moradores do CRUSP.

1. SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: DA CRISE INDIVIDUAL AO DESAMPARO CONTEMPORÂNEO

Propor considerações acerca da saúde mental dos estudantes universitários implica refletir sobre uma crise que se faz presente em diversos âmbitos. Tal crise, embora se manifeste individualmente, diz respeito a todo o contexto no qual os estudantes se encontram inseridos. Cada indivíduo e cada grupo social sempre está contido em um grupo maior, preexistente. Kaës (2010) utiliza o termo *metaenquadre* para nomear essa moldura mais ampla que determina as relações entre os sujeitos.

Para falar sobre a saúde mental dos estudantes universitários, este capítulo foi dividido em duas partes: a primeira delas aborda o âmbito macrossocial da questão (a moldura maior) e busca propor reflexões sobre o sofrimento estudantil na atualidade, problematizando o mal-estar no contexto da pós-modernidade; já a segunda parte, levando em conta os âmbitos intra e interpsíquico na constituição da subjetividade, procura tecer considerações acerca dos conceitos de crise e ruptura na obra de Kaës, de modo a gerar reflexões sobre a entrada na vida universitária. Como eixo norteador em ambas as partes, destaco o conceito freudiano de desamparo (*Hilflosigkeit*).

1.1. Primeira Parte - Mal-estar na universidade: notas sobre o desamparo estudantil na atualidade

1.1.1. Freud e o sujeito moderno

Em 1930, enquanto o mundo se recuperava da Primeira Grande Guerra e quando já se anunciavam os movimentos iniciais da ascensão do nazismo na Europa, Freud publicava o texto *Mal-estar na Civilização*, no qual buscava circunscrever o mal-estar do sujeito na modernidade. Nesse artigo, o autor descreve seu ponto de vista acerca da tragédia da condição humana, postulando que haverá sempre obstáculos impostos pela civilização/cultura à busca de prazer e evitação da dor. Isso se dá por causa da posição de fragilidade estrutural do sujeito, relacionada a três grandes fontes de desamparo: a corporeidade, as ameaças da natureza e as relações humanas.

Em seu texto, Freud opta por estudar o conflito inerente às relações humanas, levando em conta que o contato com a alteridade pode gerar concomitantemente identificação e amparo, desencontro e insatisfação. Roudinesco sintetiza o

pensamento freudiano sobre o paradoxo da civilização, que protege os sujeitos, ao mesmo tempo que os faz sofrer:

> É papel da cultura, por meio das instituições que a materializam – o Estado, a família – remediar essa causa de sofrimento, mas, na medida em que os remédios propostos pela cultura são coercitivos e se afiguram outros tantos limites à busca do prazer, ela logo se evidencia como uma nova fonte de sofrimento. (1998, p. 491).

Assim, o homem não pode viver plenamente feliz na civilização, mas não conseguiria sobreviver fora dela – esse é o enunciado do desamparo estrutural pressuposto então por Freud. Essa trama se complica na medida em que o autor postula a pulsão de morte como força antagonista à pulsão de vida; tal dualidade pulsional funciona como motor do psiquismo e entra em jogo também na vida social. A civilização busca controlar a pulsão de morte (ou destrutividade) dos homens, mas, pelas renúncias que ela impõe, também fomenta agressividade e destruição.

De acordo com Birman (2000), no texto referido, Freud abandona a ideia de "cura" para o desamparo, apontando a necessidade de que cada sujeito realize sua "gestão interminável e infinita do conflito" (p. 129) como forma de "driblar" o desamparo originário. Se não há cura para o sofrer, há possibilidade de que o sujeito, tendo ciência da incurabilidade, possa dominar a gestão do próprio sofrimento, e tal tarefa inclui o investimento nos laços sociais, bem como a produção de obras no campo social, para si e para os outros. Portanto, freudianamente, a gestão do mal-estar deve ser feita também no âmbito social, visto que nossa existência se dá sempre referida ao Outro.

1.1.2. A clínica na atualidade (ou na pós-modernidade)

Joel Birman, ao longo da obra *Mal-estar na Atualidade*, propõe uma "releitura do discurso freudiano com os olhos cravados na atualidade" (2000, p. 35), fazendo, inclusive, uma crítica à própria psicanálise, enquanto produtora de "individualidades homogeneizadas" (2000, p. 35), ou seja, que não apresentam singularidades, baseadas em um certo estereótipo da psicanálise ou do sujeito psicanalítico. O autor fala de um certo ensimesmamento da psicanálise que levou à criação de um abismo entre seus fundamentos e os da cultura atual, o que provocou uma drástica diminuição da demanda psicanalítica, ao lado do aumento do interesse por outras modalidades

de “tratamento”, como autoajudas, religiões, psicofármacos, drogas e, mais recentemente, os *coachings*.

Para Birman (2000), a psicopatologia na pós-modernidade é caracterizada pelo paradigma biológico ou das neurociências. Nesse cenário, as psicoterapias, incluindo a psicanalítica, foram colocadas em um plano secundário ou acessório enquanto modalidades terapêuticas, à medida que o medicamento se tornou o grande protagonista em termos de intervenção. A própria psicanálise, como citamos, passou a ocupar um lugar periférico face ao destaque dado ao discurso psiquiátrico. Um dos efeitos colaterais dessa perda de lugar tem levado a psicanálise a incorporar em seu discurso alguns referenciais teóricos do discurso psiquiátrico, descaracterizando-se.

De acordo com Birman (2000), há uma grande preocupação da psicopatologia atual em encontrar para si um fundamento biológico, buscando um *status* científico, a partir de instrumentos teóricos fornecidos pelas neurociências. A aplicação de um entendimento neurocientífico sobre o psiquismo implica uma concepção do funcionamento psíquico como algo redutível ao funcionamento cerebral/biológico, podendo a subjetividade então ser traduzida em uma linguagem bioquímica. Citando Birman:

> Essa transformação epistemológica produziu mudanças terapêuticas imediatas. A psicofarmacologia se transformou no referencial fundamental da terapêutica psiquiátrica, dado que as neurociências pretenderam fundar uma leitura do psiquismo. Com isso, a medicação psicofarmacológica pretende ser a modalidade essencial de intervenção psiquiátrica. Em consequência disso, a psicoterapia tende a ser eliminada do dispositivo psiquiátrico, transformando-se num instrumento totalmente secundário face à intervenção psicofarmacológica. (2000, p. 194).

Temos que a narrativa sobre o sofrimento foi destituída de lugar, enquanto a intervenção psiquiátrica, por meio essencialmente do medicamento psicotrópico, tomou para si o protagonismo da terapêutica voltada para o sofrimento psíquico.

Frente ao mal-estar, a clínica médica já não pretende mais a cura em seu sentido clássico, mas a mera regulação dos sintomas, a partir da administração do medicamento. De acordo com Birman,

> [...] o medicamento se transforma no vetor da nova construção nosográfica, pois aquele seria o eixo da regulação corpórea. Assim, a leitura do mal-estar corporal assume uma direção totalmente funcional

> e não mais etiológica. Além disso, as dimensões da história do enfermo e tempo da doença se transformam em questões secundárias diante do investimento realizado no disfuncionamento corpóreo e espacial da enfermidade (2000, p. 197).

Podemos pensar que, para o paciente que pede ajuda, já não se coloca mais em questão os motivos de seu adoecimento, almejando-se apenas a recuperação de seu "bom funcionamento", ou seja, que volte a desempenhar suas tarefas com eficácia. "A ideia de história de uma subjetividade, articulada com o eixo do tempo, tende ao silêncio e ao esquecimento" (BIRMAN, 2000, p. 198). Se o sofrimento já não pode mais ser narrado como parte da história do sujeito, tudo o que resta são dores, sintomas e síndromes corporalmente localizados, dificultando a possibilidade de que o sujeito venha a se historicizar.

Birman (2000), analisando publicações especializadas na literatura científica no campo da psicopatologia atual, assinala que há destaque para três tipos de enfermidades contemporâneas: as depressões, as toxicomanias e a síndrome do pânico. O autor propõe que nos questionemos sobre as evidências clínicas da psicopatologia e a suposta cientificidade da psiquiatria, buscando essencialmente entender qual seria o "estilo de sujeito" destacado na atualidade, ou seja, quais seriam os ideais e valores subjacentes às individualidades no mundo pós-moderno que levariam a modos "típicos" de adoecer.

Para tal tarefa de questionamentos, é necessário colocar em destaque algumas descrições da sociedade atual por autores que têm se tornado referência no assunto, segundo o ponto de vista de Birman (2000). No final dos anos 1960, Guy Debord denominou a sociedade pós-moderna como "sociedade do espetáculo", enquanto no final dos anos 1970, Christopher Lasch falava sobre a "cultura do narcisismo". Pela noção de "sociedade do espetáculo", Debord apontava que "a demanda de engendramento do espetacular definia o estilo de ser das individualidades e da relação entre essas na pós-modernidade" (BIRMAN, 2000, p. 200). Trata-se de uma ideia segundo a qual os atores sociais se inserem como personagens no cenário social, exibindo-se e teatralizando-se, numa economia da subjetividade na qual a aparência e a exterioridade valem ouro. Esse modo de "exaltação do eu e estetização da existência" (BIRMAN, 2000, p. 200) pelos indivíduos apresenta-se de maneira muito consonante com o estereótipo do indivíduo pós-moderno na chamada "cultura do narcisismo".

> [...] a exigência de transformar os incertos percalços de uma vida em obra de arte evidencia o narcisismo que o indivíduo deve cultivar na sociedade do espetáculo. Nesta medida, o sujeito é regulado pela performatividade, mediante a qual compõe os gestos voltados para a sedução do outro. Este é apenas um objeto predatório para o gozo daquele e para o enaltecimento do eu. As individualidades se transformam, pois, tendencialmente, em objetos descartáveis, como qualquer objeto vendido nos supermercados e cantado em prosa e verso pela retórica da publicidade. Pode-se depreender, com facilidade, que a alteridade e a intersubjetividade são modalidades de existência que tendem ao silêncio e esvaziamento (BIRMAN, 2000, p. 201).

De acordo com Birman (2000), para a manutenção do espetáculo na cena social e a captação narcísica do outro, se faz necessária como condição *sine qua non* a mediação da imagem, destacando o papel da mídia, por via da qual a cena pública se desenha em imagens. O produto imagético produzido pela mídia constitui-se como um simulacro que perpassa o tecido social e borra as fronteiras do que é original e cópia, verdadeiro ou falso, real ou não, de forma que

> [...] ser e parecer se identificam absolutamente no discurso narcísico do espetáculo. [...] Com isso, o que o sujeito perde em interioridade ganha em exterioridade, de maneira que aquele é marcadamente autocentrado. Nesse sentido, o sujeito se transforma numa máscara, para exterioridade, para a exibição fascinante e para a captura do outro (BIRMAN, 2000, p. 201).

No contexto das duas últimas décadas, com o incremento do mundo digital, o surgimento das redes sociais radicaliza a ideia proposta por Birman: o sujeito se esconde atrás de um avatar por ele mesmo inventado, como um representante de seu eu-ideal, que responde às supostas expectativas do outro sobre ele ou sobre sua performance.

Assim, para Birman (2000), o sujeito exteriorizado é o novo sujeito “fora-de-si”, que já não é mais o sujeito alienado do discurso psiquiátrico do século XIX, identificado com a psicose e a perda da razão. E esse novo sujeito autocentrado já não é mais representado de maneira negativa, ao contrário: ele é produzido e estimulado socialmente, pela mediação das imagens exibidas na cena social.

Retomando a discussão sobre a psicopatologia na atualidade, temos que a noção de sujeito “dentro-de-si”, interiorizado, se encontra em declínio. Os sujeitos já

não sabem muito de si, não conseguem nomear suas aflições nem narrar sua história, carecendo inclusive de interlocução para tal. Para Birman, a oposição dentro-de-si / fora-de-si perdeu o poder simbólico de delimitar as fronteiras entre o sujeito e o outro, de forma que “as noções de alteridade e intersubjetividade se esvaziam e tendem ao silêncio na sociedade narcísica do espetáculo” (2000, p. 203). Segundo o autor, uma das consequências desses fenômenos é o colapso das noções de memória e temporalidade psíquica dentro da racionalidade psicopatológica, que põe em destaque a noção de espaço, colocando a subjetividade como algo na superfície (ou superficial).

Assim, o discurso psicopatológico pós-moderno se encontra diante de grandes transformações e rupturas nos modos de concepção dos sujeitos. As psicoses já não possuem o mesmo relevo no horizonte psicopatológico da atualidade, não são mais as representações paradigmáticas do sujeito fora-de-si. Em contrapartida, de acordo com Birman (2000), atualmente há grande interesse nas perversões, como paradigma do apagamento das fronteiras entre o sujeito dentro-de-si e o sujeito fora-de-si e, nesse sentido, apagamento da interioridade dos sujeitos e da alteridade do outro. Citando Birman: “A mundaneidade pós-moderna valoriza os carreiristas e oportunistas, que sabem utilizar os meios de se exibir e de capturar o olhar dos outros, independente de qualquer valor.” (2000, p. 204).

As depressões, as toxicomanias e a “síndrome do pânico”, embora acometam indivíduos, se configuram como sintomas sociais. A cultura da exaltação desmesurada do eu é produtora de sujeitos deprimidos e “panicados”, visto que é impossível a ascensão de todos à posição de protagonistas permanentes da cena social. Paradoxalmente, nessa cultura não há cadeira cativa para os deprimidos e “panicados”, que são, desse modo, deixados de fora da cena social. Quanto às toxicomanias, estas seriam o avesso da falta de vigor da depressão ou do terror paralisante do pânico, seja pela via da medicalização psiquiátrica, seja por meio do mercado das “drogas pesadas”. Citando Birman:

> Para os ferrados que não conseguem dizer “cheguei” de peito inflado, a fórmula mágica é a alquimia, para mudar a circulação dos humores. É preciso dar uma pancada química na bílis negra, nos dizem os novos especialistas da alma sofrente. Assim seria possível, acreditam aqueles, retirar as individualidades do cenário “dark” e inseri-los na cena colorida da representação e do espetáculo. Como os humores são essências eternas e universais destituídas de história e memória,

> basta a incidência de certas dosagens alquímicas para balançar a economia dos humores para outros pontos de equilíbrio. (2000, p. 205).

Assim, tanto pela via da medicalização quanto pelo uso de drogas, as individualidades conseguem garantir seu ingresso na sociedade do espetáculo, mesmo que por tempo limitado.

Birman (2000) problematiza a dificuldade da psicanálise de se confrontar com esse sujeito narcísico da sociedade do espetáculo. Para o autor, a psicanálise sempre esteve calcada nos pressupostos da era moderna, segundo os quais reinavam os sujeitos interiorizados e reflexivos dentro-de-si, de alguma forma capazes e desejosos de produzir conhecimento sobre si. De modo que, na pós-modernidade, a psicanálise entra em crise, tendo em vista certa dificuldade de se reinventar diante dos novos cenários pós-modernos.

1.1.3. Notas sobre o “neossujeito”

Dardot & Laval (2016), interessados em estudar a sociedade atual a partir das inflexões produzidas pelo neoliberalismo, apontam o quanto o modelo político-econômico vigente afeta também a economia do psiquismo. Destacam a noção de homem neoliberal como o homem competitivo, fruto de relações sociais mercantilizadas (de produção e consumo) e emancipado em relação às “tradições, raízes, apegos familiares e fidelidades pessoais” (2016, p. 323). Para os autores, o neoliberalismo participa também da gestão das mentes, propondo uma “homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa” (p. 326). Sobre esse sujeito neoliberal ou “neossujeito”, dizem:

> Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – metodologia institucional que se encontrava em crise há muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui. [...] Não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao *status* de objeto passivo; trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o

> projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o "colaborador" da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Assim, temos que o sujeito já não veste mais a camisa da empresa: ele *é* a empresa, trabalha para a empresa como se trabalhasse para si mesmo, como se fosse ele comandando a si próprio. É, portanto, ardiloso o mecanismo neoliberal de gestão de mentes, que faz os sujeitos servirem à "máquina" ou ao "sistema" como se estivessem plenos de livre-arbítrio e, nesse sentido, prescindindo de qualquer tipo de controle externo. De acordo com Dardot & Laval (2016), chega-se ao cúmulo da alienação a pretensão de fazer suprimir qualquer sentimento de alienação – o sujeito acredita que obedece a si próprio quando, na verdade, obedece ao Outro (neoliberal), que fala em voz baixa dentro de si. O mecanismo de gestão de mentes neoliberal faz coincidir o desejo do sujeito com o desejo do Outro. Já não estamos mais no registro moderno da sociedade disciplinar e da busca de eficácia; na pós-modernidade o que se almeja é o desempenho enquanto performance e gozo de si.

Dardot & Laval retomam algo do consenso da literatura contemporânea sobre a clínica atual para falar dos efeitos patológicos dos quais os (neo)sujeitos e instituições, no contexto do neoliberalismo, não escapam. De maneira geral, percebe-se o "definhamento dos quadros institucionais e das estruturas simbólicas nos quais os sujeitos encontravam seu lugar e sua identidade" (2016, p. 361) como consequência direta da mutação das instituições em empresas – "é à maneira da empresa que toda instituição participa da normatividade" (2016, p. 362). O papel das instituições na construção de identidades, atribuição de lugares e mediação das relações, impondo limites, vai aos poucos sendo dissolvido, enquanto a "neogestão" das instituições, que as transforma em empresas, propõe um novo princípio de "superação contínua dos limites" a tudo e a todos, e isso tem efeitos diversos.

Destaca-se aqui a explosão atual de diagnósticos de depressão. De acordo com Dardot & Laval, "a depressão é, na verdade, o outro lado do desempenho, uma resposta do sujeito à injunção de se realizar e ser responsável por si mesmo, de se superar cada vez mais na aventura empresarial" (2016, p. 366). O que está em questão nas depressões contemporâneas já não tem mais relação com algo que falte ao sujeito enquanto objeto de desejo, mas é com a própria performance que o

indivíduo se sente em falta, insuficiente, disfuncional. “O depressivo é um homem em pane”, dizem Dardot & Laval (2016, p. 16), retomando Alain Ehrenberg.

A depressão é o negativo da normatividade, o avesso do discurso da performatividade do sujeito neoliberal, que se realiza e é sempre bem-sucedido. O depressivo, ao contrário, é o fracassado, o que depende de ajuda, que não alcança as metas impostas pela sociedade e que está fora da regra geral de felicidade. É, portanto, o próprio fracasso que se patologiza na sociedade neoliberal. Em decorrência, não é de se estranhar que os sujeitos busquem o tempo todo formas químicas de “turbinar” a própria performance, em busca de sucesso, ou se entorpecer para não ter que lidar com nenhum tipo de dor ou sofrimento por estarem aquém do que é valorizado no *mainstream*. Na contemporaneidade, o medicamento é alçado à condição de um novo deus: “faz as vezes da instituição que não apoia mais, não reconhece mais, não protege mais os indivíduos isolados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 367). Além da questão dos medicamentos, do entorpecimento (legal ou ilegal, pouco importa), há também disponíveis outros artifícios para aliviar o fardo da vida contemporânea: consumo compulsivo de mídias visuais, de mercadorias, de alimentos etc., recursos que também funcionam como próteses psíquicas em face ao desalento das instituições em dissolução.

1.1.4. O sofrimento estudantil dos sujeitos “individualizados”

Leão, Ianni e Goto (2019b) localizam o sofrimento universitário no raio das transformações sociais que temos vivido nas últimas décadas. A sociedade individualizada, de consumo e desempenho/performance está no cerne dessa problemática. A partir do conceito de individualização proposto por U. Beck, os autores apontam que

> [...] as crises produzidas social e institucionalmente são percebidas como crises individuais, à medida que se fragilizam as instituições e redes de proteção social, cada vez menos preparadas para lidar com o sofrimento e adoecimento psíquicos (LEÃO; IANNI; GOTO, 2019b, p. 51).

O conceito de individualização está referido a um processo sócio-histórico, relativo à perda de garantias experimentada pelos sujeitos diante da dissolução dos referenciais sociossimbólicos e institucionais que (n)os sustentavam. Se na

modernidade os riscos sociais – porque mediados por instituições de referência – eram coletivizados, na atualidade já não se apresentam mais possibilidades de mediação, de forma que o sujeito assume os riscos para si, responsabilizando-se individualmente pelas consequências de suas escolhas. Encontram-se os sujeitos, portanto, remetidos à "solidão da autorresponsabilidade, da autodeterminação e da autoameaça do viver e do amar, para as quais não estão preparados, tampouco equipados pelas condições externas*"* (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2017, p. 18 apud LEÃO; IANNI; GOTO, 2019b, p. 54).

Tal sobrecarga diante da autorresponsabilização individual, juntamente com a perda de referências, adoece os sujeitos, que passam a se sentir incapazes de decidir e agir. Assim, nesse

> [...] quadro duplo e contraditório do processo sócio-histórico de individualização: os indivíduos se desoneram dos vínculos tradicionais da sociedade industrial moderna, mas são pressionados pelas demandas e regulações do mercado de trabalho e das necessidades de consumo e subsistência (LEÃO; IANNI; GOTO, 2019b, p. 54).

A insegurança atinge também as condições materiais de existência, incluindo a possibilidade de entrar na universidade e no mercado de trabalho. Houve um tempo em que uma formação universitária se configurava como uma garantia de acesso aos postos de trabalho, mas já não podemos dizer que isso se mantém: não há mais segurança no futuro.

A própria universidade foi perdendo seu caráter de mediação entre os estudantes e a realidade social, conforme tem se tornado uma espécie de universidade-empresa, nos termos de Dardot & Laval (2016), prezando pela eficiência e racionalidade administrativa, bem como pelo desempenho e performance dos alunos, com metas e cobranças que buscam transmutar os estudantes em sujeitos empresariais. Pinel (2019b) denomina como "modelo gestionário" essa forma de gestão organizacional na qual se observa o abandono gradual dos "ideais de dignidade" (valores instituintes presentes na fundação de um projeto institucional) em nome dos "ideais de utilidade" (busca de eficácia, performance, resultados, muitas vezes desconsiderando os valores fundantes da instituição).

Podemos entender que a missão fundante da universidade pública, a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, é de incentivar a criação e disseminação de

conhecimento nas diversas áreas do saber, contribuindo para melhorias na vida das pessoas e, dessa forma, dando retorno à sociedade pelo investimento que dela recebeu. É a sociedade o princípio e a referência de normas e valores que a universidade deve adotar. Porém, dentro da lógica gestionária, o que parece ter mais importância é a produtividade, a eficácia, o reconhecimento internacional, a busca de excelência, o sucesso e os benefícios para grupos particulares. Dessa forma, a universidade tem tomado a si própria como referência (e não a sociedade), em consonância com a lógica gestionária neoliberal, na qual os ideais institucionais de utilidade substituem os ideais de dignidade.

Tal modo de funcionamento tem impacto no cotidiano das práticas docentes e discentes. Professores e alunos estão sob o jugo das instituições de fomento à pesquisa, e isso implica submeter-se a regras de um jogo das quais não participaram da construção. É preciso produzir, é preciso produzir rápido e muito. A preocupação com a média ponderada dos alunos ou com a nota dos programas de pós-graduação ganha proporções volumosas. Isso impõe inquietações relativas à performance acadêmica e um ritmo de competição, principalmente entre os alunos. Nesse contexto, os colegas tornam-se adversários na corrida pelas bolsas-auxílio, por exemplo, o que dificulta ou até mesmo impede o estabelecimento de laços de afeto, de confiança, o compartilhamento de ideias e vivências, e tudo isso tende a tornar a vida universitária muito penosa.

Em relação à questão do sofrimento psíquico na universidade, quando os estudantes procuram algum tipo de amparo em saúde mental, não é incomum que busquem inicialmente por soluções químicas ou medicamentosas. Mais do que buscar algo capaz de proporcionar alívio ao seu mal-estar, procuram também por algo que possa turbinar seu desempenho. Da mesma forma, nem sempre o primeiro pedido de ajuda pelos estudantes é por escuta ou aconselhamento; muitas vezes eles vêm em busca de um diagnóstico, um código de um manual psiquiátrico, pois não se dá de forma automática o entendimento de que o adoecimento possa ter relação com sua interioridade, sua história, seu contexto. Ao contrário, busca-se uma causa externa, algum tipo de alteração na bioquímica do cérebro – e nesse sentido não é de se espantar, nos últimos anos, a explosão de diagnósticos de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), bem como o aumento da prescrição do medicamento correspondente (LANDMAN, 2015). Tais constatações vão ao encontro

da dificuldade dos sujeitos pós-modernos em construir uma narrativa acerca de seu sofrimento, ocupados que estão em busca de aumentar sua eficácia e desempenho.

Diante de tudo que foi exposto, observamos que o desamparo dos sujeitos já não tem somente relação com a impossibilidade de satisfação de seus desejos, como na época de Freud. O desamparo se dá a partir da falta de referências, de modo que os sujeitos se sentem abandonados à própria sorte e sem perspectivas. Nesse sentido, poderíamos qualificar as mudanças sociais contemporâneas como eventos da ordem do traumático, que atingem os sujeitos justamente naquilo que lhes é originariamente constitutivo: a rede de referências simbólicas e sociais.

Quando procuramos o verbete “desamparo” no *Vocabulário da Psicanálise* (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001), temos que, de acordo com um entendimento dos primórdios da teoria freudiana, o estado de desamparo diz respeito à impotência do bebê humano diante da incapacidade de “empreender uma ação coordenada e eficaz” (p. 112), o que leva a um aumento de tensão da necessidade que o aparelho psíquico não pode ainda dominar. Por exemplo, quanto à necessidade do bebê de se nutrir do alimento da mãe: quando a mãe está ausente, há um aumento da tensão no psiquismo incipiente do bebê, que entra então em desamparo. O psiquismo humano se constitui sempre em relação a um outro; sendo assim, o estado de desamparo está em correlação direta com a dependência do bebê humano em relação à mãe (ou a um adulto cuidador).

Desta forma, o desamparo não se dá somente pela ausência da satisfação de uma necessidade. O desamparo se dá pela angústia de abandono à própria sorte, pela falta da referência de um outro (ou Outro) amparador. É disso que estamos falando quando falamos do “neossujeito” que se sente ineficaz ou do sujeito individualizado, sobrecarregado de responsabilidades: o sujeito pós-moderno é um sujeito em desamparo, sem referências, abandonado à própria sorte (ninguém virá acudi-lo mesmo, afinal). Conforme dito no início do capítulo, esse é o panorama no qual está localizado o sofrimento estudantil universitário.

1.2. Segunda Parte - Crise e Ruptura: reflexões sobre o pertencimento ao mundo universitário

A entrada na universidade se configura como um momento de ruptura e de reconfiguração da identidade, no qual “nada será como antes”. O sujeito se distancia

de seus referenciais originários e entra em um novo mundo, que possui novos valores e regras. O confronto com essa nova realidade pode ser fonte de uma crise que se manifesta de maneiras diversas e reflete todo o contexto de mal-estar vivenciado na atualidade, conforme discorremos na primeira parte deste capítulo. Para Kaës (1982), as noções de crise e ruptura estão sempre vinculadas, não sendo reduzidas a fenômenos individuais ou intrapsíquicos, mas sim como algo dinâmico e relacional. Conforme será exposto, veremos que as crises pelas quais os sujeitos são atravessados envolvem dimensões intersubjetivas, ou seja, são indissociáveis dos grupos e da cultura em que o sujeito se insere.

1.2.1 Crise: modo de existência da psique humana

Kaës define a crise como uma “experiência de ruptura na continuidade das coisas, de si mesmo, das relações com nosso entorno” (1982, p. 13, tradução nossa). De acordo com o autor, há uma inter-relação entre as grandes fraturas da história do mundo e as diversas cicatrizes que os sujeitos carregam consigo. Dessa forma, entende-se que os sujeitos são portadores dos sintomas do mal-estar social de cada época, conforme expusemos na primeira parte deste capítulo.

De acordo com Kaës (1982), estamos vivenciando contemporaneamente uma grande crise na civilização, que remete à morte de ideais capazes, até então, de sustentá-la: a morte de Deus, a morte da família, a morte do homem, a morte das ideologias. O autor denomina esse tempo como a “era do luto permanente” (KAËS, 1982, p. 9, tradução nossa), na qual “o desaparecimento das antigas garantias da ordem, próprias a todo sistema vivo, ao humano, é o principal elemento constitutivo das disfunções que caracterizam a crise multidimensional a que devemos sobreviver” (KAËS, 1982, p. 10, tradução nossa). Para o autor, “sobreviver” demanda a busca por novas garantias, buscar “criar sobre os escombros”, e isso pode vir a se dar de duas diferentes maneiras:

> Por um lado, recorrendo ao passado – retorno ao arcaísmo -, a formas regressivas de proteção que constituem evidentemente novas garantias de imortalidade: novos deuses, ressurgimento de formações ideológicas, totalitarismo de grupos sectários, idealização paradoxal da morte; e por outro lado, embora enredado a esse movimento de regressão, recorrendo à experimentação criadora de novos estilos de relação e de expressão, à busca aberta ao jogo de antagonismos, ao

> risco da desordem, à invenção de novos equilíbrios. (KAËS, 1982, p. 10, tradução nossa).

Segundo o autor, a crise que a civilização enfrenta demanda dos psicanalistas a construção de uma crítica da vida cotidiana, levando em conta que “a crise e suas elaborações permanentes constituem aquisições que especificam o modo de existência da psique humana” (1982, p. 11, tradução nossa). Temos que, portanto, a crise é constitutiva da matéria humana, provocando inevitáveis transformações no psiquismo. Nas palavras do autor:

> O homem se torna homem graças à crise, e sua história transcorre entre crise e resolução, entre ruptura e sutura. Nesse espaço “entre”, entre rupturas vivas e suturas mortais, entre fraturas mortificantes e ligações criativas, neste espaço do transicional – eventualmente espaço transicional – se encenam todos os avatares do social, do mental e do psíquico que tecem juntos, quando colocados na perspectiva do sujeito particular, a singularidade de uma pessoa. (KAËS, 1982, p. 11, tradução nossa).

Ao longo da vida, um sujeito irá se deparar com crises diversas, desde o seu nascimento, sendo este a grande crise inaugural. De acordo com Kaës, “a entrada no mundo é uma entrada em crise, uma perturbação múltipla” (1982, p. 11, tradução nossa). A maturação crescente da espécie humana demanda um certo tipo de disposição do ambiente (materno e material), que é fundante do sentimento de permanência, segurança e de continuidade do ser. Eventualmente, essa disposição pode sofrer abalos ou falhas. A esse respeito, diz Kaës: “A importância do ambiente e do enquadre sempre se manifesta por sua falha, que não deixa de acontecer e é necessária ao crescimento: esta falha, esta debilidade é que leva o ser humano à crise” (1982, p. 11, tradução nossa).

Entrar no mundo significa submeter-se a um “enquadre”, nos termos de Bleger (1982 apud KAËS, 1982), ou seja, algo que recebe as partes indiferenciadas da personalidade. A disposição ambiental que recebe o bebê configura um enquadre fundante, que se estabelece de alguma forma como uma marca permanente. Ao longo da vida, serão os grupos e instituições dos quais o sujeito participará que lhe fornecerão suporte/contorno psíquico (dentro da lógica dos metaenquadres, que citamos no início do capítulo). Nas palavras de Kaës: “As instituições delimitam efetivamente o núcleo base da identidade por meio dos grupos. As instituições e as

crenças/costumes constituem os metasistemas que nos contêm organizando nossos enquadres" (1982, p. 12, tradução nossa).

Um momento de crise tensiona os sujeitos a recorrer às suas possibilidades de apoio psíquico. De acordo com Kaës (1982), retomando algo do pensamento freudiano, existem quatro apoios fundamentais ao psiquismo: 1. o corpo; 2. a mãe; 3. o grupo; 4. o si-mesmo (*soi*)[3]. Temos, portanto, que o psiquismo é multiapoiado, de forma que, quando um apoio vacila, há possibilidade de rearranjo sobre os demais, o que Kaës chama de "solidariedade dos apoios" ou "mútuo-apoio". Segundo ele,

> [...] o psiquismo é entendido como construção-desconstrução, movimento de sustentação e de retirada da mesma, de aberturas e desfechos, de crise e criação, movimentos que pressupõem estruturas relativamente estáveis: estas estruturas estão previstas na configuração dos suportes fundamentais próprios de uma pessoa ou de um conjunto de pessoas (por exemplo, um grupo) (1982, p. 15, tradução nossa).

Como pilares e vigas de um edifício, tais estruturas são "arquitetadas" de modo a não se abalarem com qualquer impacto, justamente a partir do entendimento de que o psiquismo virá a sofrer diversas perturbações ao longo da vida de um sujeito. Porém, há impactos de proporções tão grandes que tais estruturas não podem suportar, gerando risco de ruptura de um ou mais tipos de apoio, o que compromete todo o sistema. Nas palavras de Kaës:

> [...] revelando-se a ausência irremediável de um apoio necessário à formação do psiquismo, se produz uma grave perturbação psíquica, sem que seja possível reconstruir, mediante um jogo de próteses substitutivas, os suportes indispensáveis para a vida; ou quando se produz um enfraquecimento dos suportes (falha na sustentação), ou até quando se chega a abolir o espaço de sustentação, provocando uma sutura (colagem) do suporte e da formação psíquica. [...] Esse jogo de falha e reconstrução dos suportes está implicado em todas as situações de crise e de mudança (1982, p. 16, tradução nossa).

As soluções para uma crise variam bastante de acordo com suas causas, mas, de maneira geral, após a experiência de ruptura, o que se busca é a possibilidade de

[3] O apoio da pulsão sobre o corpo e o apoio do objeto de amor sobre a mãe são classicamente reconhecidos pela psicanálise; o apoio do grupo (como mediador do social e da cultura) e do si-mesmo (*soi*) são incrementos kaesianos à teoria freudiana.

uma reorganização, algum tipo de ação reguladora que leve a um novo equilíbrio estrutural, uma reconstrução ou rearranjo dos apoios psíquicos abalados pela crise.

Algumas vezes, os sujeitos buscam ou encontram “pseudossoluções” que somente propiciam alívio para o sofrimento que aparece no momento da crise, mas que não necessariamente têm efeito sobre o que levou ao seu surgimento. Kaës (1982) nos apresenta exemplos desse tipo de “solução”: o uso de placebos, a eleição de um bode expiatório em um grupo ou sociedade ou mesmo a invenção de uma guerra como resolução de uma crise econômica.

A crise, definida, portanto, como uma falha nos mecanismos de regulação do psiquismo, é inevitável, visto que as perturbações se fazem sempre presentes na vida em sociedade, na cultura. Apesar do abalo gerado, cada crise, cada nova ruptura tem o potencial de gerar mudanças, desenvolvimento, crescimento. A crise tensiona, pela desorganização inerente, a uma nova organização, mas não sem antes expor de alguma forma aquilo que anteriormente funcionava de maneira não-eficaz ou precária. Nesse sentido, a crise ou o adoecimento psíquico torna “visíveis as articulações essenciais de um grupo, as linhas de força e as tensões que o atravessam” (KAËS, 1982, p. 20, tradução nossa). A crise, muitas vezes vivida individualmente, não deixa de ser, portanto, expressão dos sintomas grupal ou social. Ao mesmo tempo, “as crises sociais que mobilizam os recursos individuais necessários à reatualização de novas regulações adaptativas, revelam as organizações e as principais articulações da personalidade” (KAËS, 1982, p. 21, tradução nossa), ou seja, também algo do indivíduo é revelado a partir do mal-estar social.

1.2.2 Ruptura: possibilidade de travessia e novos vínculos

Conforme vimos acima, podemos entender que uma experiência de ruptura ocorre quando, em um momento de crise, os múltiplos apoios do psiquismo sofrem abalos que geram disrupção. De acordo com Kaës (1982), o aspecto subjetivo desse tipo de experiência de crise se manifesta como uma ruptura no curso da vida. Nas palavras do autor:

> [...] a experiência de ruptura dolorosamente coloca em questão ao sujeito a continuidade de si-mesmo, a organização de suas identificações e ideais, o emprego de mecanismos de defesa, a coerência de sua maneira singular de sentir, agir e pensar, a

> confiabilidade de seus laços de pertencimento aos grupos, a eficácia do código comum a todos aqueles que, a partir deste, pertencem a uma mesma forma de sociabilidade e cultura (1982, p. 27, tradução nossa).

Tal experiência de ruptura pode se constituir como uma experiência de intervalo, na qual

> [...] ainda não se estabeleceram novos laços suficientemente seguros e confiáveis no novo “ambiente”; nesse momento, o espaço psíquico e social para articular o antigo e o novo não está ainda constituído e o tempo se apresenta como suspenso, congelado, neutralizado (KAËS, 1982, p. 27, tradução nossa).

Uma experiência de ruptura se encontra, portanto, no intervalo entre uma desorganização (que já ocorreu) e uma nova organização, um novo arranjo (que ainda está por vir).

Uma ruptura implica uma separação ou uma perda, e é geralmente acompanhada de intenso sofrimento conforme se configura como uma ameaça ao sentimento de integridade ou de continuidade de si (KAËS, 1982). Para Kaës, “uma ruptura sempre encobre outra ruptura que a evoca e a contém” (1982, p. 28, tradução nossa). Para exemplificar essa afirmação, o autor utiliza como ilustração a situação do nascimento de um bebê. Entra em jogo a crise da entrada no mundo do lado do bebê, mas do lado da mãe também há rupturas. Conforme assinalamos, o olhar de Kaës para a crise é sempre a partir de uma lógica relacional, dos pares e dos grupos. “Nunca um sem o outro”, esta é a lógica que Kaës chama de “transicional”.

Retomando o momento “crítico” de entrada no mundo, trata-se, de acordo com Kaës, de um momento entre dois cortes (intervalo) para o bebê, ou seja, entre a ruptura com o mundo uterino, no qual todas as necessidades estão garantidas, e a entrada na simbiose mãe-bebê:

> [...] o desprendimento da placenta e do cordão umbilical marca o “espaço paradoxal de uma união que é já uma separação”: a criança é posta ao mundo sem estar nele. Está separada da mãe ao mesmo tempo que ligada a ela. Existir requer o corte do laço e a manutenção de um lugar de continência. É sobre essa divisão originária, sobre sua repetição e sua elaboração que o indivíduo se afirma como indiviso (KAËS, 1982, p. 28, tradução nossa).

Tal ruptura com a vida intrauterina está de alguma forma conectada com a ruptura que deve vir a seguir: a “saída” da simbiose mãe-bebê. No curso do desenvolvimento, um bebê só virá a se constituir como indivíduo (sujeito) mediante o rompimento com a simbiose estabelecida com a mãe.

A ruptura originária, o paradoxo “entre dois cortes” é, de acordo com Kaës (1982), constitutiva do espaço transicional, e o modo pelo qual se deu torna-se referência para experiências de ruptura ao longo de toda a vida do sujeito. Kaës cita três momentos nos quais o espaço paradoxal entre mãe e bebê serão reconfigurados:

> O espaço paradoxal entre a mãe e o bebê se reconstruirá, primeiro, no momento no qual a mãe interiorizada se converta em uma parte do si-mesmo do bebê, ainda que permaneça no exterior, feito que se dramatizará no desmame; depois, anunciado pela queda que revelará inesperadamente o desejo da mãe pela figura do pai, no momento em que a criança se encontre entre os dois; e por último, na adolescência, que é a época de grandes mudanças estruturais na personalidade do sujeito e lugar de criação psicossocial intensa. Estas mudanças e criações acontecem através da ruptura com a continuidade do grupo primário da criança e dos objetos infantis, e também através da elaboração de novas formas de organização da personalidade e dos laços grupais. Esta passagem torna-se mobilizadora de profundas angústias que os ritos têm por função amenizar e direcionar no sentido de uma apropriação da vida adulta segundo as normas sociais em vigor, e implica o retorno e o recurso ao antigo, a reorganização das identificações e das relações de objeto projetadas como o porvir do sujeito. (KAËS, 1982, p. 29, tradução nossa).

Assim, podemos entender tais experiências de ruptura como experiências de passagem, de mudanças nos ciclos de vida. Originariamente, se não há ruptura, não há possibilidade de que o “eu” possa advir. A cada novo ciclo de vida, a cada nova ruptura, surge a possibilidade de um incremento do psiquismo, gerando novas formas de organização do eu e dos laços sociais. Nesse sentido, ainda que possam mobilizar angústia, rupturas se tornam aberturas, possibilidades de travessia e de rearranjo dos vínculos.

1.2.3 Continuidade e pertencimento: da herança cultural ao grupo primário

Estamos vivendo tempos de mudanças. De acordo com Kaës, é característico de nosso tempo que as rupturas já não estejam mais regulamentadas socialmente. O

autor destaca uma ideia de Winnicott, segundo a qual nossa continuidade enquanto sujeitos estaria assegurada pela herança cultural. Em suas palavras:

> A herança cultural [...] pode ser entendida como o código individual-social codificador e decodificador das representações e afetos organizados de maneira mais ou menos flexível e mobilizados em determinada área cultural e para um determinado sujeito. A herança cultural só pode encontrar seu valor e utilidade psicossocial se permite uma articulação recíproca das formações inconscientes e sociais: o mito é uma dessas articulações privilegiadas, assim como, em seu próprio registo, é o rito. Este código se baseia em uma relativa congruência entre o eu dos membros do grupo e as qualidades do meio material e humano. Esta suposta congruência, deixando um espaço de livre movimento a cada um, é obtida pela construção comum, mutuamente concedida e pessoalmente apropriada, do espaço potencial. (KAËS, 1982, p. 32, tradução nossa).

Quando a cultura se encontra em crise ou em transição, também nossa sustentação e continuidade ficam abaladas, diante do temor da “perda do código”, de que falaremos mais adiante. De acordo com Winnicott (1975), a cultura diz respeito a uma tradição herdada e ao mesmo tempo destino comum da humanidade, para os quais cada sujeito ou conjunto de sujeitos podem vir a contribuir, assim como extrair contribuições. Isso que se encontra ou se cria na cultura não é propriamente posse de um sujeito, mas algo que dele faz parte, algo que o habita, no âmbito do espaço potencial (entendido como local intermediário, de encontro entre a experiência cultural e a experiência singular).

Para Kaës, especialmente no contexto atual da cultura ocidental, “a experiência de ruptura revela que a herança cultural já não está em condições de assegurar a continuidade da existência” (1982, p. 30, tradução nossa). Nesse sentido, a experiência de ruptura tende a comprometer o estabelecimento do espaço potencial como espaço “entre-dois”: entre o eu e o não-eu, entre o dentro e o fora, entre o passado e o futuro.

Uma ruptura, também entendida como um abalo no enquadre, faz com que tudo nele depositado – as partes indiferenciadas e primitivas do eu, segundo Bleger (1982) – retorne de maneira brusca, provocando sentimento de angústia e aniquilamento. Dessa forma, podemos dizer que as experiências de ruptura na contemporaneidade têm reativado o sentimento de desamparo infantil, pela perda da

confiança no ambiente, do sentimento de segurança, pois também o (meta)enquadre se encontra abalado.

Em situações de ruptura cultural, como a migração ou a desculturalização, o que está em risco é a possibilidade de perda do código de origem, sem que ainda se possa participar apropriadamente de um novo código. Tal situação coloca em questão a própria existência do sujeito, visto que só pode vir a ser reconhecido pelos outros enquanto puder partilhar de um código comum, tornando-se então um semelhante com direito a ocupar um lugar.

Romper com a cultura de origem significa não somente uma perda de objetos internos, mas também o sentimento de ter sido abandonado por eles, e o sujeito experimenta então um terror pela crença de que não há substituição possível para aquilo que perdeu. Para Kaës (1982), a vivência de ruptura leva a um trabalho de luto pela perda de objetos e também pela perda de uma parte de si mesmo.

Voltando à perda do código, de acordo com Kaës (1982), tal situação pode produzir dois tipos de efeito: o primeiro seria um refúgio narcisista do sujeito sobre si-mesmo como um modo de afirmar a própria subjetividade (um sujeito que produz códigos próprios, não necessariamente dialogáveis com os demais); já o segundo seria uma submissão do sujeito ao código externo (incorporação “forçada” do objeto externo, negligenciando a si-mesmo, o que leva a criação de um falso *self*).

Nas palavras de Kaës, “a passagem de um grupo a outro implica necessariamente ao sujeito uma desintegração do código anterior e ao mesmo tempo uma impossibilidade de dominar o código do grupo receptor” (1982, p. 37, tradução nossa). Trata-se de uma experiência radical de ruptura, na qual o que está em jogo é a possibilidade de pertencimento aos grupos. Quando tal possibilidade se encontra impedida, gera incremento da angústia nos sujeitos pela evocação da pulsão de morte:

> [...] a energia desligada, livre e em excesso provoca a angústia da irrupção pulsional e incerteza quanto a seu uso. Em específico, se trata fundamentalmente da irrupção de forças de desligamento, e a destruição subjetiva do código é vivida como um efeito da pulsão de morte (KAËS, 1982, p. 37, tradução nossa).

As transformações sociais e culturais pelas quais as sociedades vêm passando na contemporaneidade têm gerado grandes mudanças nos papéis e posições sociais

instituídas. O grupo primário de pertencimento, a família, possui hoje em dia configurações amplamente variadas se comparado com seu modelo tradicional na sociedade. “Na vigência do desaparecimento do grupo primário e da subversão dos códigos socioculturais, a relação do indivíduo se vê ameaçada, bem como sua segurança.” (KAËS, 1982, p. 40, tradução nossa).

O grupo primário (família) possui função de organizar a personalidade e transmitir valores em comum. Se há falhas nessa transmissão, é o próprio arcabouço simbólico do indivíduo que se fragiliza, se empobrece, comprometendo sua possibilidade de circulação social e adaptação ao mundo. Muitas vezes, o adoecimento psíquico ou psicossomático se dá em decorrência desse empobrecimento:

> A enfermidade [...] é uma saída que o sujeito encontra quando a assistência grupal está destruída ou é insuficiente. Frequentemente permite, graças à hospitalização, ou seja, a assistência de um novo enquadre e um novo grupo transicional, um rearranjo da personalidade às novas condições de existência. (KAËS, 1982, p. 42, tradução nossa).

O autor deixa claro que o adoecimento individual é, de maneira indissolúvel, “a expressão de uma crise social e ao mesmo tempo a possibilidade de elaborar uma solução para tal crise, contanto que a estrutura social de recepção (do enfermo) se preste à elaboração da experiência de ruptura” (KAËS, 1982, p. 42, tradução nossa).

1.2.4 Crise na universidade ou universidade em crise?

Para Kaës (1982), faz parte da especificidade de nossa existência no mundo humano a elaboração constante de rupturas, desde o nascimento. De acordo com o autor, podemos discriminar dois modos de crise e conflito diante das rupturas inerentes à nossa existência. O primeiro deles, de ordem intrapsíquica (bastante ligado às transições do ciclo vital: adolescência, meia-idade, velhice), diz respeito ao questionamento da imagem de si, conforme o narcisismo infantil sofre abalos ao longo da vida, o que tensiona a uma busca por uma reformulação de si-mesmo e uma conformação ao próprio ideal de eu, constituído pela introjeção da idealização das figuras parentais. Conforme tal ideal vai se tornando impossível de ser alcançado, o sujeito se vê diante da necessidade de renunciá-lo. Nas palavras de Kaës,

> [...] o dilema que enfrenta o sujeito em formação é o seguinte: ou por bem renuncia ao ideal para que ele não seja deformado – mas então o si-mesmo sofre deformações – ou deve manter o ideal para conformar nele a imagem de si debilitado – encontrando então inevitavelmente decepção e ataque (1982, p. 53, tradução nossa).

Já o segundo modo de crise e conflito é de ordem sociocultural: “formar-se é perder um código social e, às vezes, o pertencimento a um grupo, em busca de outro que melhor se adeque às necessidades do momento” (KAËS, 1982, p. 53).

Tomando a experiência do jovem estudante ao entrar na universidade, podemos dizer que se entrelaçam conflitos de ordens diversas – intrapsíquicas e socioculturais – ligados à experiência de perda ou mudança do código. Há (ou deve haver) uma transição entre o eu que se quer ser e aquilo esperado pela família ou pela sociedade[4].

É muito comum ouvir de estudantes – especialmente aqueles provenientes de classes populares – que, após a entrada na universidade, ambiente muitas vezes elitista, sentem-se sem lugar, estrangeiros. Já não são mais “de lá”, e ainda não são “daqui”, o que coloca em risco não somente sua possibilidade de pertencimento, mas toda a construção do “projeto de si”, de sua identidade.

Muitos jovens entram na universidade ainda no final da adolescência, de forma que ocorre uma sobreposição de processos de luto e ruptura: aquele ligado à passagem da vida infantil à vida adulta e, ao mesmo tempo, outro que envolve o percurso acadêmico e escolhas/possibilidades profissionais. O acesso ao mundo universitário se encontra, portanto, num intervalo entre rupturas. Entrar na universidade significa, assim, abandonar a dependência da família de origem, buscar autonomia, falar por si e se assumir como adulto, tomando para si paulatinamente a responsabilidade não somente pelo próprio sustento material, mas principalmente da própria sustentação psíquica. Já a saída da universidade implica a grande entrada na vida adulta.

Muito se tem falado sobre o prolongamento da adolescência nos nossos dias. Diante do temor que a assunção do papel de adulto num mundo cada vez mais cheio de dificuldades e adversidades comporta, para muitos estudantes, o prolongamento da vida universitária (seja via parcelamento da graduação, seja via pós-graduação) se

[4] Por sociedade entendemos aqui tanto os grupos de origem quanto a comunidade universitária.

torna, algumas vezes, um caminho. Assim, no contexto contemporâneo, não somente a entrada na universidade tem se tornado tarefa complexa, mas também a possibilidade de saída, de abandono da identidade de estudante em busca de um posicionamento mais adulto.

Vivemos em uma época na qual são muitas as inseguranças e mudanças em curso (sociais, políticas, econômicas, culturais), o que coloca a continuidade de si em cheque. Num mundo no qual já não há mais garantias e as bases de sustentação se tornaram móveis, a possibilidade de apoio firme nos momentos de crise e ruptura também vacila. Sujeitos em transição, nesse mundo em câmbio permanente, eis o quadro que encontramos ao investigar o sofrimento universitário.

Retomando Bleger (1982), podemos falar da crise contemporânea como produto de enquadres permanentemente em dissolução, desde o enquadre primário ou fundante até as instituições pelas quais os sujeitos circulam, incluindo a universidade. Se o enquadre fundante é inconsistente, com apoios vacilantes, o sujeito se constitui de maneira frágil. Em outras fases da vida, participando de outros enquadres, se o sujeito não encontra sustentação nos enquadres institucionais, não há possibilidade de experiências reparatórias, de possibilidades de incremento de seu psiquismo.

Quando consideramos o sofrimento estudantil, coloca-se em questão o quanto tem sido falho o papel de suporte e mediação entre o estudante e a sociedade oferecido pela universidade, entre o adolescente que nela entra e o profissional adulto que dela sai, gerando sofrimento e adoecimento. Coloca-se em questão se o papel da universidade (pública, especialmente) tem sido formar bons profissionais que servirão à sociedade e à ciência ou tem sido responder com excelência às políticas de fomento de pesquisas e *rankings* internacionais de desempenho e produtividade, conforme já falado na primeira parte deste capítulo.

Recuperando o conceito de desamparo freudiano, diante da falência da função de mediação das instituições, novamente concluímos que estamos vivendo tempos de abandono à própria sorte. Kaës já fazia uso do conceito de desamparo para falar das experiências de ruptura. Nas palavras do autor:

> [...] em maior ou menor medida, toda ruptura remete a outra fundamental que já ocorreu e cuja experiência fez marcas no sujeito através do drama do “Hilflosigkeit” (desamparo), a situação de sentir-se sem socorro nem recursos; drama ligado ao estado de

> prematuridade específico da espécie humana, ao estado de profunda e vital dependência da mãe (ambiente materno) (1982, p. 62, tradução nossa).

Se o enquadre institucional já não faz mais a função de suporte das partes indiferenciadas da personalidade, a angústia dos sujeitos circula livremente, sem ter onde se depositar. Kaës, no entanto, ao longo de suas ponderações, acredita que há sempre possibilidades de o sujeito encontrar formas criativas de manejar sua angústia e desamparo, e reforça a importância da busca da reconstrução de apoios psíquicos no âmbito grupal, coletivo, psicossocial.

2. MORAR NA USP: A POSSIBILIDADE DE HABITAR UM LUGAR SOCIAL

A primeira parte deste capítulo pretende propor reflexões a respeito da moradia estudantil e dos sentidos do morar, compreendendo a casa como elemento intermediário entre o sujeito e o mundo. Tendo em vista a noção de metaenquadres, buscaremos refletir a respeito do contexto do mal-estar contemporâneo em sua incidência sobre os territórios geográficos e de existência. Entendendo a casa como um apoio (*étayage*) psíquico, buscaremos também discorrer sobre o conceito de *habitat* interior, de A. Eiguer, para construir hipóteses sobre as condições de habitar um lugar, em particular sobre os desafios de habitar a moradia estudantil da USP, o CRUSP.

Podemos pensar que a possibilidade de permanência estudantil, especialmente em sua dimensão de moradia (entendida como um tipo de pele psíquica), está entrelaçada às condições de constituição e continuidade de si, sendo perpassada também pela condição de continência do ambiente a tais processos. Vinculada à questão da permanência, encontra-se a questão da possibilidade de pertencimento à universidade de fato, condição que envolve questões históricas, socioeconômicas e identitárias e que nos convoca a refletir sobre o chamado "sofrimento social", conforme discorreremos na segunda parte do capítulo.

2.1. Primeira Parte - Sobre habitar a moradia universitária

A casa abriga o ato de sonhar,
a casa protege o sonhador,
a casa nos permite sonhar em paz
(BACHELARD, 1957, p. 26)

2.1.1. Permanência universitária: a moradia estudantil

A moradia estudantil constitui-se como um espaço no qual um estudante, ao ingressar na universidade pública, pode residir pelo período determinado em que estiver cursando uma graduação ou pós-graduação. Assim, é um dentre outros recursos criados para garantir a permanência estudantil na universidade.

Entende-se por permanência estudantil tudo aquilo que venha a garantir a continuidade do aluno na universidade, de forma a viabilizar a conclusão do curso no qual o ele ingressou. Tais políticas beneficiam especialmente estudantes de baixa

renda ou sujeitos a outras vulnerabilidades, que não poderiam custear a vida universitária somente com recursos próprios.

No âmbito federal, o Decreto nº7.234/2010 institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), visando à democratização das condições de permanência, bem como a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na educação superior. Dentre as ações de assistência, a moradia estudantil é a primeira na lista, juntamente com as áreas de alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e cuidados a grupos especiais (BRASIL, 2010).

Na USP, desde meados de 2013, foi constituído o Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), administrado pela Superintendência de Assistência Social (SAS-USP)[5], voltado especialmente para alunos de graduação e pós-graduação com dificuldades socioeconômicas para manutenção do vínculo com a universidade. O PAPFE disponibiliza, a partir de uma seleção criteriosa, apoios e bolsas, tais como: vaga em moradia (no CRUSP); auxílio-alimentação (no "bandejão"[6]); auxílio-livros; auxílio-manutenção (somente para alunos da USP Leste) e auxílio-transporte (somente para alunos dos *campi* do interior) (USP, 2020).

Desde 2015, a USP passou a admitir o ingresso de novos alunos aos cursos de graduação por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do Ministério da Educação (MEC). Até então, ao longo de mais de 40 anos, a forma de ingresso nessa universidade se dava exclusivamente pela prova da FUVEST. Além disso, a partir de 2018, a instituição passou a utilizar o sistema de cotas estudantis, segundo o qual uma parte das vagas de cada curso fica reservada para estudantes egressos de escolas públicas e, destas, parte é destinada para alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Na USP, em 2020, 45% das vagas de todos os cursos foram reservadas para alunos egressos de escolas públicas e, dentre elas, 37,5% foram destinadas para alunos autodeclarados negros, pardos e indígenas (JORNAL DA USP, 2019).

---

[5] Anteriormente ao PAPFE, a antiga Coordenadoria de Assistência Social (COSEAS) era o órgão responsável pela seleção socioeconômica e disponibilização de bolsas e auxílios para os estudantes.

[6] Restaurantes universitários administrados pela Superintendência de Assistência Social (SAS-USP), que oferecem café da manhã, almoço e jantar à comunidade universitária por valores extremamente acessíveis. As refeições são servidas em bandejas, razão pela qual os restaurantes são comumente chamados de "bandejões".

Tais modalidades novas de acesso à universidade, especialmente o sistema de cotas, têm trazido maior diversidade racial e de classe social para a USP, visando à democratização e aumento da representatividade no ensino superior. Porém, há que se problematizar o quanto a ampliação do acesso à universidade envolve também o fomento de propostas relativas à permanência estudantil, destacando-se neste trabalho, conforme já apontado, um olhar para as moradias estudantis, particularmente o Conjunto Residencial da USP (CRUSP).

2.1.2. O Conjunto Residencial da USP – CRUSP

Há na literatura científica poucos estudos sobre moradias universitárias (GEMELGO, 2015). A respeito do CRUSP, destacam-se três trabalhos: uma dissertação de mestrado (LARANJO, 2003) e uma tese de doutorado (ZALAF, 2012), ambas pela Escola de Enfermagem da USP, que tratam da problemática relativa ao consumo de drogas pelos moradores do CRUSP; e mais recentemente uma dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2019), pelo Instituto de Psicologia da USP, que coloca em questão os modos de habitar a moradia, a partir do ponto de vista da fenomenologia existencial.

O CRUSP está localizado dentro do *campus* Armando de Salles Oliveira, a Cidade Universitária, no bairro Butantã. Atualmente é composto por oito prédios, seis deles destinados ao alojamento de estudantes de graduação e dois, para estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado), totalizando cerca de 1.600 moradores (entre alunos regulares e irregulares).

O projeto do Conjunto Residencial da USP foi elaborado em 1961, pelos arquitetos Eduardo Kneese de Mello, Joel Ramalho Júnior e Sidney de Oliveira (USP, 2009). O projeto original consistia em 12 blocos e incluía amplos espaços de convivência que, em sua maioria, nunca se concretizaram. A partir de 1962, iniciou-se a construção de seis blocos, que foram utilizados inicialmente como alojamentos para os atletas dos Jogos Pan Americanos de 1963 (GEMELGO; 2015; LARANJO, 2003; ZALAF, 2012). Após o evento esportivo, não foi elaborada imediatamente pela universidade uma política para o uso do espaço como moradia universitária. Assim, ainda em 1963, os estudantes começaram a ocupar os prédios, à revelia da universidade.

O ativismo político dos moradores se fazia muito presente em sua origem. Na época da ditadura militar no país, o CRUSP figurou como palco de resistência e debates políticos. Após a invasão pelo Exército, em 1968, acabou sendo desocupado por alguns anos, voltando a receber moradores no início da década de 1980, no período da redemocratização. Nessa época, as condições do lugar eram muito precárias, as ocupações aconteciam sem que os participantes fossem necessariamente estudantes, e o CRUSP foi também invadido pelo tráfico de drogas (GEMELGO, 2015). Era a "periferia da USP", segundo fala de estudante no documentário *A Experiência Cruspiana* (1986), que conta a história do lugar nesse período, marcada por tumultos, brigas, consumo de drogas e até mortes[7]. Havia então um forte jogo de interesses entre reitoria e moradores; enquanto estes cobravam reformas de emergência nos prédios, aquela desejava ora expulsar os moradores ilegais, ora desocupar totalmente o CRUSP. A partir de 1987, após a expulsão dos moradores irregulares, critérios socioeconômicos e bom desempenho acadêmico tornaram-se requisitos para a permanência (GEMELGO, 2015). Porém, alguma tensão (e eventualmente confrontos) entre os moradores e a reitoria parece se fazer sempre presente.

A partir das teorias psicanalíticas de grupo, entendemos que a história de um lugar marca seus habitantes, e seus processos e mecanismos institucionais afetam os sujeitos em sua singularidade e em sua história (BLEGER, 1991). Vemos que a história de ocupação do CRUSP é permeada por conflitos relativos à possibilidade ou impossibilidade de ali estar e de pertencer de fato à universidade, marca que parece se fazer presente até a atualidade.

No CSE Butantã, recebemos estudantes moradores do CRUSP que buscam por auxílio em saúde, especialmente saúde mental. A partir da experiência de atendimento dessa população, percebe-se que o sofrimento estudantil é sempre multideterminado, havendo um entrelaçamento das questões individuais e coletivas, institucionais e macrossociais.

Nos atendimentos realizados com os estudantes-moradores, sempre aparecem as dificuldades vividas no cotidiano. Queixam-se, por exemplo, de precariedades relativas à infraestrutura, da dificuldade de mobilidade aos finais de semana, da rede

[7] Dois estudantes caíram do quarto andar de um dos blocos durante uma briga – as paredes externas de tapume, apodrecidas, cederam (A EXPERIÊNCIA CRUSPIANA, 1986).

wi-fi que só funciona em um local muito específico (a chamada “crackonet”), tudo isso dificultando lazer e estudos. Há uma generalizada sensação de descaso e desamparo por parte da Universidade, além de alguma dificuldade de que os moradores se apropriem dos espaços de um modo cuidadoso (é um território de migrantes, de “passagem”, com moradores sempre em transição).

As questões relativas ao sofrimento mental estão sempre muito presentes; há relatos de pessoas que “surtam” pelos corredores, histórias de tentativas de suicídio, de violência de gênero, de uso problemático de álcool e drogas, além de questões relativas a preconceitos diversos (de raça, gênero e de classe).

Há também problemas inerentes ao meio universitário, que envolvem o relacionamento com professores/orientadores e com os colegas, em um contexto no qual tanto o valor do aluno quanto dos docentes está atrelado à sua capacidade de produção acadêmica. Percebe-se, portanto, que as necessidades dos estudantes são de várias ordens. Os alunos não partem do mesmo ponto, as discrepâncias econômicas, sociais, culturais e até mesmo geográficas são grandes, e isso impacta e frustra os alunos na chegada à universidade, gerando desamparo e sensação de não-pertencimento. No relato dos alunos, chama a atenção o quanto parece sofrido habitar o CRUSP e quão difícil tem sido romper o isolamento em busca de redes de apoio e de busca coletiva por melhorias.

Podemos entender o CRUSP como um território muito particular e, ao mesmo tempo, bastante diverso. No conjunto residencial há jovens, adultos, famílias, crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, estrangeiros, diversidade étnica e de gênero. Trata-se de uma comunidade toda ligada, de alguma maneira, à universidade, ocupando um determinado espaço dentro do *campus* universitário, o que propicia uma experiência artificial ou distanciada da experiência de viver na cidade, embora dentro do município de São Paulo.

Tais reflexões levam a pensar sobre como tem se constituído o habitar no território CRUSP. Habitar um determinado lugar, um determinado território, envolve estabelecer relações com as pessoas e com os elementos presentes nos cenários, ali onde a vida se desenrola. A maneira como as relações se constituem territorialmente está atravessada por elementos das diferentes histórias de vida e subjetividade presentes, bem como pelo contexto mais amplo, podendo produzir saúde ou

adoecimento no cotidiano do território. No próximo tópico, buscaremos elaborar uma definição de território, para pensar sobre os modos de habitá-lo.

2.1.3. Território geográfico, território existencial

Quando pensamos no conceito de território, não estamos nos referindo somente ao espaço físico, geográfico, do chão onde se pisa. Pensar sobre o território implica percebê-lo como um espaço pulsante por onde se caminha, levando em conta o próprio sujeito caminhante e tudo aquilo e aqueles que lhe interpelam ao longo da trajetória, bem como as interpelações que ele mesmo produz. Pensar sobre o território implica também articular a dimensão do espaço com a dimensão do tempo, da longitudinalidade, a partir de uma perspectiva histórica.

Para falar sobre território, destacamos algo do pensamento de Milton Santos, geógrafo brasileiro, cujo trabalho se destaca no campo da saúde coletiva, ampliando as concepções de (uso do) espaço. Para Milton Santos, um território "seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política" (SANTOS, 2002, p. 87 apud LIMA; YASUI, 2014, p. 597). O autor diferencia o uso do território do território em si, porém aponta para uma inseparabilidade entre a estrutura e funcionamento da sociedade de seu espaço geográfico. Dessa forma, uma compreensão acerca dos processos sociais, econômicos e políticos que atravessam determinado território possibilita entender sua dinâmica e vice-versa.

Milton Santos era um pensador bastante crítico dos processos de globalização e do neoliberalismo político-econômico; por meio da geografia humana, buscou mostrar os efeitos desses processos históricos, destacando que as relações no mundo globalizado, ou melhor, a incidência do poder (econômico) global no âmbito local produz fragmentação nos territórios e nas relações (BROIDE, 2016; SANTOS, 1996).

Santos, falando sobre o território, aponta: "o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida" (1998, p. 15) e, dessa forma, o entendimento da dinâmica territorial é "fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda de sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro" (1998, p. 15). Podemos inferir aqui que o território possui uma dimensão de enquadre ou metaenquadre, nos termos blegerianos e kaesiano. Também podemos entender o

território como o lugar onde a subjetividade pode se constituir, onde a vida e as relações se desenvolvem, onde os sujeitos buscam produzir sentido para a própria existência:

> O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 8).

De acordo com Lima e Yasui, o conceito de território envolve a ideia de articulações, de movimentos e até mesmo de trocas intersubjetivas: “a ideia de um território transitaria do político para o cultural, das fronteiras entre os povos aos limites do corpo e aos afetos entre as pessoas” (2014, p. 597). A partir das reflexões acima, podemos compreender que o território

> [...] é relacional. Ele diz respeito à construção e à transformação que se dão entre os cenários naturais e a história social que os homens inscrevem e produzem: memórias dos acontecimentos inscritas nas paisagens, nos modos de viver, nas manifestações que modulam as percepções e a compreensão sobre o lugar; relações que surgem dos modos de apropriação e de alienação desse espaço e dos valores sociais, econômicos, políticos, e culturais ali produzidos; modos múltiplos, contíguos, contraditórios de construção do espaço, da produção de sentidos para o lugar que se habita por meio das práticas cotidianas (LIMA; YASUI, 2014, p. 597).

Temos, portanto, que o território é o espaço relacional onde a vida acontece. Preocupados em pensar a relação entre a clínica, a subjetividade e os territórios, Lima e Yasui (2014) nos apresentam a noção de “território existencial”, que diz respeito à apropriação subjetiva do espaço material e afetivo, buscando a constituição de um lugar para se viver.

Retomando a questão da moradia universitária, neste trabalho buscamos olhar o CRUSP como território, em busca da construção de um entendimento acerca dos modos de vida e de produção de saúde/doença que ali acontecem. Entendemos o CRUSP como uma comunidade com muitas particularidades, com modos de expressão singulares, com uma história marcada por conflitos e até mesmo por certa estigmatização dentro da comunidade universitária. Embora seja um lugar impermanente, pois pretende-se que seja um lugar de passagem para os estudantes-moradores, comporta também um fundo de permanência, algo transmitido, explícita

ou implicitamente, aos recém-chegados pelos que ali estão – estes últimos também herdeiros de histórias que se misturaram às suas vivências.

Para Lima e Yasui (2014), apoiados no pensamento de Deleuze e Guattari (1997), os territórios contêm possibilidades de desterritorialização e reterritorialização. Temos, na moradia estudantil, uma condição da qual o estudante-morador não pode se desvencilhar em sua chegada: abandonar, mesmo que temporariamente, seu território existencial original, ou seja, tudo que lhe era familiar e próprio (desterritorialização) para construir ali um novo território (reterritorialização).

De um ponto de vista clínico, Lima e Yasui (2014) defendem que todo processo de desterritorialização precisa ser acompanhado, cuidado e investido para que a reterritorialização possa acontecer. Trata-se de um processo criativo que demanda também possibilidade de sustentação e de amparo por parte do ambiente (família, grupos, instituições).

Sobre a moradia estudantil, há ainda a necessidade de busca de novos territórios quando se encerra o tempo destinado a ocupar o espaço, geralmente por ocasião da conclusão de uma graduação ou pós-graduação. Estamos falando, portanto, de sucessivas demandas de desterritorialização e reterritorialização, processos que só podem se concluir quando há recursos psíquicos e materiais, bem como a possibilidade de sustentação destes pelo sujeito e pelo ambiente.

De acordo com Lima e Yasui (2014), uma morada deve constituir-se como um contorno que possa propiciar ancoragem e proteção. Ainda, segundo os autores: “É preciso pertencer a um território para desterritorializar-se” ou, como nos ensina Winnicott, “não há originalidade sem uma base de tradição” (1975, p. 602). Entendemos assim que todo movimento de travessia interterritorial (ou entre moradas) demanda a existência (ou ao menos a possibilidade de criação) de pontos de apoio, de chão firme para pisar, de margens para se escorar.

Neste subcapítulo, partimos da ideia de território, pensado como moldura mais ampla, e agora devemos avançar para olhar em direção a um enquadre mais micro, localizado no ambiente de morada, onde acontece o habitar. Conforme assinalado, é a própria moradia o anteparo que faz a intermediação entre o Eu e o mundo, o que discorreremos a seguir.

2.1.4. Os sentidos do morar: a casa como pele psíquica

Podemos entender a moradia, a casa, como algo que delimita o dentro e o fora, ou seja, fazendo função intermediária, de anteparo eu/mundo, colaborando para a constituição subjetiva e a construção identitária (FERNANDES, 2004). Podemos, assim, propor uma função psíquica do morar: a "casa" ordena nossa experiência no espaço, no tempo e na cultura, de acordo com Kaës (1998 apud FERNANDES, 2004).

De acordo com Mumford, "nos hieróglifos egípcios, 'casa' ou 'cidade' podem surgir como símbolos de 'mãe', como que a confirmar a semelhança da função formadora individual e coletiva" (1998, p. 19 apud FERNANDES, 2004, p. 64). A casa da infância geralmente é o cenário de nossas lembranças afetivas mais antigas, cenário de nosso primeiro chão, primeira base de sustentação que nos possibilita a entrada no mundo compartilhado. Para cada nova moradia que habitamos, carregamos algo das formas de habitar das moradias anteriores. Nesse sentido, há também algo da herança familiar que se transmite em cada morada.

Em sintonia com o pensamento de Fernandes, Alberto Eiguer (2014) apresenta a casa como lugar de proteção e refúgio, bem como cenário das mais diversas situações em família. A casa é lugar de intimidade e repouso, de celebrações, mas também de conflitos e cenas traumáticas. Porta a possibilidade de transmissões psíquicas que ultrapassam gerações, fazendo o passado sempre presente de alguma forma.

Apoiado no pensamento de Gaston Bachelard, Eiguer coloca que "todas as moradias evocam em nosso espírito a casa natal, verdadeira, autêntica, ela nos habita, ela se refaz um pouco nos nossos sonhos" (2000, p. 12). O autor trabalha com a hipótese de uma projeção da imagem do corpo sobre o *habitat*, ou seja, a habitação se organiza a partir da imagem do corpo (a casa como representação do corpo).

Para Eiguer, a casa, assim como o corpo, possui lugares precisos para alimentação, excreção, repouso. Há setores da casa mais expostos, mais sociais, e outros de intimidade, mais privados e protegidos. O autor fala também das alianças estabelecidas pelos membros da família no território doméstico, dando lugar a subgrupos dentro do espaço domiciliar. Nesse sentido, aponta que há algo da dimensão grupal do ambiente da casa também correlato à dimensão corporal.

Em seu *habitat*, o humano reproduz o que ele vive no interior de si mesmo, incluindo a dimensão familiar. Dito de outra forma, há algo que os sujeitos deslocam

para os ambientes de morada que diz respeito à própria subjetividade e à maneira como se deram ou se dão seus vínculos familiares. Desse modo, quando a representação do familiar em si é estável e apaziguadora, parece mais fácil encontrar abrigo seguro onde quer que se busque. Caso contrário, o sentimento de estranheza, de "infamiliar", toma conta e impede o estabelecimento de uma quietude no ambiente que deveria ser de proteção.

Para Fernandes, nossa experiência do morar está relacionada com nossa experiência de interioridade:

> [...] o tempo seria responsável pelo sentido de familiaridade enraizado nas rotinas, nas coisas e na experiência de interioridade. O ambiente físico e o espaço construído e habitado seriam uma espécie de sustentação da memória que, em parte, estabelece quem somos, através de onde viemos. Uma identidade ligada ao passado e ao futuro (FERNANDES, 2004, p. 77).

Tal noção de interioridade é próxima à ideia de "*habitat* interior". Eiguer (2000) apresenta esse conceito como uma "representação global de *habitat*", como um tipo de enquadre que acompanha o sujeito, que diz respeito a "uma dupla sustentação, uma real, os locais concretos da residência, e uma outra imaginária que se constrói de acordo com a história comum. Entre a externa e a interna se coloca um intermediário" (2000, p. 15). Para o autor, "há uma dimensão metafórica e uma dimensão organizadora do *habitat* interior. Este 'se "edifica' a partir do inconsciente grupal" (2000, p. 16), que é originalmente o inconsciente familiar. Eiguer aponta uma ambiguidade nessa marca feita pela organização do *habitat* familiar no inconsciente:

> [...] o *habitat* (interior) é, de algum modo, a base do reconhecimento do grupo, o sentimento de gratidão, de referências, de isolamento e intimidade. Isto não exclui conflitos, a agressividade se manifestando em ataques contra as paredes, mas nestes exemplos se pode, ao contrário, reconhecer que o *habitat* "contém" esta violência e permite deslocamentos, sem o que esta violência poderia se voltar contra as pessoas (2000, p. 16).

Embora Eiguer (2000) pareça se referir na maior parte das vezes a modelos suficientemente bons de *habitat*, com capacidade de propiciar continência a seus membros, é possível inferir também que, em um *habitat* familiar marcado por precariedades – sejam concretas (relativas ao espaço físico e às condições

sanitárias), sejam psíquicas (como a presença de violência e negligência) – o *habitat* interior se constituirá nos mesmos termos, levando a um incremento da angústia e da destrutividade no sujeito, que passam a ser depositadas em seu ambiente.

Eiguer (2000) entende que o *habitat* interior, em relação dialética com o *habitat* exterior, funciona como um tipo de continência/sustentação psíquica, como uma pele psíquica (Eu-pele) nos termos de Anzieu (1989). Nas palavras de Eiguer, "o *habitat* exterior, pelas marcas que deixa no *habitat* interior, torna-se um lugar de prazer e gratificação, tal como no caso da pele psíquica para indivíduos" (2000, p. 16). É importante aqui assinalar que, em seu texto, Eiguer pressupõe um certo tipo de vivências relativas ao habitar, nas quais geralmente há possibilidade de um ambiente suficientemente bom, ou seja, protetor, continente, propiciador de gratificação. Mas sabemos que, no contexto de um mundo cada vez mais precário, as experiências com o morar podem ser bastante variadas. Retomaremos tal discussão mais à frente.

Apoiado nos conceitos freudianos, Eiguer (2000) aponta que o conceito de narcisismo primário e seu papel na constituição do Eu é importante para a compreensão da noção de *habitat* interior. A experiência de autoerotismo do bebê constitui o fundamento dos conteúdos mais primitivos do psiquismo, que se organizam em torno da autopercepção pelo "reconhecimento da geometria do próprio corpo, ligada às relações com o meio ambiente, suas formas, suas proporções, suas distâncias, seus encaixes" (EIGUER, 2000, p. 17). Tais conteúdos foram reagrupados por Anzieu (1987) como os "significantes formais", ou seja, os primeiros rudimentos do eu-pele, que não se ligam a nenhum significado. Segundo Eiguer:

> Os significantes formais são as apresentações das formas geométricas e das configurações espaciais, portanto das relações entre as coisas. [...] Eles ajudam a reparar, por exemplo, a diferença entre o espaço bidimensional e tridimensional, entre a figura e o fundo, entre o sólido, o líquido e o estado gasoso, entre a posição deitada e de pé, entre o próximo e o distante, entre o dentro e o fora, entre o todo e a parte, e, nesse sentido, eles testemunham a instalação da primeira clivagem, aquela que será essencial para que o sujeito saiba organizar, com sua evolução, o mundo sensível e o abstrato, de acordo com diferentes categorias lógicas. Estes significantes serão, em seguida, libidinizados. Na origem, são representações puras das formas que vão intervir na maneira pela qual o indivíduo vai organizar seu *habitat* e, com ele, todos os membros de sua família. Esta geometria não tem, portanto, uma significação precisa, mas ela nos dá um sentimento familiar, aquele de um espaço conhecido. (2000, p. 17).

Podemos entender o espaço da casa familiar, espaço conhecido, como aquele no qual o íntimo e o sentimento de intimidade podem vir a se constituir. Eiguer (2000) diferencia o íntimo da intimidade: o íntimo é aquilo que nós desejamos guardar em nós, sob nosso cuidado, preservado do olhar exterior; já a intimidade inclui cumplicidade, se instala entre duas pessoas. Segundo o autor, o íntimo seria o reflexo do *verdadeiro self,* ou seja, aquilo que é o mais genuíno de si, porém, ao mesmo tempo, algo inexplicável, do qual não se pode ter uma ideia precisa por não se tratar de uma experiência identificável e memorizável. Para Eiguer, há uma relação entre o verdadeiro self e os significantes formais: o verdadeiro *self* não só define nosso território psíquico, mas serve de matriz para o *habitat* interior.

Sobre o *habitat* real, o espaço que um sujeito habita, este é marcado objetivamente pela história familiar, abrigando testemunhos de épocas passadas, de acontecimentos ora intensos, ora silenciosos. A disposição das mobílias e dos objetos, as marcas nas paredes, o modo de distribuição dos ambientes e dos cômodos, tudo é carregado de sentido e contribui para traçar marcas na memória, ainda que nem sempre se tornem imediatamente acessíveis. Em um *habitat* real, há ainda os espaços dos não-ditos e dos segredos: “Se os lugares são sobredeterminados pelos pactos e alianças, certos locais da casa permanecem mudos” (EIGUER, 2000, p. 19).

A maneira como se dá a construção do *habitat* interior é dependente da maneira como se deu a constituição do *habitat* real. Quando o apoio deste para a consolidação da unidade psíquica é vacilante, a representação interna do *habitat* torna-se muito lábil. De acordo com Eiguer (2000), na ocasião de uma mudança de casa, por exemplo, quando acontece uma descontinuidade no *habitat* real, a solidez (ou fragilidade) do *habitat* interior é posta à prova:

> Quando o psiquismo grupal está apoiado exclusivamente no *habitat* exterior, um mal-estar indo até a angústia de desmembramento pode se manifestar em seguida às mudanças; os conflitos ou crises psicóticas num dos membros podem igualmente acontecer. É como se eles deixassem uma parte da identidade familiar colada à antiga casa, sem conseguir construir uma pele nova. (EIGUER, 2000, p. 20).

Além de casos nos quais há um *habitat* interior “frágil”, gerador de desorganização nos sujeitos por ocasião de uma mudança de morada, Eiguer (2000) descreve também casos de *habitat* interior “incontinente”, referindo-se a famílias cujos laços de filiação e pertencimento são inconstantes e por isso levam seus membros a

mudar-se frequentemente de habitação. Acrescentaríamos a esse ponto, ainda, casos em que a moradia não possui condições sanitárias dignas e também casos nos quais a "casa" é inexistente: diante dessas situações, podemos entender que a representação interna do habitar pode sofrer grandes fraturas, tendo em vista a extrema fragilidade externa.

Entendemos com Eiguer (2000) que o *habitat* interior solidamente constituído se estabelece como uma função vital, um alicerce ao psiquismo, propiciando ao sujeito um sentimento de pertencimento e permanência (continuidade de si) que pode vir a sustentá-lo onde quer que esteja, mesmo longe de seus lugares e pessoas de origem. Compreendemos, ainda, que a função do *habitat* interior se configura como função intermediária e de apoio (*étayage*), nos termos de Kaës (2005), algo que faz uma ponte entre o interior e o exterior.

Eiguer (2000) discrimina cinco funções do *habitat* interior:

1. Função de contenção e diferenciação entre o dentro e o fora: o *habitat* interior contém a identidade familiar, fazendo parte do enquadre fundante do psiquismo do sujeito (abriga os aspectos mais desorganizados da psique familiar), funcionando como sua "casca";
2. Função de identificação: o *habitat* interior delimita papeis, funções e laços, reforçando alianças e conflitos entre pessoas e subgrupos;
3. Função de continuidade histórica, incluindo transmissões traumáticas: o *habitat* interior conecta diferentes experiências vividas entre os membros da família transgeracionalmente.
4. Função criadora: o *habitat* exterior é uma expressão figurada do *habitat* interior; tal operação torna possível uma apropriação do (novo) espaço.
5. Função estética: o *habitat* interior, quando solidamente constituído, impele à busca da beleza, da harmonia no ambiente e também do prazer de estar juntos.

Em artigo mais recente, Eiguer (2014) volta a desenvolver a ideia de casa como um tipo de pele psíquica, nos termos do Eu-pele de Anzieu (1989). A casa seria, assim, uma terceira pele – "a primeira é a biológica e a segunda, a roupa" (EIGUER, 2014, p. 20). A equivalência pele-corpo-casa estaria baseada no vínculo infantil com outros corpos, principalmente o dos pais, que nos propiciaram a possibilidade de morada psíquica por via do abrigo, do colo, da sustentação e da contenção. Assim

como a pele do corpo e da roupa, a pele da casa possui a função de isolamento, proteção e segurança.

Retomando Anzieu (1989), Eiguer (2014) nos recorda que a pele psíquica possui duas camadas simbólicas: a camada mais externa, que nos protege do ambiente e de tudo que vem de fora, e a segunda camada, voltada para o interior, que recebe os estímulos de dentro de nosso aparelho psíquico. Para Eiguer, as fronteiras delimitadas entre o exterior e o interior de uma casa pelos muros, paredes, tetos, portas e janelas desempenham uma função similar a essa pele psicológica descrita por Anzieu. A faceta da casa voltada para fora protege nossa privacidade em relação ao mundo, como a primeira camada psíquica. Já a camada da casa voltada para dentro faz as vezes da segunda camada da pele psíquica, protegendo nossa intimidade e promovendo as relações intersubjetivas com quem vivemos.

Eiguer destaca que deve haver porosidade nas duas camadas; elas devem ser translúcidas, propiciando trocas e possibilidade de trânsito. Tais trocas são constituintes da identidade e do sentimento de permanência e continuidade de si, criando a possibilidade de historicização:

> As duas camadas da pele não são experimentadas como materiais duros, por certo, mas como agentes de movimento, de emoções, de ideias, de atividade mitopoética (criadora de mitos e fantasias). Esta última, inspiradora do jogo, da narrativa, do sonho, leva a sonhar. As histórias que se contam acerca da casa confirmam a identidade individual e familiar. A casa é uma referência, um lugar onde os apegos mais intensos são desprendidos, é como se diz, um porto seguro. Não se trata apenas de que na história de cada um se fale de sua casa, mas de que sua história será contada de outra maneira. (2014, p. 23-24).

A camada interna da pele diz respeito ao “ser”, no sentido identitário, enquanto a camada externa diz respeito ao “parecer” (aparência), àquilo que se quer mostrar ao mundo. Assim, de acordo com Eiguer, o que se vive no interior da casa contribui para a constituição de nossa autenticidade.

Seguindo com a metaforização corpo-casa, Eiguer fala das janelas como similares aos nossos olhos, que permitem a entrada da luz e a mirada para fora, mas também permitem o olhar para dentro:

> Os vidros das janelas, ao deixarem passar a luz do dia, permitem que observemos o mundo, enquanto que à noite, o vidro só pode refletir nossa imagem, isto é, “nos faz refletir”. É nosso espelho: podemos nos

> ver, como nossos sonhos que refletem nosso inconsciente. (2014, p. 25).

Assim, ver ou nos ver são funções eco das duas camadas do eu-pele: “ambas encontram vínculo entre o mundo e nós mesmos, no presente e no que se inscreve ao longo do tempo” (2014, p. 25). Tanto a possibilidade de mirada para fora quanto de poder olhar para dentro são fundamentais como forma de constituição e amplificação do Eu.

Eiguer destaca mais uma vez a qualidade de espaço intermediário que a casa representa, destacando o papel de intercâmbio (interior e exterior) das portas de entrada e saída e das passagens fora-dentro:

> Entre as duas camadas do envoltório simbólico da pele, outras coisas também se movem. Este espaço virtual é onde se vivenciam experiências incríveis, ansiedades entre o exterior e o interior, entre o público e o privado. Ou ambas as camadas são agregadas como uma parede ou deixam um espaço mais amplo, especialmente nos espaços de passagem: as portas e as janelas. Quando funcionam bem, esses espaços permitem o desenvolvimento dessa transição, e se não, são uma fonte de acúmulo, de contrainvestimento (defesas como formação reativa ou controladora) ou de conflitos, inclusive de violência. (2014, p. 29).

Eiguer destaca também a importância dos rituais de passagem fora-dentro (rituais de entrada na casa, como descalçar os sapatos, guardar a bolsa, retirar o casaco). Tratam-se de rituais de transição no espaço e no tempo que possuem um sentido simbólico:

> [...] na verdade, servem para comunicar que integramos as diferenças entre nós e os outros, e todas as que seguem: público/privado, interior/exterior, família/escola ou trabalho, pai/filho, familiares/estranhos, dia/noite, atividade/repouso, e talvez de gênero (2014, p. 30).

A moradia universitária mais uma vez aqui pode ser entendida como espaço/tempo de passagem: de um código a outro, de um ciclo de vida a outro, um momento (finito) no tempo que abre possibilidade de travessia, de habitar e circular por novos lugares. Trata-se de um lugar/momento de transição e ruptura. No contexto da USP, onde a moradia está instalada dentro de seu espaço físico, também a transição entre o papel de estudante e a vida privada fica borrada.

O CRUSP, de acordo com dados da história de sua fundação, não foi inicialmente pensado como conjunto residencial, mas sim projetado para ser um alojamento, uma hospedagem, o que reforça a ideia de um lugar provisório. Nesses termos, parece haver ali algo insuficiente desde o início de sua história, como uma precariedade sempre presente.

De acordo com Eiguer (2014), temos que a possibilidade de habitar um espaço depende bastante da condição do *habitat* interior de cada sujeito. Dessa forma, entra em jogo sua capacidade de suportar uma mudança de cenário de vida, de acordo com as condições de constituição de seu *habitat* interior, entendido como um tipo de enquadre psíquico. Caso as condições sejam suficientemente boas, ou seja, solidamente constituídas, torna-se muito mais possível habitar o espaço de forma não-disruptiva; caso contrário, nos casos em que o *habitat* interior se apresenta frágil ou incontinente, provavelmente a experiência de morar no CRUSP torna-se uma experiência de angústia exacerbada.

Nesse sentido, pensando o morar como uma forma de continência para o psiquismo, o papel do ambiente também é de importância fundamental. A forma de recepção do estudante na moradia, tanto por seus pares quanto pela instituição, também fará muita diferença ao longo de sua permanência. Pensando especialmente nos sujeitos com fragilidades relativas ao habitar, possivelmente relacionadas a experiências de moradia anteriores muito precárias ou críticas (em termos sociais e psíquicos), entendemos que a construção do *habitat* interior ainda está em curso, ainda por se constituir, e a experiência da moradia estudantil pode vir a ser também uma experiência reparadora (embora nem sempre o seja).

Entendemos que a possibilidade de permanência estudantil na universidade, especialmente no âmbito da moradia universitária, está de alguma forma vinculada à condição de permanência ou continuidade psíquica. Cabe aqui recuperar a ideia de Kaës (1982), segundo a qual o psiquismo repousa sobre quatro apoios: o corpo, a mãe, o grupo e o si-mesmo (*soi*). A partir das reflexões sobre o morar, temos que a casa também se constitui como apoio, como uma espécie de síntese de todos os outros apoios – casa como pele, como chão, como colo, como lugar de pertencimento, como formadora do *habitat* interior. Podemos, assim, entender o morar como função metapsíquica, nos termos de Kaës, função de sustentação e continência.

A possibilidade de habitar um lugar é indissociável da condição de existir. Uma casa não é somente uma construção; para se constituir casa, precisa ser habitada. Além disso, habitar um lugar não é uma operação que se dá de maneira instantânea; ela demanda a possibilidade de construção de um lugar psíquico. Uma casa, podendo ser habitada, torna-se refúgio, ou seja, "um lugar de vida frutífera, onde a subjetividade tem certa importância" (EIGUER, 2014, p. 27). Entendendo refúgio como um lugar que serve de amparo e abrigo, podemos conceituar a casa como um local que protege do desamparo excessivo (embora também possa ser local de produção de desalento).

As reflexões até aqui expostas acerca das condições de habitar um lugar reforçam a ideia de que há uma dimensão subjetiva, singular, que é posta à prova a cada vez que um sujeito entra em um movimento de reterritorialização, que "migra" em busca de um novo lugar. Porém, ao longo deste trabalho temos reforçado que as questões relativas ao sofrimento estudantil na moradia universitária são multidimensionais, multifacetadas. Nesse jogo de forças, há elementos que dizem respeito aos sujeitos, mas há elementos relativos à moldura maior, seja a universidade, seja a sociedade como um todo. Entendemos que, entre o território e o *habitat* interior, existe a questão do pertencimento, relacionada a uma ameaça sempre presente de precariedade ou de "perda de objetos sociais", conforme veremos a seguir.

2.2. Segunda Parte - A universidade como objeto social

Il n'y a pas de souffrance plus grande
que celle de l'exclusion[8]
(FURTOS, 2011, p. 31)

2.2.1. Os excluídos de dentro

Conforme comentamos na introdução deste trabalho, temos testemunhado nas últimas décadas um incremento do acesso à universidade por camadas sociais que, por muito tempo, tiveram impedido seu ingresso no ensino superior, que parecia restrito aos filhos das elites do país. A entrada na universidade pública, especialmente pela via dos concorridos vestibulares, se configura como uma possibilidade de

[8] "Não há sofrimento maior que aquele da exclusão" (FURTOS, 2011, p. 31, tradução nossa).

mudança de *status* social. Não somente o acesso ao ensino superior, mas também à educação básica e secundária, muitas vezes pareciam (parecem ainda) mais um privilégio do que um direito previsto na Constituição Brasileira[9].

Tal realidade não diz respeito somente ao cenário brasileiro. Em artigo intitulado *Os excluídos do interior*, Bourdieu e Champagne (1997), referidos ao contexto da França em meados da década de 1980 e 1990, ocuparam-se de teorizar a respeito do que chamaram de "mal-estar nas escolas". Em seu texto, os autores apontam para uma dicotomia existente entre as "escolas precárias", periféricas, destinadas a estudantes pobres, e os "colégios selecionados", destinados aos alunos de famílias abastadas. O referido "mal-estar" se dá justamente pela constatação de que as dificuldades de alunos de colégios de elite são diferentes daquelas dos alunos das escolas da periferia.

Na França, até meados da década de 1950, vigorava uma ideologia segundo a qual "aqueles que a escola não queria acabavam convencendo-se (graças a própria escola) que não queriam a escola" (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1997, p. 481), ou seja, os alunos socialmente desfavorecidos eram eliminados precocemente do ensino secundário por acreditarem que não possuíam dons ou méritos para seguir estudando (a chamada "profecia autorrealizadora").

A criação das escolas periféricas em décadas subsequentes se deu a partir de uma suposta democratização do sistema de ensino secundário, que passou a incluir os alunos pobres em escolas diferentes das escolas das elites. Porém,

> [...] depois de um período de ilusão, e até de euforia, os novos beneficiados começaram a perceber que não era suficiente ter acesso ao ensino secundário para ter sucesso nele, e que não era suficiente ter sucesso nele para ter acesso às posições sociais que o secundário abria na época do ensino elitista (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1997, p. 482).

Assim, de acordo com Bourdieu e Champagne (1997), as transformações do discurso sobre a escola, bem como o aumento da quantidade de estabelecimentos escolares, não alteraram a desigualdade de distribuição dos proveitos escolares e benefícios inerentes, de modo que o processo de exclusão escolar foi apenas adiado

[9] "Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (BRASIL, 1988).

e diluído no tempo, gerando um montante de “excluídos potenciais” frequentando as escolas.

Tomando o exemplo francês e entendendo que há algo muito parecido na lógica do acesso à educação no Brasil, temos que a “abertura” ao ensino secundário e especialmente ao ensino universitário para novas camadas sociais, trata-se de um processo repleto de contradições, que coloca em questão inclusive o valor da conquista de um diploma quando ela acontece. Dito de outra forma, se mais camadas da sociedade têm acesso a um diploma, o valor do mesmo tende a se relativizar.

Para Bourdieu e Champagne, na “corrida” pelo acesso à educação, há diferenças que já estão postas desde o princípio, o que configura um cenário arbitrário:

> Os alunos oriundos de boas famílias receberam da família o senso do investimento, assim como os exemplos e os conselhos capazes de sustentá-lo em caso de incerteza, e estão assim em condição de investir na hora certa e no lugar certo [...] enquanto os oriundos de famílias pobres, e especialmente os filhos de imigrantes, na maioria dos casos abandonados a si mesmos já desde o primário, e obrigados a entregar suas escolhas à instituição escolar, ou ao acaso, para encontrar seu caminho, num universo cada vez mais complexo, e por isso votados a errar a hora e o lugar no investimento do seu reduzido capital cultural. (1997, p. 484-485).

No caso brasileiro, apresentaremos a seguir algo sobre a fundação da USP, destacando elementos que podem ajudar a compreender processos presentes até os dias atuais e que, embora invisíveis, se encontram ainda muito atuantes na dinâmica observada na moradia estudantil, especialmente no que diz respeito à sensação de não-pertencimento ou de não-lugar relatada por muitos estudantes em relação à vida naquela universidade – especialmente os moradores do CRUSP.

2.2.2. Sobre a fundação da Universidade de São Paulo

Na primeira parte deste capítulo já apresentamos algo a respeito da história do Conjunto Residencial da USP, o CRUSP. A seguir, faremos uma exposição sobre as origens da USP, tendo em vista que a história de um lugar pode nos dar pistas para a compreensão de sua dinâmica de funcionamento (BLEGER, 1991).

A Universidade de São Paulo (USP) é uma das principais instituições acadêmicas do Brasil, destacando-se principalmente em relação à pesquisa e aos programas de pós-graduação. Foi criada em 1934, cerca de 100 anos depois de outras

instituições universitárias na América Latina, sendo uma das primeiras universidades brasileiras. De acordo com Schwartzman, a USP foi

> [...] criada pela elite econômica do estado de São Paulo, a região econômica mais rica do Brasil, numa competição clara com o governo federal, que na época pretendia estabelecer uma universidade nacional no Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil (2006, p. 161).

O estado de São Paulo, por muito tempo, se configurou como um polo de crescimento econômico, inicialmente pelo plantio e exportação de café e posteriormente por tornar-se um centro industrial. A elite paulista, segundo Schwartzman (2006), contribuiu para o fim da Monarquia e a instauração de uma República descentralizada no país, que delegava poder entre os estados. Em 1932, São Paulo liderou uma rebelião armada, a chamada “Revolução Constitucionalista”, contra o governo centralizador de Getúlio Vargas, intento que terminou com a derrota dos constitucionalistas. De acordo com Schwartzman (2006), foi a rica e frustrada elite paulista que ambicionou a criação da Universidade de São Paulo logo após o desenredo do conflito. Uma figura marcante nesse processo foi Júlio de Mesquita Filho, figura da elite tradicional paulistana, que acreditava na necessidade de São Paulo encontrar uma maneira de recuperar o orgulho ferido no intento frustrado da rebelião; tal maneira seria a criação de uma nova elite intelectual no país, instruída nas ciências modernas e em práticas gerenciais e de negócios avançadas. Nas palavras dele próprio:

> Derrotados pela força das armas, sabíamos perfeitamente bem que só pela ciência, e com um esforço contínuo, poderíamos recuperar a hegemonia gozada na federação por várias décadas. Paulistas até os ossos, tínhamos herdado dos nossos antepassados bandeirantes o gosto pelos projetos ambiciosos e a paciência necessária para as grandes realizações. Que monumento maior do que uma universidade poderíamos erigir àqueles que tinham aceito o sacrifício supremo para defender-nos do vandalismo que conspurcara a obra dos nossos maiores, desde as bandeiras até a independência, da Regência até a República? (MESQUITA FILHO, 1969, n.p. apud SCHWARTZMAN, 2006, p. 164).

Eis, então, que a ideia da Universidade de São Paulo surge como um “monumento”, uma obra grandiosa para reparar um dano narcísico, criada pela e para as classes mais abastadas, com professores em grande parte advindos do exterior,

especialmente da Europa, e sendo inicialmente bastante frequentada por filhos de imigrantes europeus enriquecidos. Assim, em sua fundação, a USP surgiu como uma instituição de elite, que buscava estabelecer padrões para as demais universidades e preparar profissionais de prestígio.

Passados 87 anos de sua fundação, a Universidade de São Paulo tem encontrado novos desafios, em particular o desafio da inclusão social. Apesar do aumento do acesso à universidade por estudantes não provenientes das elites, observamos ainda muita dificuldade de a USP encontrar formas de se adaptar às transformações que se fazem necessárias no contexto atual. Quando estamos tratando da moradia estudantil, o CRUSP, essa observação fica ainda mais evidente, tendo em vista os graves problemas de infraestrutura e o alto grau de sofrimento psíquico relatados pelos estudantes-moradores, além da estagnação do número de vagas para a moradia estudantil num momento em que a demanda é crescente, entre outros problemas.

A USP foi a última das grandes universidades públicas brasileiras a aderir à política de cotas (em 2018). Como estratégia “meio-termo” antes da adesão às cotas, a USP inaugurou em 2005 um novo *campus*, na zona leste de São Paulo, com cursos de graduação do tipo profissionalizantes. De acordo com editorial, à época publicado no jornal O Estado de São Paulo:

> Enquanto na Cidade Universitária, situada na zona sul, somente 10% dos estudantes são negros, nas instalações da zona leste a média é superior a 21%. Além disso, enquanto nas unidades tradicionais da USP apenas 29% de seus alunos vieram da rede pública de 1º e 2º graus, nos cursos do novo *campus* a média é de 47%. Ou seja, quase metade do corpo discente vem de famílias que não puderam pagar escolas particulares para seus filhos. (2005 apud SCHWARTZMAN, 2006).

Em 2020, a USP recebeu 47,8% de matrículas em cursos de graduação de alunos provenientes de escolas públicas, e dentre estes, 44,1% são alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (JORNAL DA USP, 2020). Vemos, portanto, que não há como a universidade se furtar de lidar com a questão da diversidade do acesso ao ensino superior. A USP já não é mais somente das elites, porém o peso da história se faz presente nas práticas institucionais. Existe uma tensão entre classes sociais sempre presente na história da universidade. Em particular no que diz respeito ao CRUSP, observa-se uma grande dificuldade de que os moradores

– em sua totalidade, estudantes de baixa renda, muitos negros ou indígenas – se sintam de fato pertencentes à universidade.

2.2.3. O CRUSP é a periferia da USP

Oliveira (2019) percorreu os corredores do CRUSP semanalmente ao longo de três anos, como campo de sua dissertação de mestrado pelo IPUSP, buscando compreender de que forma acontece o habitar no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo. Segundo sua percepção, as vivências no CRUSP relatadas por seus moradores levavam a pensar em uma "exclusão travestida de inclusão" (p. 25). Ao longo de seu trabalho, fala do quanto foi afetado por relatos de solidão e de dificuldades com os códigos da universidade, apresentando o CRUSP como um "não-lugar".

Segundo o autor, nas conversas realizadas com os estudantes-moradores, havia temas que reapareciam muitas vezes, como

> [...] a sensação de isolamento, sensação de não pertencimento, problemas práticos da habitação, dificuldade de relacionamento com os colegas de apartamento e questões mais específicas das mães, das mulheres e dos funcionários. Todas essas "re-clamações" apareceram associadas à má administração da SAS e da AmorCRUSP (Associação de Moradores do CRUSP), órgãos que possuem a função de trabalhar em prol do melhor funcionamento da moradia (2019, p. 33).

Oliveira apresenta em seu texto a sensação de que pairava no CRUSP uma espécie de atmosfera de guerra: "guerra entre morador e instituição, assemelhada a uma guerra entre governo e governados" (2019, p. 34). Tal sensação pareceu ao autor bastante flagrante por ocasião de uma ocupação dos moradores à SAS, ocorrida em 2016, cujo estopim foi um episódio de violência a uma moradora por seu companheiro, também morador do CRUSP. A ocupação reivindicava da Universidade a apuração de diversas denúncias de violência de gênero ocorridas na moradia estudantil. Trata-se de mais um dentre muitos conflitos entre CRUSP e USP que já ocorreram ao longo da história da moradia.

Acerca da referida dinâmica conflituosa entre moradores e instituição (entre "governo e governados"), Oliveira (2019) assinala o efeito que tal conformação gerava nele próprio e no grupo de estagiários que circulava pelo CRUSP. Havia sempre um

sentimento de uma certa paranoia, um temor da subversão do lugar de fala, ou seja, temor de ocupar o lugar do colonizador ou do opressor diante dos moradores, algo que tendia a gerar uma paralisia na possibilidade de intervenções e engessamento da escuta:

> [...] havia um enorme receio de, ao questionar os moradores do CRUSP acerca do sentido da ocupação e das lutas políticas, ser compreendido enquanto alguém que já de início é um inimigo político. A histórica luta entre governo e governados na moradia parecia não permitir, dificultando a possibilidade de diálogo com o diferente (2019, p. 36).

Assim, Oliveira nomeia uma espécie de ciclo de repetição no enredo cruspiano: “essa dinâmica de luta e de não poder dizer ou perguntar coisas” (2019, p. 38), como se questionar algo ali levasse o interlocutor a ser rapidamente enquadrado como reacionário ou como alguém com posicionamento político “de direita” (portanto, inimigo). Tendo em vista a história do CRUSP como lugar símbolo de resistência e luta contra a ditadura no Brasil na década de 1970, Oliveira aponta que há uma equivalência entre o discurso comum dos moradores do CRUSP e o discurso do movimento estudantil. Como uma espécie de *cliché* institucional, todo aquele que discorda do pensamento da maioria acaba se tornando “reaça”, de direita – algo que esvazia a possibilidade de dissonâncias e, portanto, de diálogo.

Para Oliveira (2019), havia sempre algum tipo de ruído entre o que se falava e o que se ouvia nos espaços da moradia, algo que impregnava (contratransferencialmente, diríamos) o pesquisador e os estagiários participantes da intervenção, que se percebiam muitas vezes silenciados, paralisados:

> Não quebrávamos o acordo tácito que parecia existir: um acordo de não questionar os discursos que pareciam impregnados de juízos prévios naquela instituição. Estávamos começando a compreender como era estar/morar no CRUSP? (2019, p. 40)

Em sua pesquisa, Oliveira destaca uma espécie de contrassenso presente no discurso dos moradores. De um lado, havia a reivindicação de melhorias para a moradia, também como forma de crítica e resistência frente ao direcionamento político do governo do estado de São Paulo – “que escolhe o reitor da universidade e que por sua vez escolhe o superintendente da SAS” (2019, p. 52). Subentende-se aqui uma percepção dos moradores de que nem o Governo nem a Universidade são favoráveis

à existência do CRUSP e de seus moradores. De outro lado, há um descuido dos próprios moradores com a (sua) moradia, algo que, tanto quanto o descaso institucional, tende a implodir a existência do conjunto residencial. A esse respeito, diz Oliveira:

> [...] parece se desvelar uma contradição acerca disto, ao mesmo tempo que os moradores pedem por maiores cuidados, eles próprios talvez não consigam cuidar de si. Instaura-se uma certa atmosfera de espera. A espera de alguém fazer por e para eles. Poderia, talvez, pensar em algo que aponta para certa “terceirização” da responsabilidade pelo cuidado concreto do espaço? (2019, p. 53)

Afetado pelos relatos dos moradores acerca de suas vivências no CRUSP e na Universidade, Oliveira incorpora ao seu texto algo das concepções de Gonçalves (2007) sobre a humilhação social:

> Humilhação social é sofrimento longamente aturado e ruminado. É sofrimento ancestral e repetido. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo assalariados. Alcançou roceiros, mineiros ou operários, também uma multidão de pequenos servidores, subempregados e desempregados. (GONÇALVES, 2007, p. 190).

Para Oliveira, há algo da ordem da humilhação social que ocorre a cada vez que o Estado não zela pelas condições de moradia e pelos direitos dos estudantes vinculados ao PAPFE (Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil), colocando, em última instância, a própria existência desses estudantes em xeque. Há uma inclusão que parece sempre a meio caminho de se efetivar de fato e, por isso mesmo, acaba gerando exclusão e sofrimento:

> Morar no conjunto residencial, estar abrigado entre paredes e um teto, não resguarda ou sequer é pressuposto de tranquilidade para seus moradores. Moradores que carregam consigo biografias de resistências e humilhações, biografias marginais e transgressoras de um social que já guarda um lugar no mundo para eles. Todo o multiverso cruspiano parece agora convergir para algo em comum do habitar a moradia: a população que hoje reside o CRUSP foi selecionada por um questionário socioeconômico. A população que reside no conjunto, se comparado com os demais universitários é a população mais pobre da categoria. Na cidade, essa é a população que mora nas periferias, nas margens, nas ocupações/invasões e que por alguma transgressão

> adentrou (ou foi incluído) à USP. Assim, seria possível dizer que o CRUSP é como se fosse o morro da USP? (OLIVEIRA, 2019, p. 55).

Vemos que a história do CRUSP, assim como a história da USP, é marcada pela tensão entre classes sociais e por uma polarização entre universidade e moradores (“governo e governados”), algo que muitas vezes inviabiliza o diálogo. Parece haver uma frequente incompatibilidade entre o que o aluno demanda e o que a universidade oferece.

No presente capítulo, conforme estamos apresentando elementos para pensar sobre a questão do habitar no CRUSP, temos notado o surgimento de diversos pontos de tensão ou dicotomia, tais como: privilégio x direito, elites x periferias, margem x centro, inclusão x exclusão. Ao tratar de questões relativas ao sofrimento estudantil no âmbito da moradia, notamos que há um impasse sempre presente de maneira velada ou mesmo explícita: quando apresentamos a noção de *habitat* interior, percebemos algum risco de deslocar a discussão sobre o sofrimento estudantil para dificuldades individuais supostamente anteriores à entrada na universidade; por outro lado, quando deslocamos as questões para o âmbito institucional e macroestrutural, também pode haver o risco de olhar para o aluno que sofre na moradia apenas como vítima do descaso da universidade e das agruras da contemporaneidade. Porém, o que buscamos neste trabalho é justamente romper polarizações ou dicotomias, sempre à procura de algo da ordem do intermediário entre o sujeito e o social.

Temos repetido até aqui o quanto o sofrimento estudantil é multideterminado, complexo, ainda mais no contexto da moradia universitária. Assim, buscando elementos que contribuam para a dissolução de nosso impasse, gostaríamos de apresentar na sequência algumas considerações sobre o “sofrimento social”, ideia que se aproxima bastante da noção de desamparo abordada no capítulo anterior, mas que traz em seu bojo de maneira acentuada a questão da precariedade como conceito articulador de dimensões objetivas e subjetivas.

2.2.4. O sofrimento social

A chegada à universidade configura-se, conforme discorrido anteriormente, como uma crise que demanda uma reconfiguração da identidade. Trata-se de um processo que envolve movimentos de desterritorialização e reterritorialização,

demandando um deslocamento subjetivo e muitas vezes também concreto: abandonar a casa de origem para muitos estudantes é um passo necessário para poder entrar pelos portões da universidade. No caso mais específico dos estudantes que residem em moradias estudantis, tal deslocamento envolve também questões socioeconômicas e identitárias. A seguir, apresentamos alguns elementos para pensar sobre um tipo de sofrimento ligado a condições de vida adversas, o chamado "sofrimento social".

A ideia de sofrimento de origem social é apresentada por Werlang e Mendes (2013) como o sofrimento relacionado às transformações socioeconômicas modernas (e pós-modernas) que levaram ao surgimento de novas formas de vida e trabalho, muitas vezes remetendo à precariedade. O sofrimento social se configuraria, assim, como uma patologia das sociedades contemporâneas.

Para as autoras, o conceito de sofrimento social ganhou força inicialmente a partir de estudos que denunciavam a situação de trabalhadores em seus locais de trabalho. Dejours (2006 apud WERLANG; MENDES, 2013) é apresentado como um dos primeiros autores no campo das ciências sociais a examinar a questão do sofrimento relativo ao trabalho, o que poderia levar ao adoecimento físico ou psíquico.

Bourdieu (1997 apud WERLANG; MENDES, 2013) também apresenta contribuições importantes ao estudo da questão do sofrimento; para o autor, o mal-estar contemporâneo, embora nem sempre evidente, pode ser reconhecido nas diversas expressões da violência, destacando a violência das estruturas econômicas e sociais, produtoras de "pequenas misérias". Werlang e Mendes, a respeito do pensamento de Bourdieu, dizem que

> [...] os inúmeros sofrimentos a que se está exposto na contemporaneidade seriam oriundos do choque de interesses, de disposições, de estilos de vida diferentes que a coabitação apresenta, destacando-se, nesse contexto, os locais de moradia e trabalho (2013, p. 747).

Bourdieu (1997 apud WERLANG; MENDES, 2013) entende, portanto, que é no interior dos grupos sociais no qual as experiências são vividas e percebidas (destacando o ambiente de trabalho e o de morada) que se desvelam as diferenças produtoras de sofrimento social. Os mecanismos econômicos e sociais que sustentam tal conformação não podem ser facilmente interrompidos ou transformados:

> A realidade social é tensa e densa, complexa e geradora de situações de pobreza, miséria e frustração. A realidade social seria, assim, vista como atroz com todos aqueles que desconhecem suas regras de funcionamento. Seria perversa com todos aqueles que chegam tarde, que não se empenharam, uma vez que o espaço dos vitoriosos é estreito, fechado, estando sob vigilância e exigindo sacrifícios daqueles que ali desejam estar. Entre este sacrifício encontrar-se-ia, inclusive, a possibilidade da autodestruição. A realidade social muda e, com esta, as expressões das desigualdades e contradições que ganham contornos difíceis de serem delineados, conformando espaços de exclusão e afetando a vida das pessoas em todas as suas faces. O sofrimento vai ganhando forma: a forma das estruturas sociais violentas, geradoras da precariedade em todas as suas dimensões. (WERLANG; MENDES, 2013, p. 747).

Robert Castel (1998) é outro autor apresentado por Werlang e Mendes (2013) que também problematizou a questão do sofrimento em sua relação com os vínculos e a integração social, destacando os processos de dissociação ou desfiliação dos grupos sociais. O autor apresenta a ideia de que o lugar e a coesão social dos sujeitos estão ligados a seu lugar e função na cadeia produtiva. Por exemplo, a falta de trabalho geraria isolamento social, que poderia levar a processos de exclusão e desfiliação. Nesse sentido, a vulnerabilidade social estaria ligada à precariedade do trabalho, bem como à ausência de suportes sociais geradores de estabilidade e confiança (afrouxamento dos mecanismos de proteção social), gerando incertezas em relação ao viver.

Para Castel, por meio do trabalho cria-se a possibilidade de acesso a um lugar social; em contrapartida, quando não há possibilidade de acesso ao mundo do trabalho ou apenas acesso precário, criam-se condições para um processo de desfiliação, ou seja, ausência de “inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido” (CASTEL, 1998 apud WERLANG; MENDES, 2013, p. 750).

Podemos pensar que a educação também se configura como uma via de acesso ao mundo do trabalho, destacando que, em nossa sociedade, quanto maior a escolaridade, melhores as condições para se trabalhar – pelo incremento das ofertas de emprego e pela possibilidade de melhorias nas condições de trabalho, incluindo o ganho financeiro e possibilidade de movimentação dentro de determinada carreira, entre outros ganhos. Entendemos, portanto, também a educação, especialmente a universitária, como forma de acesso a novos lugares sociais.

Retomando Castel, para o autor, há duas dimensões de acoplamento dos indivíduos ao tecido social: uma econômica, relativa ao *status* empregatício, e outra propriamente social, ligada à inserção familiar e comunitária. Dentro dessas duas dimensões, de acordo com Castel (1998 apud WERLANG; MENDES, 2013), o indivíduo pode se encontrar em quatro tipos de zonas: integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação. Na *zona de integração*, o indivíduo estaria em um emprego estável e com relações sociais consistentes; na *zona de vulnerabilidade*, ele se encontra em contexto de trabalho precário e laços sociais fragilizados; na *zona de assistência*, ele está enfraquecido pela ação da precarização e também seus laços sociais tendem à dissolução, demandando portanto algum tipo de assistência social; e finalmente, na *zona de desfiliação*, encontra-se a precariedade plenamente instalada, em face ao desemprego e ausência ou ruptura com mecanismos de suporte e proteção social. Voltaremos a discorrer a respeito desse esquema mais à frente, articulando com outros autores.

Segundo Castel, estamos vivendo um tempo no qual tudo o que foi constituído a partir das proteções sociais – liberdade, segurança, autonomia do indivíduo – encontra-se em colapso. Vivemos tempos de incertezas, instabilidades e vulnerabilidades, permeadas pela ruína do senso de coletividade e incremento da individualização. Werlang e Mendes comentam a respeito:

> É este indivíduo que entra em sofrimento devido à sua fragilidade, uma vez que paralelamente à perda ou enfraquecimento das proteções que dão direito à existência, tem-se um processo de descoletivização ou o que Castel chamará de reindividualização das relações de trabalho. Neste processo, em que os indivíduos são interpelados, não haveria os recursos necessários para se entrar no jogo. Alguns, com mais recursos, aderem ao discurso neoliberal empreendendo, colaborando. Os demais, que não atendem ao discurso do novo processo de individualização, perdem: perdem *status*, retornam à situação de vulnerabilidade inicial, entrando em processo de desfiliação, uma vez que há, paralelamente, um processo de descoletivização dos coletivos de trabalho. Enfim, para Castel é preciso refiliar os indivíduos vulneráveis, retomar suas formas de pertencimento, seja através dos suportes clássicos da propriedade social, seja através da criação de novos suportes sociais. (2013, p. 752-753).

É como se estivéssemos tratando de uma competição (individual) na qual as condições para chegar ao pódio já são, desde a largada, desiguais. Encontramos em curso a decadência da ideia de trabalho em equipe, frente à supressão do fato de que

um grupo constitui uma forma de sustentação dos indivíduos no tecido social. Assim, conforme aponta Castel, somente a retomada da noção de coletivo, de “comum”, se tornaria um meio de (re)criar possibilidades de refiliação. A esse respeito, Werlang e Mendes apontam ainda que

> [...] o sofrimento social deve ser pensado na sua estreita relação com a vulnerabilidade estrutural de uma sociedade de propriedade de si, ou seja, relaciona-se à autonomização da existência enquanto norma social de uma sociedade que não oferece as garantias para que esta mesma autonomização se dê. Não há mais suportes institucionais, não há proteções formais. [...] É nesse contexto que o indivíduo deve permear, se localizar, viver e sobreviver. Contudo, esse contexto traz implicações, uma vez que a modernidade trouxe ao centro o indivíduo e lhe diz: és livre, és autônomo, és responsável, mas ao mesmo tempo, retira as sustentações sociais e os dispositivos de formação desse mesmo indivíduo (2013, p. 753).

Para as autoras, aqui também apoiadas em Soulet (2009), a configuração social contemporânea leva a um contexto de vulnerabilidade endógena, que gera desamparo, sofrimento social e até mesmo patologias sociais determinadas/específicas de nosso tempo.

De acordo com Werlang e Mendes (2013), os diversos autores citados apresentam elementos para pensar a sociedade contemporânea a partir de um processo de degradação ou precarização das relações sociais, do qual o sofrimento social é consequência.

Dando continuidade a essa discussão, destacamos a seguir algo do pensamento de Jean Furtos, que nos apresenta o conceito de *perda do objeto social*. O objeto social refere-se justamente àquilo que vincula o sujeito ao tecido social, fazendo-o sentir-se seguro e pertencente a um lugar, portador de um *status*. Citando Furtos, um objeto social seria

> [...] qualquer coisa idealizada dentro de uma dada sociedade em relação a um sistema de valores que proporciona ao mesmo tempo *status* e possibilidade de relações. Ele permite o reconhecimento da existência, possibilita relações; podemos brincar com o objeto social como brincamos com uma bola. Quando falo sobre a perda do objeto, não estou falando sobre a perda da bola em termos de ter, porque, para usar essa metáfora, você sempre pode encontrar outro balão ou consertar um balão improvisado. Não estou nem falando em perder o campo de jogo, porque você pode jogar em qualquer espaço e decidir que é um campo de futebol. Estou falando de um quadro mais sério, que diz respeito à perda da capacidade de jogar genuinamente junto aos

> humanos, por meio de mediações/interações, em um lugar e com outros humanos; este cenário é mais uma vez o da exclusão (2011, p. 31, tradução nossa).

Assim, um objeto social, em uma leitura kaesiana, pode ser entendido como algo da ordem do intermediário, que permite justamente a ligação ao grupo e, em decorrência, a possibilidade de filiação e reconhecimento da própria existência. Neste trabalho, propomos pensar o pertencimento à universidade como objeto social, na medida em que cria a possibilidade de acesso a um outro lugar social. Além disso, também a moradia deve ser considerada como objeto social, por sua propriedade de intermediação eu-mundo e apoio (étayage) psíquico.

Prevost (2009 apud WERLANG; MENDES, 2013), apoiada em Furtos (2007), propõe uma ampliação do esquema (integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação) apresentado anteriormente por Castel (1998), incluindo a questão da perda dos objetos sociais. Importante observar que, no entendimento dos autores, a perda do objeto social passa a ser considerada ordinária na sociedade contemporânea, apenas se modificando a intensidade ou gravidade das perdas nas diferentes zonas. Assim, na (1) zona de integração, a perda do objeto social é pensada dentro da “normalidade”, ou seja, há a consciência da precariedade, mas o lugar social e os vínculos se encontram preservados, havendo, além disso, possibilidade de busca de amparo se necessário. Na (2) zona de vulnerabilidade, já se observa alguma perda concreta no plano econômico e no social, gerando sofrimento, insegurança e desesperança. De acordo com Prevost, uma situação de vulnerabilidade envolve aquilo que Furtos nomeará como “perda da antecipação do amanhã”, quando a perspectiva de futuro se torna catastrófica. Ainda assim, nessas duas primeiras zonas, os objetos sociais se mantêm preservados (ainda que comprometidos), enquanto nas duas zonas seguintes, é possível observar perda (ou ausência) de objetos sociais. Na (3) zona de assistência, há perda de objetos como trabalho, renda ou *status* social. Nessa terceira zona, os efeitos psíquicos gerados pela vulnerabilidade exacerbada ainda são reversíveis, e a precariedade é compensada por objetos sociais substitutos; ainda assim, a vergonha pela própria situação gera inibição, impedindo muitas vezes ações em direção à busca de recursos. Na última zona, (4) de desfiliação, temos a precariedade absoluta, quando tudo é perdido. Trata-se de uma condição de exclusão, de agonia psíquica e da perda da estima de si, o que leva a um estado de autoexclusão, de dessubjetivização, alienação e anestesia do corpo.

Furtos (2007) busca desenvolver uma “clínica da desfiliação", a partir da escuta do sofrimento social dos indivíduos em contextos de precariedade. Podemos dizer que “a precariedade psíquica corresponde a uma vulnerabilidade psíquica devido ao enfraquecimento ‘do mundo’ e, também, das dificuldades de reconhecimento de si mesmo como digno de existência dentro de um grupo ou coletivo humano” (WERLANG; MENDES, 2013, p. 757-758).

Um “mundo”, de acordo com Furtos (2001) seria uma totalidade de pertencimento ou de integração, algo que proporcione continência à precariedade (ou desamparo) essencial do humano ao mesmo tempo que o reconheça como digno de existência. Entretanto, num “mundo” precário, um risco sempre presente é o do não-reconhecimento e da exclusão social. Segundo o autor, “uma sociedade precária é definida como aquela marcada pela obsessão pela perda, nesse caso, a perda de objetos sociais (dinheiro, emprego, moradia, *status* social, etc.)” (FURTOS, 2001, p. 2, tradução nossa). O sofrimento social advém da angústia gerada pela possibilidade de perda de objetos sociais.

Refletindo a respeito do sofrimento estudantil no contexto cruspiano, entendemos a universidade como uma totalidade, assim como a comunidade cruspiana, ambas funcionando para seus moradores como “mundos” sobrepostos e contidos na moldura ainda maior da sociedade. Tal sobreposição pode algumas vezes gerar conflitos, crises, em particular quando justamente o pertencimento à universidade, como objeto social, não é reconhecido, fazendo com que a vida ali dentro pareça sempre ameaçada.

Conforme comentamos, Furtos (2007) entende a precariedade como algo inerente às sociedades contemporâneas, sendo a ameaça de perda de objetos sociais um risco constante, algumas vezes discreto e outras absoluto. No caso do CRUSP, estamos falando da sensação de ameaça sempre presente na existência daquela comunidade, desde sua fundação (o CRUSP não foi criado para ser moradia, foi ocupado pelos estudantes como tal), algo que, de alguma forma, marca a subjetividade de seus habitantes.

De acordo com Furtos, precariedade social não pode ser confundida com pobreza: “é possível viver sem precariedade dentro de uma sociedade ‘pobre’ (embora cada vez menos atualmente) e, da mesma maneira, se poderia viver precariamente enquanto se ganha um bom sustento” (2011, p. 30, tradução nossa). A precariedade

social traz em seu bojo a questão do *status* social precário, que é diferente da precariedade psíquica, embora possa haver correlação.

Para Furtos (2011), existe a precariedade normal ou essencial, remetida ao desamparo constitutivo do humano; mas existe também a precariedade exacerbada, característica da sociedade contemporânea, e que tem aumentado cada vez mais. A precariedade normal diz respeito à entrada no mundo, à dependência primária e ao contrato narcísico, que envolve o reconhecimento de um bebê como pertencente ao grupo dos humanos, desde a família como grupo primário até a sociedade e todos os seus subgrupos secundários (escola, trabalho, comunidade, etc.).

A possibilidade de pertencer aos grupos humanos gera, de acordo com Furtos (2011), uma tripla confiança: segurança em relação ao outro como fiador, confiança em si mesmo como alguém dotado de valor e, em decorrência das duas primeiras, confiança no futuro. Nas palavras de Furtos: “o coletivo permite confiar no laço social que sustenta a possibilidade de um futuro na sociedade” (2011, p. 31, tradução nossa). Porém, no contexto da contemporaneidade, encontramos um cenário de grande insegurança, e a ameaça de perda dos objetos sociais, tais como o emprego, o dinheiro, a aposentadoria ou benefícios sociais, a habitação, a educação, os bens, entre outros, encontra-se sempre presente. Dessa forma, de acordo com Furtos, vivemos em um tempo no qual a precariedade “normal” se encontra deformada, exacerbada, havendo grande prejuízo na confiança do sujeito no outro que legitima a existência, perda da confiança em si e na dignidade do existir e, por fim, perda da confiança no futuro, que parece sempre ameaçado ou ameaçador.

Retomando a questão do *habitat* interior e entendendo-o como sendo também constituído pelo social, podemos compreender que, na contemporaneidade, sua constituição é atravessada pelo fenômeno da precarização da vida, conforme definido acima por Furtos[10].

Esse autor apresenta três modalidades clínicas do sofrimento psíquico de origem social no contexto de precariedade. O primeiro tipo seria o do sofrimento

[10] Em tempos de pandemia SARS-COV-2, é inegável o incremento da sensação de insegurança generalizada que temos vivenciado. No que diz respeito à moradia, ao mesmo tempo que o distanciamento social destacou o âmbito da casa como o grande cenário da existência (especialmente para aqueles que tiveram a opção do isolamento domiciliar), a própria noção de casa enquanto refúgio se tornou ameaçada, pois algumas vezes, mesmo dentro de casa, no convívio com os demais membros da morada, pode haver risco de contaminação pelo coronavírus. Podemos imaginar que as marcas dessa época, que mudaram nosso modo de interação com o outro e com o mundo, ainda irão se fazer presentes em nossa subjetividade por muito tempo, alterando tanto o *habitat* exterior quanto o interior.

“normal”, do “bom estresse”, aquele que se torna um estímulo para a busca de mudanças e superação: "aconteça o que acontecer, eu vou sair dessa” (2011, p. 31, tradução nossa). Trata-se de um sofrimento não-patológico, pois permite ainda agir, pensar, falar, amar, mantendo o pertencimento ao conjunto social. Nessa modalidade, há a consciência da precariedade original e, portanto, possibilidade de trabalho psíquico no sentido da manutenção dos vínculos, havendo inclusive a chance expressar sentimentos e de pedir ajuda (e ter a quem recorrer).

O segundo tipo de sofrimento seria aquele que dá indícios de evitação do viver, quando há perda de objetos sociais e, em decorrência, certa melancolia, “melancolia social”: "se eu perder (ou se tiver perdido), estou ferrado" (FURTOS, 2011, p. 31, tradução nossa). Dessa forma, a vida vai se tornando um fardo pesado, e os vínculos sociais se encontram em perigo, com prejuízo das capacidades de agir, pensar, falar, amar e situar-se no mundo. Nessa modalidade, de acordo com Furtos,

> [...] um dos primeiros mecanismos de defesa é o do hedonismo reativo: diante de um sofrimento de exclusão, o sujeito decide não mais lutar neste nível, mas sim obter “seu prazer”, sozinho ou com seus familiares, em uma espécie de ruptura social implícita (2011, p. 32).

Tal desconforto também se manifesta na forma de rancor, agressividade, violência e adoecimento psicossomático. Furtos (2011) coloca que, em termos lacanianos, poderia se falar de um imperativo do gozo com evanescência do “nome do pai”, ou seja, evanescência das leis simbólicas que regem a vida em sociedade. Em termos kaesianos, podemos pensar que as instâncias mediadoras entre o indivíduo e o social se encontram abaladas, em crise.

O terceiro tipo de sofrimento seria o mais implacável e de maior morbidade: “é um sofrimento que impede de viver/sentir o próprio sofrer, segundo a seguinte posição existencial: ‘está tudo ferrado, vamos viver-desaparecer’, dentro da lógica da sobrevivência” (FURTOS, 2011, p. 32, tradução nossa). Trata-se da vivência crônica de um estresse agudo, quando tudo vai de mal a pior; dessa forma, os vínculos sociais são atacados, há uma renúncia à coletividade e o indivíduo encontra-se em processo de autoexclusão. Podemos dizer que se trata da falência de qualquer forma de mediação sujeito-mundo.

A “síndrome da autoexclusão”, de acordo com Furtos (2007) é um produto da precariedade social exacerbada. Apoiadas no autor, Werlang e Mendes explicam que em tal processo de exclusão ocorre

> [...] a perda dos sentimentos que fazem com que o sujeito se reconheça como ser humano, podendo levar à desagregação familiar. A pessoa não mais se sente incluída e o processo de autoexclusão se dá objetivando não mais sofrer, não mais sentir sentimentos considerados extremos como aqueles ligados à agonia psíquica, ao desespero. Assim, a pessoa exclui-se utilizando mecanismos de dessubjetivação extrema, como a negação, a projeção etc. Nesta fase, a exclusão social funcionará como uma exclusão psíquica, que pode ser considerada como um “narcisismo negativo”. O narcisismo, neste caso, seria submetido à pulsão de morte com desinvestimento nas representações. Assim, a ruptura dos vínculos sociais não seria acompanhada apenas por problemas graves de saúde no plano somático, mas também comportamental, e o sofrimento gerado não seria assumido pelo sujeito. Para o autor, tal situação seria o último resquício de liberdade antes do suicídio (WERLANG; MENDES, 2013, p. 761).

A tendência à autoexclusão diferencia-se do suicídio, pois existe ainda uma possibilidade (ou talvez esperança) de reversibilidade. Furtos (2011) explicita a escolha do termo autoexclusão:

> Esse neologismo introduz uma duplicidade semântica de psicogênese e sociogênese simultâneas. Por um lado, o ambiente é excludente, por outro, a palavra “auto” se refere ao que diz respeito ao sujeito: enquanto se encontra em situação de exclusão, o sujeito tem a capacidade de exercer sobre si mesmo uma ação para se excluir da situação, para evitar sofrê-la, transformando o sofrimento em ação. Essa atividade psíquica responde ao meio social e simultaneamente à história do sujeito, que é sempre vinculada a uma estruturação psicossocial em construção e/ou desconstrução. (FURTOS, 2011, p. 32).

As condições de sofrimento relacionadas ao processo de autoexclusão não dizem respeito somente a pessoas em situações extremas, como aquelas que não possuem moradia, crianças e jovens em situação de risco/isolamento, pessoas com doenças mentais ou situações de catástrofe coletiva (embora tenham sido inicialmente observados nesses grupos sociais). Na atualidade, a síndrome de autoexclusão pode ser entendida como uma patologia contemporânea e se encontrar também como componente do sofrimento no trabalho e situações de *burnout*. Podemos teorizar que a fragmentação gerada pela globalização contribui intensamente para o fenômeno da precarização; um “mundo” fragmentado leva à perda do sentimento de comunidade,

bem como de identidade, gerando alienação e colocando em questão o próprio sentido do fazer cotidiano e da vida.

A clínica da desfiliação ou clínica da precariedade proposta por Furtos busca realizar o fortalecimento da contiguidade, dos laços sociais entre os sujeitos e vínculos intersubjetivos como uma forma de mitigar o processo de alienação. Estar excluído implica não ser reconhecido como membro de uma sociedade ou grupo social, gerando um sentimento de não pertencimento, e isso pode se dar no âmbito do trabalho, da moradia, da cultura, da cidadania e das relações sociais (FURTOS, 2008 apud WERLANG; MENDES, 2013).

Quando Furtos fala de autoexclusão, refere-se a um movimento de "recolhimento" do sujeito diante de uma situação de opressão. Segundo Werlang e Mendes (2013), leitoras de Furtos, na condição de autoexclusão, o sujeito deixa de agir sobre si e sobre o mundo para mudar uma situação de sofrimento, especialmente porque sua lógica de vida é "duramente articulada à submissão ao princípio da realidade e não necessariamente ao princípio do prazer" (p. 762); trata-se de uma vida cujas diversas necessidades parecem sempre prementes, e em algum ponto o sujeito "desiste". Podemos entender tal processo como um processo de "dessubjetivação" e de "desabitação" de si mesmo. Já apontamos anteriormente o quanto é preciso habitar a si mesmo para poder ocupar um lugar, ao mesmo tempo que é preciso encontrar um lugar social para poder habitar a si próprio, constituir-se morada subjetiva.

Uma pessoa em processo de autoexclusão encontra-se autoalienada no interior de si mesma, desconsiderando o mundo a sua volta, mas ao mesmo tempo opera uma recusa de si, como um congelamento do eu. De acordo com Furtos (2008 apud WERLANG; MENDES, 2013), haveria três sinais do processo de desaparecimento do sujeito: a anestesia do corpo, o embotamento das emoções e a inibição do pensamento. Tais sinais estão ligados a dois outros, que configuram grande negligência do sujeito consigo mesmo: a reação terapêutica negativa (quando o cuidado de si não é aceito) e a ruptura ativa (quando as relações familiares, de amizades e institucionais são rompidas). Podemos pensar nesses fenômenos como uma espécie de contraviolência do sujeito, uma resposta à violência perpetrada pelo contexto de precariedade em que se encontra. Trata-se de um não-agir que opera uma ação de desligamento.

Furtos (2008 apud WERLANG; MENDES, 2013) observa que, na síndrome de autoexclusão, ocorre um processo de clivagem do eu: há uma desconexão entre o sensorial e o pensamento, uma espécie de anestesia do sujeito, de forma que os afetos sofrem um processo de congelamento e o sofrimento é negado, desligado da consciência. Uma outra face desse mecanismo de embotamento de emoções seria o seu contrário: uma agitação ou excitação permanentes, também como forma de escamotear o pensar e o sentir. Podemos pensar aqui na questão do uso de drogas como forma de (não) lidar com os afetos, seja pelo anestesiamento, seja pela hiperestimulação da sensorialidade corpórea.

Tais ideias relativas ao sofrimento social ligado à precariedade fazem pensar no quanto a questão do sofrimento estudantil no âmbito do CRUSP varia de uma certa melancolia social até a autoexclusão e ruptura radical, algumas vezes com tentativas de suicídio. A melancolia social diz respeito a uma certa consciência da desigualdade de condições prévias, que se torna muito intensa logo na chegada à universidade, seja por questões socioeconômicas, seja pelo capital cultural-intelectual. Assim, na corrida pelo “sucesso”, o aluno já se sente alguns passos atrás desde a largada, e a chegada à universidade, ainda que seja uma conquista, é sentida como um fardo, pois se faz sempre presente o temor de não chegar até o fim, de não concluir a prova. Nesses casos, quando já houve perda de objetos sociais, há sempre um incremento no temor de novas perdas.

Algumas vezes, sentindo-se excluído do *mainstream* universitário, o estudante se isola. São muitos os relatos de moradores do CRUSP que mal saem do quarto ou que o fazem somente para frequentar sua instituição de ensino e nada mais. Outras vezes, em um movimento oposto, o estudante encontra maneiras não elaboradas de externalizar seu sofrimento, tanto pela via da agressividade ou violência dirigida às pessoas e ao espaço quanto pela via do adoecimento psicossomático.

Também podemos pensar que há alguns casos nos quais a ruptura radical da autoexclusão opera de fato no CRUSP: são dezenas de relatos sobre pessoas que rompem com a realidade, surtam, seja pelo uso de drogas, seja por um quadro de psicose (e também, muitas vezes, por causa da associação entre o uso de drogas e doenças mentais prévias). Em tais casos, geralmente há dificuldade em nomear o que se sente ou vive como sofrimento, em aceitar que exista algum tipo de adoecimento em curso, de forma que o contato de equipes de saúde ou assistência é geralmente

rechaçado. Não é incomum também que, em tais situações, já não haja mais laços familiares próximos; muitos estudantes possuem somente a universidade e a comunidade cruspiana/universitária como forma de apoio.

Apesar de todas as dificuldades, há relatos de muita solidariedade dos estudantes-moradores do CRUSP, no sentido de apoiar colegas em situação de grande vulnerabilidade. Muitas vezes são os próprios coletivos de alunos que se unem em busca de soluções para as situações de colegas que pedem por intervenções. Há muitos estudantes-moradores que, conscientes em relação à própria precariedade, solicitam ajuda, seja nos serviços de saúde, seja via vínculos familiares ou de amizade. Quando existe consciência da própria precariedade, torna-se mais fácil reconhecê-la e legitimá-la no outro, abrindo caminho para a aproximação e a oferta de auxílio. Quando há impossibilidade do reconhecimento da dor de si, fica impedida também a possibilidade de reconhecimento da dor do outro, de sua dignidade ou indignidade.

Conforme apontamos, a questão do sofrimento social articula dimensões objetivas e subjetivas, ou seja, vincula o psíquico, o somático e o social, e, de acordo com Jaques (2004 apud WERLANG; MENDES, 2013, p. 765), diz respeito a “como as diferenças sociais se inscrevem nos corpos das pessoas excluídas”. Assim, o sofrimento social refere-se ao mesmo tempo ao sujeito e ao coletivo: configura-se como uma dor da existência (subjetiva), em face a situações de humilhação e negligência social (coletivas).

A partir de Furtos (2007), vimos que a questão da perda do objeto social contribui grandemente para a discussão proposta neste capítulo. A perda concreta (ou o temor da perda) do objeto social é vivida como uma ameaça à integridade dos sujeitos, tanto material quanto psíquica. Dessa forma, para a compreensão de um sofrimento cuja origem é social, é preciso buscar articulações entre o concreto social e a vida psíquica, entre precariedade e subjetividade.

3. OBJETIVOS E MÉTODO

3.1. Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é cartografar as múltiplas dimensões do sofrimento psíquico universitário no território do CRUSP. Os objetivos específicos são: 1. Articular uma compreensão sobre como o adoecimento vivido como individual é atravessado por questões institucionais e da contemporaneidade; 2. Contribuir para a compreensão dos sentidos do morar, destacando o acoplamento entre o habitar no âmbito da moradia estudantil e a possibilidade de habitar novos lugares psíquicos e sociais; 3. Com o aporte das teorias psicanalíticas de grupo, contribuir para a construção de modelos de atenção à saúde mental dos estudantes universitários que vivem em moradias estudantis.

Em face a tais objetivos, neste trabalho, na modalidade de pesquisa qualitativa, utilizamos a psicanálise como perspectiva teórico-metodológica de pesquisa-intervenção participativa, operando com procedimentos metodológicos, tais como a cartografia e a entrevista operativa, entendida como um dispositivo clínico, conforme discorreremos nos itens a seguir.

3.2. Pesquisa qualitativa

As metodologias de pesquisas qualitativas surgiram no início do século XX como uma forma de resposta à insuficiência dos métodos quantitativos tradicionais, marcados pelos interesses das políticas hegemônicas e pela abordagem positivista, de acordo com Ferigato e Carvalho (2011). Para Denzin e Lincoln (2005 apud FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 664), “a palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades, sobre os processos e significados que não são examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade, quantia, intensidade ou frequência”. Dentro da lógica (quantitativa) da racionalidade científica até então predominante, norteada pela necessidade de domínio do objeto de conhecimento e controle de variáveis, podiam-se derivar duas principais “consequências”, de acordo com Yasui e Emerich:

> [...] a primeira é que conhecer significa quantificar. As qualidades do objeto serão menos importantes do que as características que possam ser quantificadas e mensuradas. A segunda é que conhecer significa simplificar. Ou seja, o método científico assenta-se na redução da complexidade (2019, p. 183).

Para Yasui e Emerich (2019), tal racionalidade científica que se impôs como modelo global e total de produção de verdades ignorava formas de conhecimento que não se pautassem pelos mesmos princípios epistemológicos e por suas regras metodológicas. Os autores apontam a importância da invenção de ferramentas teóricas e conceituais que busquem abarcar a complexidade intrínseca aos fenômenos humanos e sociais, bem como apreender sua construção histórica.

De acordo com Denzin e Lincoln (2005 apud FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 664), “a competência da pesquisa qualitativa é o mundo da experiência vivida”. As primeiras pesquisas com metodologia qualitativa nasceram na década de 1920, destacando-se a etnografia proposta pela Antropologia Social, que colocava o pesquisador na vivência direta da realidade na qual seu objeto de estudo estava inserido. Os primeiros trabalhos etnográficos estavam ainda bastante preocupados com a “objetividade” da experiência de campo, buscando “uma interpretação válida, confiável e objetiva dos fatos observados” (FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 664).

Embora a pesquisa qualitativa tencione uma mudança no paradigma mais positivista da ciência, ela não garante um questionamento da trama dos poderes em jogo, sempre presentes no contexto social amplo. De acordo com Denzin e Lincoln (2005 apud FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 665) a “pesquisa qualitativa, em muitos formatos (observação, participação, entrevista, etnografia), serve como uma metáfora para o conhecimento, o poder e a verdade colonial”, podendo gerar injustiça e iniquidade.

Para Yasui e Emerich (2019), referidos a Vaistman (1995), a racionalidade científica moderna esteve sempre muito pautada nos discursos de grupos dominantes na sociedade ocidental, particularmente o discurso do homem branco, burguês e ocidental:

> A partir de um determinado momento do século XX, os movimentos de afirmação de identidades raciais, étnicas, sexuais, locais etc. colocaram em questão os discursos universalizantes, produzindo uma ciência a partir de seus olhares, seus lugares, suas histórias. (YASUI; EMERICH, 2019, p. 185).

Assim, é justamente o conhecimento produzido a partir das experiências singulares de grupos e indivíduos que pode vir a superar a ideia de modos únicos, gerais ou universais de compreensão do mundo e da vida. O novo paradigma buscado para as ciências humanas na contemporaneidade deve se pautar, portanto, na busca pela "coexistência e mistura de códigos e de mundos em diferentes campos", pelo reconhecimento da heterogeneidade, da pluralidade, do particular e do local. De acordo com Yasui e Emerich:

> O paradigma científico da modernidade com seu modelo explicativo (mecanicista), seu método (experimentalista e dedutivista) e sua linguagem (matematizante) é limitado e insuficiente para contemplar as exigências epistêmicas colocadas por esse desafio de contemplar a complexidade e incluir a subjetividade e as diferenças. (2019, p. 186).

Assim, "todo trabalho de pesquisa que se define como qualitativo deve levar em conta a complexidade histórica do campo, o contexto do objeto pesquisado e a experiência vivida" (FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 665), de forma que a virada paradigmática proposta pela pesquisa qualitativa tenha como norte o "compromisso com a mudança", ressaltando o caráter transformador do mundo (e de compromisso social) a partir do ato de pesquisar.

3.3. Pesquisa participativa (ou participante)

Dentro do escopo das pesquisas qualitativas, no rastro da mudança de paradigma da ciência desde o início do século XX, a pesquisa participativa surge como importante ferramenta. As pesquisas participativas constituem "estratégias de pesquisa que têm como proposta a participação dos grupos sociais na busca de soluções para as problemáticas vividas, envolvendo um processo de compreensão e mudança da realidade" (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 66). De acordo com Oliveira e Oliveira (1985 apud ROCHA; AGUIAR, 2003), uma metodologia participativa demanda mudanças na postura de pesquisador e pesquisados, sendo todos coautores de um diagnóstico da situação-problema e da construção de formas de intervenção. Uma pesquisa participativa se desenha como um processo contínuo no curso da vida cotidiana, transformando seus autores e demandando transformações, seja nas

práticas instituídas, seja nas relações entre os sujeitos participantes. Para Yasui e Emerich, a ênfase da pesquisa participativa é a possibilidade de “transformação da realidade social das pessoas que nela estão imersas, em uma perspectiva que procura promover os sujeitos participantes a sujeitos de fato, retirando-lhes o estatuto de objeto de pesquisa a ser investigado e interpelado” (2019, p. 187).

O papel do pesquisador nesse processo é de disponibilizar seu conhecimento como “uma oferta (a mais) a ser negociada com a práxis e os saberes dos sujeitos que habitam os territórios, que são cotidianamente atravessados pela problemática em questão” (YASUI; EMERICH, 2019, p. 188). Ou seja, o pesquisador não observa do lado de fora o objeto pesquisado, a partir de uma pressuposta (e falsa) neutralidade ou distanciamento. Ao contrário, na pesquisa participativa ele observa de dentro e junto, compondo o olhar com os “locais”, sendo atravessado também por todo o jogo de forças presente no contexto pesquisado.

De acordo com Rocha e Aguiar (2003), a pesquisa participativa se constitui em uma metodologia de pesquisa que envolve modos diferenciados de ações investigativas, dentro dos quais se inclui a pesquisa-intervenção, que desenvolveremos no tópico seguinte.

3.4. Pesquisa-intervenção

A metodologia pesquisa-intervenção vem sendo utilizada em pesquisas nas ciências sociais e humanas, podendo também ser utilizada na área da saúde. Partindo do pressuposto de que uma intervenção gera conhecimento, ela visa a “transformar para conhecer”, invertendo a lógica da pesquisa-ação, outro tipo de metodologia de pesquisa em ciências humanas, segundo a qual deve-se “conhecer para transformar” (ROCHA; AGUIAR, 2003).

A gênese da pesquisa-intervenção provém do movimento institucionalista francês (Georges Lapassade, René Lourau), na década de 1960, sendo, no Brasil, também influenciada por movimentos latino-americanos capitaneados especialmente por argentinos, como Gregório Baremblitt. Nesse contexto, a pesquisa-intervenção estava apoiada nos conceitos da psicossociologia e da análise institucional.

De acordo com Rocha e Aguiar (2003), a pesquisa-intervenção consiste em uma modalidade de pesquisa participativa que propõe uma investigação sobre a vida

de grupos ou coletivos em sua diversidade qualitativa, visando a construir formas potentes de intervenção. Segundo as autoras, essa modalidade

> [...] aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social (p. 67).

Trata-se da construção de uma atitude de pesquisa que radicaliza a ideia de interferência na relação sujeito/objeto pesquisado, justamente por considerar tal interferência como condição ao conhecimento do que se quer pesquisar. O observador participante se deixa afetar e também se torna agente de inflexões no contexto pesquisado. Ele “modifica e é modificado pela experiencia produzida pela intervenção” (MENDES; PEZZATO; SACARDO, 2016, p. 1741). Para Rocha e Aguiar, na pesquisa-intervenção “a relação pesquisador/objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido” (2003, p. 72).

Mendes, Pezzato e Sacardo (2016), ao refletirem sobre propostas interventivas na área da saúde, propõem a pesquisa-intervenção como um modo de superação da ideia de que uma intervenção em saúde signifique uma interferência verticalizada ou uma intromissão. Defendem, ao contrário – e recuperando a etimologia da palavra –, que uma intervenção se assemelha muito mais a um “vir-entre”, um “interpor-se”.

Em uma pesquisa participativa, deve haver um esforço para o estabelecimento de relações horizontais entre os sujeitos, de modo a favorecer as possibilidades de encontro e de diálogo. Para as autoras, a pesquisa-intervenção, enquanto ação metodológica participativa, “envolve a escuta, a abertura, a espreita, a disponibilidade, o deslocamento, a atenção, certa sensibilidade, o tateamento, os movimentos de aproximação e o distanciamento, a implicação, a confiança” (MENDES; PEZZATO; SACARDO, 2016, p. 1738). Tal disposição demanda o desafio de “pesquisar sem *a priori*, deixando espaço para o acontecimento” (MENDES; PEZZATO; SACARDO, 2016, p. 1742), possibilitando a construção de novos sentidos para os fenômenos que se pretende estudar.

3.5. Pesquisa-intervenção psicanalítica

Desde Freud, temos que a psicanálise é, ao mesmo tempo, um procedimento de investigação de processos mentais (de outro modo inacessíveis), um método de tratamento e um conjunto de conhecimentos que se constitui em uma nova ciência, a ciência do inconsciente (FREUD, 1922). Entendemos, portanto, que o método clínico da psicanálise é, simultaneamente, uma intervenção (enquanto modo de ação) e uma terapêutica que constituem/produzem novos saberes sobre o(s) sujeito(s) do inconsciente nos diversos contextos em que vive(m).

Figueiredo e Minerbo (2006) diferenciam a “pesquisa em psicanálise” da “pesquisa com o método psicanalítico”. Na primeira, teórica, a psicanálise é o objeto da pesquisa, não demandando a presença de um psicanalista atuante; na segunda, clínica, é exigida a presença implicada de um psicanalista.

Para Figueiredo e Minerbo (2006), há algumas especificidades da pesquisa com o método psicanalítico. Uma delas diz respeito à relação sujeito-objeto da pesquisa. Diferentemente das ciências exatas ou da natureza, não se trata de verificar ou refutar hipóteses num contexto de isolamento de variáveis. Na pesquisa em psicanálise, o próprio objeto de pesquisa pode ditar os rumos da mesma. Para os autores, as elaborações e descobertas construídas ao longo de uma pesquisa clínica psicanalítica fazem da mesma “um momento na história de uma relação que não deixa nenhum dos termos tal como era, antes de a própria pesquisa ser iniciada” (2006, p. 260). Ou seja, há sempre uma transformação em jogo, seja do pesquisador, seja do “objeto” pesquisado. Tal transformação se dá a partir do olhar para o fenômeno fora de seu campo habitual, o que vem a produzir “interpretações”.

Segundo Figueiredo e Minerbo (2006), o olhar do psicanalista “desopacifica” (faz deixar de ser opaco) o objeto, fazendo-o ressurgir descontruído, podendo ser visto (e ouvido) em suas diversas camadas, lançando-se luz em suas diversas dimensões. Nesse sentido, o pesquisador também se transforma, conforme se torna capaz de ver/ouvir o que não era anteriormente visível ou audível. Esses autores fazem uso da lógica do paradoxo que Winnicott elabora acerca dos fenômenos transicionais para falar da condição do objeto da pesquisa de ser também descoberto e inventado (“encontrado-criado”) pelo pesquisador clínico, como efeito da interpretação psicanalítica então produzida.

O objeto da pesquisa clínica em psicanálise goza de um estatuto ambíguo “objetivo-subjetivo” próprio do que é humano. Há transferências e contratransferências sempre em jogo nessa relação, que dão a marca da singularidade àquilo que se descobre e cria. Para Figueiredo e Minerbo, a pesquisa com o método psicanalítico é “uma atividade em que se constituem e se transformam ‘objetos’, ‘pesquisadores’ e ‘meios’ ou ‘instrumentos’ de investigação (conceitos, técnicas etc.)” (2016, p. 262). De forma que, na pesquisa clínica em psicanálise, o caminho metodológico é construído conforme o caminhar.

Nesse tipo de pesquisa, operam suplementarmente duas lógicas: 1. A lógica dos processos secundários, ou seja, da consciência e da razão e 2. A lógica dos processos primários, que é a própria lógica do inconsciente. Nas pesquisas acadêmicas, segundo Figueiredo e Minerbo (2016), muitas vezes privilegia-se uma “ideia bem demonstrada” (dentro da lógica do processo secundário) em detrimento de uma ideia criativa, que envolve descoberta e invenção (lógica do processo primário), sem a devida demonstração. Para os autores, é o entrejogo entre as duas lógicas, num regime de suplementariedade que seria mais decisivo para o sucesso de uma pesquisa. Tal entrejogo possibilita que sujeito, objeto e meios de investigação venham a se “constituir e se deixar transformar, perdendo cada um a sua identidade monolítica e empedernecida e existindo no regime do paradoxo: descobertos e inventados simultaneamente” (FIGUEIREDO; MINERBO, 2016, p. 262).

Outra especificidade da pesquisa clínica psicanalítica diz respeito à indissociabilidade entre pesquisa e intervenção. De acordo com Rosa, “em pesquisas que envolvem o tratamento psicanalítico, a aproximação dos dois termos é evidente. A pesquisa é a escrita do próprio processo, incluindo o pesquisador*”* (2004, p. 343). Já no caso da pesquisa de fenômenos sociais (ou seja, processos socioculturais e/ou fenômenos psíquicos que se encontram fora de uma situação analítica no senso estrito), busca-se a construção de dispositivos psicanalíticos que permitam a escuta, sempre em transferência, mesmo fora do ambiente clínico tradicional.

A condição da escuta psicanalítica, segundo Rosa (2004), se dá a partir da construção de um “lugar situado como campo transferencial”, que favoreça a emergência do sujeito do desejo. O sujeito, ao falar para quem lhe escute, também pode escutar-se e apropriar-se de seu discurso, produzindo um saber sobre si, a partir das pontuações e interpretações do pesquisador-analista. Escutar é, portanto, um tipo

de intervenção, favorecedora de transformações: “Dessa escuta – principalmente quando o sujeito se revela como tal, como um dizer – não se sai isento: uma tomada de posição ética e política torna-se necessária” (ROSA, 2004, p. 344).

Assim, a pesquisa psicanalítica no campo social se justifica a partir do entendimento de que o inconsciente e a transferência não estão restritos à situação analítica (ROSA, 2016). O inconsciente, bem como o sujeito do inconsciente, está presente em toda manifestação humana, de forma que a pesquisa em psicanálise pode contribuir no sentido de desvendar as relações entre os sujeitos e os fenômenos sociais, culturais e políticos. Freud nomeou esse tipo de pesquisa em psicanálise de “psicanálise aplicada” (ROSA, 2004), enquanto Laplanche a chamava de “psicanálise extramuros” e Lacan de “psicanálise em extensão” (ROSA; DOMINGUES, 2010).

Na presente pesquisa, propomos um entrelaçamento entre os pressupostos da pesquisa-intervenção e os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa clínica em psicanálise, entendendo que há um consenso em relação à interferência mútua entre sujeito e objeto e também à não-dissociação entre pesquisa e intervenção, sendo a própria experiência tomada como caminho metodológico. Apresentamos, portanto, uma proposta de “pesquisa-intervenção psicanalítica”, apoiada no método cartográfico e apostando na entrevista operativa como dispositivo clínico, o que veremos a seguir.

3.6. Cartografia, escuta territorial e entrevista operativa

Dentre os *modus operandis* da pesquisa-intervenção, destaca-se a cartografia. De acordo com Passos e Barros, a cartografia reverte o sentido tradicional do método[11]; dessa forma, não se trata de um “caminhar para alcançar metas pré-fixadas (*méta-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas (*hódos-meta*)” (2015, p. 17). Segundo os autores, no método cartográfico não há separação entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir, sendo toda pesquisa uma intervenção, na qual o saber emerge do fazer.

Para Kastrup (2015), a cartografia visa a acompanhar um processo. A chegada do cartógrafo ao campo demanda um trabalho preparatório, no qual informações,

[11] Recuperando a etimologia da palavra método, temos que “*metá-hódos*” = “*metá*” (reflexão, raciocínio, verdade) + “*hódos”* (caminho, direção) (PASSOS; BARROS, 2015).

saberes e expectativas prévias devem ser deixados em suspensão, de modo que o cartógrafo venha a ativar sua “atenção sensível” para que possa “encontrar o que não conhecia, embora já estivesse ali” (KASTRUP, 2015, p. 48). A autora se vale do conceito freudiano de “atenção flutuante” para falar da entrada do cartógrafo no campo de pesquisa, mantendo a atenção “uniformemente suspensa” (em contraposição à ideia de uma atenção seletiva). Deve-se, inicialmente, “prestar igual atenção a tudo”, de modo a captar todo o material (de dimensões consciente e inconsciente) que venha a emergir da situação de pesquisa, assemelhada à situação analítica. É justamente o caráter inusitado, desconexo ou fragmentado dos conteúdos inconscientes que despertam a atenção do analista, assim como do pesquisador, ainda que não se tornem compreensíveis imediatamente (o sentido é construído *a posteriori*). Porém, de maneira muito mais intensa do que na situação analítica tradicional, quando em campo o pesquisador-cartógrafo-psicanalista deve ativar outras modalidades sensoriais além da escuta. Em particular o olhar e a percepção tátil, que no campo se fazem presentes de maneira diferenciada: há muito que se ver/ouvir/sentir, para aquém ou além das palavras.

O trabalho de cartografar se faz sempre acompanhado de formas de registro das experiências, que Kastrup (2015) nomeia como “produção de dados”, modificando conceitualmente a ideia de “coleta de dados”. Para a produção de dados, é essencial que sejam confeccionados diários de pesquisa que, para além de informações objetivas, incluam reflexões acerca de tudo que afeta o pesquisador, em todas as modalidades sensoriais. Novamente aqui se pressupõe a não-neutralidade do pesquisador no processo de pesquisa. Em psicanálise, o quanto o analista é afetado pelas situações clínicas, pela via da transferência/contratransferência, é também um instrumento de intervenção. Assim, a subjetividade do pesquisador, assim como do psicanalista, está sempre implicada no processo de construção de conhecimento.

Os psicanalistas Jorge Broide e Emilia Estivalet Broide, a partir de diversos trabalhos em diferentes contextos de “situações sociais críticas”[12], vêm construindo uma metodologia de trabalho pautada na chamada “escuta territorial” e na “construção de dispositivos clínicos” (BROIDE; BROIDE, 2016). Para os autores, “qualquer

[12] Podemos definir as situações sociais críticas como situações sociais limite, nas quais as ancoragens que mantêm os sujeitos vivos tendem a vacilar. Para Broide (2010), uma situação social crítica se dá na intersecção entre a constituição do sujeito e suas condições de vida, incluindo o contexto político-econômico, atingindo especialmente as chamadas “populações excluídas” (populações periféricas, jovens infratores, moradores de rua, etc.).

dispositivo dentro ou fora de nosso consultório particular surge a partir de uma cuidadosa escuta – já na transferência – da demanda da urgência pessoal ou social pela qual fomos chamados" (BROIDE; BROIDE, 2016, p. 47). É no campo social que se dá a escuta territorial; tal método parece possuir grande afinidade com o método cartográfico, como veremos a seguir.

Os dispositivos ou estratégias de intervenção produzidos no âmbito de uma pesquisa-intervenção cartográfica geram dados que fazem ver, fazem perceber, fazem falar (MENDES; PEZZATO; SACARDO, 2016). Deleuze (1996 apud BROIDE; BROIDE , 2016) conceitua um dispositivo como "uma máquina de fazer ver e fazer falar" (p. 42). Recuperando o termo utilizado por Figueiredo e Minerbo (2006) sobre a atuação do psicanalista, o dispositivo faz "desopacificar" o objeto pesquisado, trazendo "novas facetas e relações até então inexistentes ou encobertas, como fachos de luzes, iluminam o que até então não era visto ou não se apresentava" (BROIDE; BROIDE, 2016, p. 42).

De acordo com Broide e Broide (2016), a construção de um dispositivo demanda um cuidadoso trabalho anterior de "escuta territorial", que "consiste na construção coletiva de mapas das relações afetivas, culturais, econômicas, políticas, formais e informais, dos diferentes poderes lícitos e ilícitos que constituem o efetivo laço social no território" (BROIDE, 2016a, p. 48).

Podemos dizer que a "escuta territorial" é uma forma de cartografar, mas também poderíamos dizer que a cartografia é uma forma de escutar o território. De todo modo, a "escuta territorial" configura uma estratégia (cartográfica) que inclui a circulação pelo território pesquisado, buscando não somente a compreensão do cotidiano e dos modos de vida, mas, levando em conta que a escuta é sempre psicanalítica. Esta abre caminho para reflexões dos sujeitos-objeto da pesquisa sobre sua vida, sua história, sua realidade, suas perspectivas e sobre a rede ou laços que constitui. A pluralidade do universo social investigado vai, dessa forma, se desvelando, a partir de seus diversos componentes, de forma que na narrativa do sujeito vai se incluindo a narrativa sobre seu território (BROIDE, 2016b).

A metodologia da presente pesquisa inicialmente contemplava, a partir da escuta territorial, a construção de dispositivos clínicos grupais como instrumentos de intervenção e análise coletiva. Porém, com a deflagração da pandemia SARS-COV-2, em meados de março de 2020, tornou-se inviável a proposição de atividades

grupais presenciais, que violariam os preceitos de biossegurança diante do novo contexto sanitário global. Além disso, apesar de se ter cogitado a possibilidade de realização de grupos online, entendeu-se que a viabilidade desse dispositivo seria muito prejudicada pela dificuldade de acesso à internet pelos moradores do CRUSP. Dessa forma, fomos levados a "encontrar-criar" outros tipos de dispositivos clínicos, e a "entrevista operativa", de acordo com a proposta de José Bleger (2011), nos pareceu um instrumento não somente viável, mas também bastante interessante.

Para Bleger, a entrevista psicológica constitui-se como um instrumento fundamental do método clínico, podendo ser considerada como uma técnica de investigação científica. O autor entende a técnica como "o ponto de interação entre a ciência e as necessidades práticas" (2011, p. 1), constituindo-se, portanto, como um método de investigação e um tipo de intervenção, conforme os preceitos da pesquisa em psicanálise estabelecidos por Freud. Segundo Bleger, o fundamento da entrevista psicológica não diz respeito ao ato de perguntar ou recolher dados da história do entrevistado, mas trata-se, sobretudo, de que o próprio entrevistado configure o campo da entrevista a partir de sua singularidade, que se apresenta também na transferência estabelecida com o entrevistador. Assim, para Bleger, "a entrevista é sempre um fenômeno grupal" (2011, p. 4), pois a relação (transferencial) com o entrevistador deve ser considerada e compreendida sempre dentro do campo grupal.

Bleger entende a entrevista como campo dinâmico que se configura na relação entre os participantes. Em tal relação, o entrevistador deve garantir o enquadre da entrevista, mas quem a dirige é o entrevistado. Assim, "a entrevista funciona como uma situação em que se observa parte da vida do paciente, que se desenvolve em relação a nós e diante de nós" (2011, p. 10). Nesses termos, a entrevista psicológica constitui-se como um instrumento de pesquisa participante, na qual "o entrevistador é parte do campo, quer dizer, em certa medida condiciona os fenômenos que ele mesmo vai registrar" (2011, p. 15).

Para Bleger, "a hipótese da entrevista é que cada ser humano tem organizada uma história de sua vida e um esquema de seu presente, e desta história e deste esquema temos que deduzir o que ele não sabe" (2011, p. 12). O autor diferencia assim a entrevista da anamnese, entendida como simples coleta de dados na qual se supõe que o paciente sabe sobre si. Na entrevista, há que se levar em consideração também como dados da investigação o comportamento não-verbal, as lacunas,

contradições, dissociações do entrevistado. Inclusive, quando vários integrantes de um grupo, comunidade ou instituição são entrevistados, tais divergências e contradições constituem-se como dados importantes sobre a organização grupal.

Para Bleger, “a entrevista é um campo de trabalho no qual se investiga a conduta e a personalidade de seres humanos” (2011, p. 18). Neste trabalho, a partir da entrevista propomos estender tal investigação para a vida em grupos e comunidades. Propomos um modelo de “entrevista operativa”, de acordo com os preceitos de Bleger (2011), buscando compreender e esclarecer um problema ou uma situação que faz parte da realidade psíquica e contexto de vida do entrevistado, a partir da interação estabelecida com o entrevistador. Entende-se aqui a entrevista como um tipo de intervenção que possa vir a gerar transformação (ou aprendizagem, como veremos a seguir). A maneira como se dá a interação entre o par entrevistador-entrevistado é o que garante a operacionalidade da entrevista.

Assim como no modelo de grupo operativo de aprendizagem, conceituado por Pichon-Rivière, propomos aqui a entrevista operativa também organizada pelo conceito pichoniano de tarefa. Segundo Pichon-Rivière (2005), a tarefa de um grupo constitui-se como sendo a própria aprendizagem. Podemos, portanto, aplicar a mesma lógica ao modelo de entrevista operativa: busca-se uma aprendizagem nos termos pichonianos, ou seja, busca-se algo da ordem de um incremento do psiquismo. O momento da tarefa implica o sentir, o pensar e o agir. Segundo Castanho (2017), é somente no momento de integração dessas três dimensões que a tarefa ocorre, e tal interação implica processos de elaboração psíquica concomitantes.

Para Pichon-Rivière, a saúde mental consiste num processo “em que se realiza uma aprendizagem da realidade por meio do confronto, manejo e solução integradora dos conflitos” (2005, p. 12). A noção de saúde pichoniana envolve movimento, mudança de papeis; e a doença seria o enrijecimento (estereotipia), a negação do movimento. O caráter terapêutico de uma intervenção se dá à medida que pode quebrar estereotipias, (re)colocando em movimento o que estava “parado” ou interrompido.

Assim, a proposta de entrevista operativa neste trabalho, mais do que um método de investigação social, constitui-se também como instrumento de transformação, ou seja, parte-se da ideia de que a entrevista, entendida como

intervenção, venha a gerar possibilidades de movimento psíquico e de conhecimento (aprendizagem) sobre si, sobre as relações e sobre o mundo.

Antes de finalizar essa seção, cabe colocar uma breve contribuição de José Bleger que, mais uma vez, se afina com os pressupostos de pesquisa-intervenção psicanalíticos apresentados neste capítulo. Para Bleger, uma das condições fundamentais para a psicologia clínica preocupada com a dimensão social do adoecimento (ou sofrimento) mental é de "aplicar o princípio de que indagação e ação são inseparáveis e que ambas se enriquecem reciprocamente no processo de uma práxis". (1984, p. 24). Para o autor, a investigação já é uma ação:

> A ação deve ser precedida de uma investigação; mas a investigação mesmo é já uma atuação sobre o objeto que se indaga. As modificações obtidas ou resultantes devem, por sua vez, reagir sobre os níveis e passos seguidos na investigação, de tal maneira que outra vez ajam sobre as modificações já conseguidas e isso num processo de permanente interação. (BLEGER, 1984, p. 25).

Tal colocação aponta que toda a metodologia aqui apresentada se encontra também em sintonia com o aporte das teorias psicanalíticas de grupo.

3.7. Procedimentos de pesquisa

O campo propriamente dito desta pesquisa se constituiu a partir de entrevistas realizadas com moradores do CRUSP. Porém, é importante assinalar que o contato da pesquisadora com as questões envolvendo a moradia universitária já acontecia anteriormente ao período em que as entrevistas se deram, por meio do trabalho desenvolvido como psicóloga do Centro de Saúde Escola Butantã. Assim, podemos dizer que a "escuta territorial" cartográfica esteve sempre presente como pano de fundo das entrevistas realizadas, algo já delineado em nosso método. Dito de outra forma, a percepção da pesquisadora durante as entrevistas estava atravessada por ecos de muitas histórias prévias, seja pela via da escuta clínica de pacientes atendidos no CSEB, seja por visitas institucionais ao CRUSP (visitas domiciliares, rodas de conversa com os moradores, reuniões na SAS-USP).

A partir das entrevistas, buscou-se realizar uma investigação acerca da experiência de vida na moradia estudantil, entendendo a escuta como uma ferramenta de intervenção que favorece transformações. As entrevistas constituíram-se tanto

como parte (uma continuidade) da cartografia em curso quanto como dispositivo “encontrado-criado” de intervenção territorial, mesmo que partindo do encontro individual. Na vigência da pandemia SARS-COV-2, todas as entrevistas foram realizadas na modalidade à distância (por telefone) e sem a intermediação da imagem, como forma de padronizá-las (muitos moradores teriam dificuldade com a videochamada, por exemplo, pela dificuldade de acesso à internet no CRUSP). A entrevista via telefone configurou-se como uma opção viável e acessível, ainda mais porque a responsabilidade pela ligação foi da pesquisadora, não acarretando custos ao entrevistado.

Cada entrevistado foi contatado previamente pela pesquisadora para que se pudesse combinar data e horário para a entrevista, assentida conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todos os moradores estavam no CRUSP no momento em que foram entrevistados, e foi pedido a eles que buscassem estar em local com condições de sigilo. A pesquisadora encontrava-se da mesma forma em local com garantia de sigilo.

Sobre a escolha dos entrevistados, foram eleitos para as três primeiras entrevistas alguns atores do território que se destacaram de alguma forma ao olhar e escuta da pesquisadora no contato prévio (via trabalho institucional no CSEB) com os moradores do CRUSP. Os quatro entrevistados seguintes foram sugeridos pelos primeiros participantes, de acordo com a técnica conhecida como *snowball*. Esta técnica permite que entrevistador e entrevistado sejam apresentados de alguma forma, melhorando a recepção da pesquisa e incrementando a disponibilidade para a entrevista (LARANJO, 2003). Houve ainda três entrevistados sugeridos à pesquisadora por outros profissionais (do CSEB e do IPUSP) que possuíam alguma proximidade com moradores do CRUSP.

Na medida do possível, buscou-se entre os entrevistados uma certa variedade do conjunto (relativa a sexo, raça, curso, etc.), garantindo sempre a anonimidade dos sujeitos. Devido ao tempo breve desta pesquisa de mestrado, houve grupos sociais com os quais não foi possível contato para as entrevistas, como indígenas, estrangeiros e pessoas trans.

Foram realizadas dez entrevistas, totalizando seis mulheres cis (duas brancas, duas pardas e duas pretas) e quatro homens cis (três brancos, um preto), com idades variando entre 23 e 59 anos (média de idade da amostra: 30 anos; moda da amostra:

25 anos) e tempo de moradia no CRUSP variando de um ano a 14 anos (tempo médio da amostra: 5,8 anos; moda da amostra: 4-5 anos).

Os blocos de moradia também foram variados (A, D, E, F, G). Apenas uma entrevistada era da pós-graduação, sendo a maior parte dos entrevistados estudantes da graduação. Os cursos eram variados, havendo estudantes da Escola de Comunicação e Artes (ECA), Faculdade de Educação (FE), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Faculdade de Odontologia (FO), Faculdade de Saúde Pública (FSP), Instituto de Matemática e Estatística (IME) e Instituto de Psicologia (IP).

Cada encontro (único) se deu a partir de uma pergunta disparadora: *"Como é para você viver no CRUSP (neste momento)?"*. Tal pergunta sinalizava o início de uma entrevista aberta que se desenrolava de acordo com a direção eleita pelo entrevistado em consonância à escuta sensível da pesquisadora. O modelo de entrevista operativa de pergunta única se assemelha à proposta dos grupos operativos de Pichon-Rivière, na qual se abre um grupo com uma proposição que envolve a tarefa à qual tal grupo se propõe. Na entrevista, a pergunta única colocada ao entrevistado abre caminho para o possível desenvolvimento da tarefa (implícita) da entrevista, sendo o entrevistador um facilitador desse processo.

Buscou-se padronizar a duração de cada entrevista em torno de 60 minutos, porém algumas excederam esse tempo em até meia hora. As entrevistas não foram gravadas. A pesquisadora realizava durante a entrevista a transcrição da fala do entrevistado, buscando manter sua fidedignidade, ao mesmo tempo que, dentro da lógica da escuta territorial cartográfica, buscava interpelar e deixar-se interpelar pelo sujeito e pelo encontro. Se por um lado, a transcrição simultânea das entrevistas conferiu agilidade a esse momento de produção de dados da pesquisa, por outro lado o esforço por realizar a anotação algumas vezes comprometeu a atenção flutuante que a entrevista demandava, mas não se pode dizer que houve grande prejuízo na qualidade da escuta do material que se desvelava por meio do relato de cada participante.

As entrevistas aconteceram nos meses de setembro, outubro e novembro de 2020 e foram iniciadas logo após o aval do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

3.8. Análise dos resultados

A análise dos dados produzidos pelas entrevistas operativas se deu a partir da perspectiva psicanalítica. A partir da transcrição do material produzido, foi possível levantar os principais significantes/emergentes que serviram como indicadores para as categorias de análise do material produzido. Para tal tarefa, contamos também com as contribuições do orientador e dos colegas do grupo de orientação do qual esta pesquisa faz parte, que tomaram contato com todo o material transcrito.

3.9. Aspectos éticos

Este trabalho foi submetido à Comissão de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e atende todas as especificações da Resolução 510, de 07 de abril de 2016 - CONEP, que aprova as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, bem como do Comunicado 0015188696, de 05 de junho de 2020, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que trata de orientações para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais durante a pandemia SARS-COV-2.

Foi apresentado um Termo de Anuência à Associação de Moradores do CRUSP (“AMORCRUSP”), visando ao respaldo institucional para o andamento da pesquisa. Também foi solicitada anuência à diretoria técnica do Centro de Saúde-Escola Butantã (CSEB) para respaldo institucional e autorização para que a presente pesquisa pudesse se realizar referida à instituição.

Em relação às entrevistas, foi apresentado àqueles que aceitaram o convite para participar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo teor incluía objetivos, método, benefícios previstos, riscos possíveis e cuidados éticos deste trabalho. Considerando o citado comunicado 0015188696, e tendo em vista a inviabilidade do contato presencial entre entrevistador e entrevistado no período em que as entrevistas aconteceram, o TCLE foi enviado ao participante (por e-mail ou *whatsapp*) destacando-se a importância de que este guardasse em seus arquivos uma cópia do documento. A pesquisadora também manteve salva em seus arquivos a comprovação do envio do TCLE a cada participante.

A participação nas entrevistas se deu de modo informado e voluntário. Todo o material produzido buscou zelar pela preservação da identidade dos entrevistados.

Verificou-se risco mínimo na participação nesta pesquisa – poderia surgir algum eventual desconforto relativo ao sentimento de exposição da própria intimidade e/ou relativo a conflitos intrapsíquicos. Nesses casos, a pesquisadora se manteria disponível para a escuta do incômodo despertado e possível intervenção a respeito, bem como indicação de acompanhamento em serviço de saúde caso necessário. Em relação aos benefícios previstos a partir do desenvolvimento desta pesquisa, acredita-se que este trabalho pode vir a subsidiar ações que venham a melhorar as condições de vida no CRUSP, especialmente em termos de saúde mental.

4. CARTOGRAFANDO AS DIMENSÕES DO SOFRIMENTO ESTUDANTIL NO CRUSP

4.1. Itinerário de aproximação[13]

Em meados de 2019, no ensejo de viabilizar uma imersão cartográfica no território da moradia estudantil, busquei formas de aproximação com o CRUSP por meio da Associação de Moradores (AMORCRUSP). Naquela mesma época, a AMORCRUSP estava organizando uma semana de encontros e discussões sobre saúde mental no conjunto residencial, por ocasião do chamado Setembro Amarelo, campanha brasileira de prevenção ao suicídio[14]. Fui convidada a participar dos eventos na qualidade de psicóloga do Centro de Saúde-Escola Butantã, facilitando rodas de conversa, o que se desdobrou em alguns encontros posteriores com grupos de moradores. Embora eu já tivesse algum contato prévio com os residentes do CRUSP por conta do trabalho desenvolvido localmente no CSEB, o contato por meio das rodas de conversas que aconteceu na própria moradia possibilitou uma espécie de imersão no território cruspiano.

Recordo uma cena que presenciei certa vez ao chegar para uma das rodas de conversa. Naquela semana, estava acontecendo no CRUSP um evento intitulado “CIRCUSP”, que contava com uma programação de atividades circenses à disposição dos moradores. Na “Ágora” (local ao ar livre ao lado do restaurante universitário), duas palhaças encenavam um esquete: o velório de um patinho de borracha, com direito à marcha fúnebre. O tom cômico se dava pela presença chorosa e dissimulada da palhaça que teria matado o patinho, mas que negava tê-lo feito. Lembro-me de um sentimento inquietante (*Unheimliche)* ao assistir à cena desse assassinato encoberto. Na época, tal sentimento, me levou a refletir sobre alguns relatos de moradores nas referidas rodas de conversa, a respeito do temor de um desmonte do CRUSP diante de ameaças, sempre presentes no imaginário, de privatização da universidade, como

[13] Neste capítulo, partindo de uma perspectiva teórico-metodológica psicanalítica, opto em alguns momentos por me colocar no texto na primeira pessoa do singular, de forma a destacar as ressonâncias transfero-contratransferenciais em jogo no campo pesquisado. Conforme indicado no capítulo anterior, o quanto fui afetada enquanto pesquisadora no contato com os moradores do CRUSP constitui-se como parte da presente metodologia.

[14] Há alguns anos, diversas unidades da USP têm realizado discussões sobre saúde mental dos estudantes universitários no mês de setembro, por ocasião da campanha Setembro Amarelo, como forma de dar visibilidade para a questão do suicídio e do adoecimento mental na comunidade acadêmica.

se houvesse um projeto de morte em curso e, ao mesmo tempo, desmentido. É constante o temor de perda do lugar, seja no âmbito concreto da moradia, seja do lugar social conquistado. Tal sentimento de ameaça possui efeitos subjetivos que geram desde insegurança até ataques e paranoia – e o CRUSP parece ser muitas vezes um ambiente paranoidizante[15].

Ainda a respeito da cena da morte do patinho, outras reflexões me levaram a pensar no quanto o estudante precisa, ele próprio, matar simbolicamente algo em si – não só para poder ingressar na universidade, mas também para poder entrar na vida adulta. O patinho de borracha (infantil) deve morrer para que outras cenas possam acontecer, para que outras tramas se desenrolem na história de cada um. Se estamos falando de uma morte, mesmo que simbólica, estamos também falando de uma ruptura e de um luto pela vida pré-universidade, algo que demanda possibilidade de elaboração para que a travessia universitária possa se efetivar.

Naqueles primeiros encontros no CRUSP me deparei com jovens sensibilizados e muitas vezes assustados tanto com as maravilhas quanto com as dificuldades vividas no ambiente da Universidade de São Paulo. Em relação ao CRUSP, para alguns parecia claro que a temporada ali possuía tempo limitado (o tempo de concluir uma graduação ou pós-graduação), mas para outros parecia um lugar para ficar, apesar de todos os problemas, por ser algumas vezes melhor e mais cheio de oportunidades do que o lugar de origem. De minha parte, muitas vezes pensei que havia no CRUSP algo como uma atmosfera de “Terra do Nunca”, a ilha fictícia da história de Peter Pan, onde os garotos perdidos recusavam-se a crescer. Mas sentia também que, aos que ousassem querer sair da ilha (ou da “bolha”, como o CRUSP e a própria USP são muitas vezes descritos), haveria muitas dificuldades. Para muitos, entrar na ilha USP já constitui por si só uma grande ousadia. De forma que, desidealizar a universidade e desconstruir a ideia de que é preciso “honrar” a vaga conquistada, a despeito do sofrimento inerente à tal conquista, também se transforma em uma operação complexa. Ultrapassar os portões da USP, cursar uma

[15] Enquanto estive circulando pela moradia, pude algumas vezes experimentar muita insegurança em relação a meu lugar ali: havia uma espécie de temor de ser identificada como representante do “governo” da USP e, portanto, alguém que estivesse do lado da vigilância ou repressão, conforme a dinâmica de tensão observada por Oliveira (2019), apresentada no capítulo anterior. Era como se eu também me encontrasse afetada por uma certa paranoia.

graduação ou pós-graduação e poder concluir o curso; tudo isso constitui um processo que comporta crises, rupturas e transformações.

Ao longo das rodas de conversa, pude experienciar junto aos estudantes-moradores diversos tipos de sensações e sentimentos. Sentia de entusiasmo à exaustão; ficava com o corpo “moído” no dia seguinte aos encontros. Sentia-me às vezes jovem como eles, outras vezes muito velha, de outra época, como se houvesse ali uma confusão de tempos e um misto de fascínio e desconforto. Era comum que, mais ao final das rodas de conversa, a sala fosse invadida pela fumaça dos cigarros, o que me gerava certa aflição e entorpecimento. No entanto, ao mesmo tempo que havia muito desamparo e morbidez, havia algo de sedutor naquela atmosfera, vida pulsante.

Esse primeiro tempo de contato, vivo e pungente, com as questões trazidas pelos moradores do CRUSP nas rodas de conversa, abriu caminhos para minha inserção enquanto pesquisadora no campo, funcionando como um preâmbulo para as entrevistas que aconteceram no ano seguinte. Muitas das situações relatadas nas rodas de conversa ecoaram nas vivências apresentadas posteriormente pelos entrevistados, conforme será detalhado a seguir[16].

4.2. Escutando o CRUSP

De maneira geral, pode-se dizer que houve por parte dos entrevistados bastante disponibilidade para as entrevistas. Houve bastante confiança em trazer questões tão delicadas para a pesquisadora, com quem a maior parte dos entrevistados nunca havia tido contato prévio. Importante ressaltar que era do conhecimento dos entrevistados o fato de eu ser psicóloga e, além disso, profissional do Centro de Saúde-Escola Butantã, unidade de referência em saúde para os moradores do CRUSP (muitos entrevistados são inclusive frequentadores do CSEB). Assim, pode-se supor que a “entrega” para a entrevista foi facilitada pela disponibilidade de uma profissional de saúde mental vinculada a uma instituição conhecida em ouvi-los. Mais além, pode-se pensar também que a presença de um destinatário ou testemunha que pudesse ouvir a respeito das muitas aflições vividas

[16] Lembrando que toda a aproximação descrita no subcapítulo 4.1 se deu de maneira presencial, em um momento no qual ainda não existia pandemia, enquanto as entrevistas, apresentadas no subcapítulo 4.2, ocorreram já na vigência da pandemia SARS-COV-2, de maneira não-presencial.

no contexto da moradia também contribuiu para a construção fluida das narrativas apresentadas; ao longo de diversas conversas foi ficando evidente a demanda dos moradores por referências e interlocução. Importante lembrar que as entrevistas foram realizadas via telefone e, assim, embora eu me fizesse presente principalmente pela voz, não havia mediação pela imagem, não havia a premência do olhar, o que pode ter favorecido ainda mais as livre-associações, como o efeito de um divã.

De meu ponto de vista, enquanto depositária de tantos conteúdos densos, contratransferencialmente foi possível partilhar, de alguma forma, das venturas e desventuras vividas pelos entrevistados. Em meu corpo pude sentir, muitas vezes, tensão, dor e fome. Uma das entrevistas me deixou insone por uma noite, outra delas me provocou uma enxaqueca fortíssima e outras me deixaram muito emocionada, com lágrimas nos olhos. Sentia geralmente sensação de vazio e de cansaço após as entrevistas, me sentia sugada, sem energia. Mas também, diversas vezes, sorri. Fui invadida por um sentimento de gratidão pela possibilidade de ouvir tantas histórias, bem como de admiração pelos entrevistados que, destemidos ou assustados diante de condições nem sempre favoráveis, vêm buscando formas de ocupar outros lugares concretos e psíquicos na universidade e na vida. Destaco ainda a inteligência evidente e generosidade em partilharem comigo tantas vivências e teorias a respeito de tudo o que acontece na comunidade cruspiana/universitária.

Acredito ser possível dizer que a entrevista operativa aqui proposta, tendo sido tão mobilizadora, foi efetiva enquanto dispositivo clínico que aciona o sentir, o pensar e o agir, colocando o par entrevistador-entrevistado efetivamente diante de uma tarefa, nos termos pichonianos. As entrevistas foram um dispositivo disparador de sentimentos e reflexões e, em relação ao agir, acredita-se que a presente pesquisa possa se tornar, ela própria, instrumento de transformação, conforme traz para a discussão acadêmica elementos que contribuam efetivamente para mudanças e melhorias nas condições de vida objetiva e subjetiva no CRUSP.

Como forma de análise das entrevistas, foram organizados alguns eixos para discussão. A partir da transcrição do material, buscou-se encontrar grandes temas (ou significantes) emergentes que poderiam tornar possível uma compreensão acerca das condições de vida no CRUSP e dos fatores que geram sofrimento na moradia estudantil da USP. Cada eixo ou tema elencado possui fronteiras pouco rígidas, de modo que todos os temas se entrecruzam. Cada trecho de entrevista selecionado

contempla múltiplas dimensões de análise. Como pequenas peças de um complexo quebra-cabeças, apresentaremos tais relatos nos próximos subcapítulos.

Abaixo, listamos as categorias de análise que se desvelaram a partir das narrativas produzidas pelas entrevistas. Conforme dito anteriormente, a construção das categorias contou com a contribuição coletiva dos participantes do grupo de orientação desta pesquisa, a partir da leitura integral de cada entrevista. Foram construídos, assim, quatro eixos para nortear a presente discussão:

1. As especificidades do morar no CRUSP (incluindo o momento de pandemia SARS-COV-2);
2. O sofrimento psíquico universitário;
3. Entremundos;
4. A ausência do respondedor.

Os dois primeiros eixos apresentam um panorama da vida no CRUSP e do modo como o sofrimento estudantil tem se apresentado na moradia. Os dois eixos seguintes constituem-se como recortes sobre os quais busca-se mais detidamente construir hipóteses a respeito das condições que levam ao sofrimento no âmbito da moradia.

4.2.1. As especificidades do morar no CRUSP (incluindo o momento de pandemia SARS-COV-2)

A pergunta disparadora *“Como é para você viver no CRUSP (neste momento)?”* buscava convocar o entrevistado a falar sobre sua vida no CRUSP por todo o período em que esteve habitando a moradia universitária, mas também abria caminho para que ele pudesse falar mais especificamente sobre o CRUSP na vigência da pandemia SARS-COV-2 (“*neste momento*”). De maneira geral, o que se percebe é que a pandemia agravou situações que já existiam e trouxe, ao mesmo tempo, novos desafios.

As primeiras palavras enunciadas como resposta à pergunta *“Como é para você viver no CRUSP (neste momento)?”* traziam de imediato para a conversa

questões referentes ao adoecimento psíquico e à precariedade e insegurança vividas no CRUSP. Um sentimento de abandono apareceu em diversas falas[17]:

> *Aqui algumas pessoas ficam afetadas psicologicamente com as condições. Há muitas limitações; por exemplo a internet (que é a principal ferramenta para o ensino), a mobília básica (cama, armário), há problemas estruturais (falta d´água, falta luz, há muitos vazamentos). Isso afeta porque esse local não é adequado para necessidades humanas. Não consigo cozinhar, lavar roupa, não tenho segurança (tem, por exemplo, o roubo de bicicletas). Morar no CRUSP machuca o cidadão. Você se vê sem dignidade, ignorado. Pedimos ajuda e nada muda.* (Chico[18])

> *Existe sempre um sentimento de muita insegurança, não tem muito amparo. Insegurança física, não há segurança como num condomínio, não existe; e também insegurança sociopsicológica, biopsicossocial... Não existe segurança.* (Cássia)

> *A sensação agora é de abandono, de cada um por si, é muito desesperador. Muitos alunos aqui têm surtos mesmo, quebram os vidros, não tem horário: manhã, tarde, noite. Sinto medo também, medo de me machucar fisicamente, por isso não entro em confusão.* (Elis)

Também foram destacados por alguns entrevistados os benefícios de viver na moradia. Parece, no entanto, haver sempre uma tensão entre o lado bom e o lado difícil. Mesmo quando há um sentimento de prazer, benefício ou orgulho em estar na moradia, esse sentimento vem logo acompanhado de algum tipo de justificativa ou contraponto. A questão do pertencimento à universidade é algo que aparece muito rapidamente, e o CRUSP figura como um lugar diferenciado em comparação com as unidades de ensino, mas também em relação ao lugar de origem:

> *No geral, gosto, tenho boas relações. Sinto um acolhimento em relação às pessoas que tenho contato (vizinhos e colegas de apartamento). Mas sinto que isso não é geral.* [...] *O mais comum é não gostar, querer sair logo.* (Cássia)

> *Ter casa, comida, fornecidos pela universidade nos ajuda a estar aqui. Tudo aqui foi construído através de várias lutas, a história do CRUSP e os auxílios-permanência, várias lutas; o CRUSP inicialmente começou abrigando quem era da pós-graduação, e pra graduação foi uma luta. Esse é o lado positivo pra começar. Ainda nos aspectos positivos, eu*

[17] Na reprodução das falas dos entrevistados, buscou-se manter a linguagem coloquial utilizada nas entrevistas. Assim, ao longo do texto, o leitor verá formas reduzidas ou contraídas, como o uso do “tá”, “tão”, “tô”, “pra”, “né”, entre outros.

[18] Os nomes dos entrevistados foram todos modificados como forma de preservar a identidade dos participantes desta pesquisa.

> *me vejo mais em pessoas que entraram agora na faculdade do que quando eu entrei aqui há quatro anos. Por outro lado, acho que o CRUSP não foi construído para pessoas. Não só pelas questões de infraestrutura, mas pela arquitetura mesmo, a forma como os cômodos estão dispostos, o lugar onde a caixa d'água está colocada, o modo como a fiação foi colocada, só poucas pessoas podem ter acesso à fiação pra manutenção, por exemplo. Todas essas questões físicas e materiais imediatas dificultam. E aí somam-se as questões do convívio na universidade. Os alunos aqui são diferentes da maioria. Tanto pela questão econômica quanto pelo capital intelectual/cultural. Isso tudo cria distâncias. Então, tem a barreira física e a barreira do histórico pessoal.* (Caetano)

> *Foi importante vir para o CRUSP. Encontrei uma galera que estava tentando mudar a própria história, materialmente falando. Ainda é importante, mas eu estou cansada. O elevador mijado, foi aluno. A cozinha quebrada, foi aluno. Isso me deixa agoniada, estressada, não tá nas minhas mãos, não sou capaz de mudar isso.* (Elis)

> *A USP é um lugar lindo, o CRUSP é muito melhor do que de onde eu venho, mas quero sair logo daqui.* (Elis)

As dificuldades relativas à infraestrutura apareceram bastante nos relatos. Para os estudantes-moradores, há uma decadência bastante nítida que foi acontecendo nos últimos anos, especialmente a partir de meados de 2015/2016, após os dois Programas de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) na USP. Com a grande queda no número de funcionários (especialmente assistentes sociais, porteiros, profissionais da manutenção), houve queda também na possibilidade de investimento e cuidado com o espaço físico, aumento da insegurança e distanciamento do contato com as assistentes sociais. Com o desmonte concreto e gradual das estruturas coletivas (cozinhas, lavanderias), por carência de manutenção, um dos efeitos colaterais que surgiu foi o reforço da busca de saídas individuais para problemas que eram antes coletivos, enfraquecendo os vínculos e as possibilidades de busca por soluções. Também o desinvestimento do espaço como lugar de cuidado parece ter gerado um incremento da violência e do sentimento de vulnerabilidade. Há questões relativas à problemática psíquica dos limites e ataques à instituição, algo que se revela em atos de depredação e furtos (retomaremos esse ponto no item 4.2.4):

> *Depois do PIDV teve perda de dois terços dos funcionários de manutenção do CRUSP. Não tinha mais manutenção rápida. A estrutura começou a ficar difícil. A convivência foi ficando mais tensa. Sempre tem agressão contra a mulher, denúncias. O Bloco D era o mais tranquilo. Todo mundo vinha para o bloco D, quem queria tranquilidade, isso até 2018. Um grupo começou a organizar as coisas do jeito deles.*

> *Desenhos na parede sem pedir autorização. Camas, palets no corredor. Foi ficando difícil a convivência, estar no apartamento. Tem som alto, fumaça de cigarro. Antes, o porteiro ia conversar com a galera.* [...] *As cozinhas estão inabitáveis, as máquinas de lavar começaram a quebrar, e então as lavanderias coletivas foram fechadas. O único lugar para lavar roupa não tinha mais. Quando a gente fala em CRUSP, o bandejão tá automaticamente acoplado. Também por conta do PIDV, o cardápio começou a ficar pouco variado, o bandejão também perdeu dois terços dos funcionários e quem ficou, ficou num trabalho precário. Eu tive que parar de bandejar para perder peso. Engordei 15kg só me alimentando no bandejão. Tudo foi decaindo bastante. Estrutura, alimentação, convivência, espaços coletivos, internet nunca funciona, a internet da reitoria (modem) é muito lenta. As pessoas se voltaram para dentro dos próprios apartamentos, com fogão próprio, máquina de lavar própria; as coisas coletivas, não tem mais.* (Rita)

> *Aqui é muito fácil ter arrombamento de apartamentos, nunca aconteceu perto de mim, mas acontece bastante. Pular janelas, roubo de bicicleta. Não dá pra ter segurança que sua bicicleta não será mexida. Todo mundo tem alguma preocupação nesse sentido. Tem também as situações de violência, de você morar com alguém e sofrer algum tipo de violência do morador. E aí também a segurança psicossocial tem a ver com o sentido das pessoas morando aqui e não necessariamente tendo uma relação com as pessoas que seja saudável.* (Cássia)

> *Eu tô com uma infiltração da janela que eles dizem há três anos que não é problema de manutenção, é estrutural. Coisas assim... Quebra a torneira, não tem torneira, tive que comprar uma torneira e pedi para um amigo trocar. A fiação não dá conta; se liga o microondas e a cafeteira ao mesmo tempo, cai a chavinha. A gente teve incêndio aqui no Bloco G e foi parte elétrica. Acordamos com os cruspianos gritando porque o alarme de incêndio não tocou. Os extintores estão vencidos ou sem a ponta da mangueira. A gente nunca teve brigada de incêndio nem treinamento sobre o que fazer. São pequenas coisas que vão somando.* (Gal)

> *O declínio com o tempo não foi só material, foi social como um todo. Cada vez mais as pessoas vão se individualizando, e isso é ruim para o coletivo, é danoso.* [...] *Por exemplo, as cozinhas. É fácil ter uma boca de fogão em casa. O que foi projetado para o CRUSP são as cozinhas coletivas. É mais fácil resolver o meu problema do que lutar pelos problemas coletivos.* (Chico)

Em relação às assistentes sociais da SAS-USP, que gerenciam o acesso às vagas no CRUSP e referenciam os moradores, seu conjunto também foi afetado pela precarização em curso após os PIDVs (bem como todas as demais categorias profissionais), tendo que manter todo o trabalho realizado com número bastante reduzido de funcionárias. Isso afetou muito a comunidade cruspiana, gerando algumas vezes certo ressentimento. Com frequência, embora houvesse críticas às assistentes sociais enquanto grupo (identificadas com a burocracia da instituição), a

experiência individual com cada uma delas era relatada como uma experiência de cuidado:

> *O pessoal dizia que quando tinha um intermédio maior com as assistentes sociais, isso ajudava bastante. Com menos funcionários, isso acontece menos*. (Caetano)

> *Minha relação com as assistentes sociais é praticamente nula. Só tive contato quando entrei, uma ou duas entrevistas para gerar a pontuação emergencial (alimentação + alojamento). De resto, foi tudo digital. A gente nunca tem contato, exceto coisas muito delicadas.* [Digo: "Você passou por coisas delicadas."]. *Mas nunca me passou pela cabeça procurá-las. Eu tinha a certeza do desacolhimento: "Se não tá contente, muda de apartamento". "Se você não gosta do CRUSP, te dou o auxílio financeiro e você procura outro lugar". Elas não são referência, exceto para questões burocráticas e a coisa da pontuação. Os guardas, porteiros, os funcionários da zeladoria são muito mais próximos. Quando tem casos de violência, são a eles que a gente recorre.* (Rita)

> *Elas só servem pra ranquear quem entra e também desestimular quem tenta entrar: "tente procurar outro lugar". Eu não sinto um apoio efetivo. Não tenho problemas com a minha assistente, ela sempre foi muito tranquila comigo. A menina com quem eu moro, a funcionária se aposentou e deixou a ficha dela numa gaveta, ficou na gaveta um ano! Minha colega teve que aguardar mais um ano e fazer a seleção de novo.* (Gal)

> *Tenho boa relação com minha assistente social, acho que tive sorte, mas não é o que vejo das outras pessoas. No final de 2018 fui internada em Hospital Psiquiátrico, e minha Assistente Social teve uma participação importante.* (Cássia)

> *Minha assistente é uma excelente pessoa, embora eu só a procure em último caso.* (Chico)

Um outro aspecto que apareceu bastante nas entrevistas foi o modo de entrada na moradia. Quando o aluno é selecionado (via critérios socioeconômicos) para ocupar uma vaga no CRUSP, inicialmente é sugerido que ele busque se inserir em algum apartamento com quarto vago por "afinidade", ou seja, o aluno deve procurar moradores que o acolham em sua chegada. Quando a busca por afinidade não é efetiva, a SAS indica apartamentos aleatórios que possuem vaga disponível. Na visão dos moradores, nenhuma das duas formas de entrada no CRUSP (afinidade ou sorteio) é tranquila. Além disso, parece haver muito mais procura por vagas no CRUSP do que a disponibilidade do lugar para absorver mais moradores, o que torna toda a seleção um evento bastante tenso:

> *Uma das primeiras coisas que me fez ter vontade de estudar na USP foi ter conhecido* [o CRUSP] *anteriormente e saber que poderia ter moradia, estrutura. Bastava se enquadrar como pobre, e pra mim isso não era novidade. Uma das coisas que me motivou foi isso. Entrando aqui foi a primeira coisa que fiz, correr atrás disso. A seleção aqui é cheia de critérios concretos e outros abstratos, estranhos. Se não tem pai, ganha mais pontos. Se tem doença na família, etc. No resultado você mostra que você é pobre e você mostra que você precisa mais que outros pobres. Tem 1.600 vagas, mas tem mais de 1.600 estudantes que precisam de moradia. No começo, não rolou. Levei os documentos e fiquei um ou dois pontos da nota de corte. Eu estava a um ou dois pontos de ser uma pessoa que precisa. A assistente social falou: "vamos ver no mapa se é isso mesmo". Revimos os quilômetros de distância da minha casa, e eu consegui. Enfim, esse tipo de critério abstrato.* (Gilberto)

> *Na seleção, você tem até uma certa data para procurar uma vaga em apartamento por afinidade com os moradores. Depois é por sorteio. Por um mês eu saía da aula na hora do almoço e batia de apartamento em apartamento procurando uma vaga. Mas ninguém me atendeu. Fui então para o sorteio, caí num apartamento que só tinha um morador e pensei: "deve ser alguém difícil". Mas logo ele foi embora e recebi novos moradores. Tentei ser acolhedor com os outros que vieram depois. A USP ampliou as vagas para entrada na universidade, mas não melhorou as condições. As pessoas vêm para cá porque precisam, não porque querem. Eu olho aqui da minha janela e vejo os blocos K e L que poderiam ser moradia, mas são parte da antiga reitoria* [uso administrativo]*. A seleção é um sistema vexatório. Você tem que provar que é mais pobre que o seu amigo. A gente diz que a SAS é a superintendência de assédio social, porque você tem que provar todo ano que você tá pobre. É humilhante.* (Chico)

> *Eu sou uma pessoa que não sabe fazer contatos. Pra conseguir vaga aqui, tem que sair conversando, tem que ser simpático.* (Caetano)

> *Eu fui colocado pela SAS no quarto de uma pessoa que tinha um histórico de agredir moradores. E não me avisaram! Disseram: "olha, você vai pra esse lugar que tem uma pessoa difícil de lidar". "Estou acostumado", pensei. Mas não falaram do histórico dele de ir na delegacia, bater na delegada... Eu tive que viver isso. Depois da situação com ele eu ficava com uma faca na cintura. Ficava olhando se ele não ia brotar do nada. Nunca me sentava de costas para a porta do bandejão. O tempo passou, ele esqueceu de mim. Cheguei depois a salvar ele de um linchamento e tive que bater nele. Em qualquer quebrada desse país, o caso dele já tinha sido resolvido há muito tempo.* (Jorge)

Anteriormente à entrada efetiva em uma vaga de apartamento, o aluno pode ocupar temporariamente um espaço conhecido como alojamento. Um alojamento não é ainda uma casa, e sua função como terceira pele, ou seja, propiciadora de

isolamento, proteção e segurança (EIGUER, 2014), parece bastante fragilizada. Viver em um local onde não há condição de espaço íntimo e privacidade, ainda que temporariamente, torna-se tarefa bastante exigente, que pode ser tranquila ou complicada de acordo com as condições de *habitat* interior do estudante. Além disso, quando há dificuldade de encontrar vaga definitiva, a temporada no alojamento pode se tornar bastante longa:

> *Minha entrada no CRUSP foi bastante difícil. Eu consegui a moradia em maio. Eu estava morando em uma república. Na época eu não sabia que eu podia ter pedido o auxílio-moradia* [R$400,00/mês]. *Eu não estava conseguindo pagar os meninos da república, estava sem trabalho na época e vim com mala e cuia aqui falar com a assistente social. Fui para o alojamento nesse mesmo dia, fiquei morando lá até novembro.* (Caetano)

> *O alojamento era aquilo: um quartel-general. Havia 12 pessoas para um banheiro. Eram dois quartos para seis pessoas em cada. Eu entendo que não é bom, mas já passei por coisa pior. Na república eu dividia quarto com oito pessoas; era uma casa com 30 quartos, de oito pessoas cada. E apenas um banheiro pra usar. Quando eu vim para cá, foi uma felicidade sem tamanho. Então eu fico: reclamo ou não reclamo? É aquela coisa das necessidades: tem gente que saiu de uma casa ok, mas tem gente que vem pra cá e melhora um pouco, e você fala: "Meu Deus, obrigado!".* (Caetano)

Algumas das tensões que acontecem no CRUSP se dão por causa da coexistência de moradores regulares e irregulares. O morador regular é o estudante que possui vínculo formal com a universidade e foi selecionado para ocupar vaga no CRUSP. Os moradores irregulares são provenientes de origens diversas: (1) podem ser aqueles que possuíam uma vaga na moradia e perderam (por exemplo, por terem concluído ou abandonado um curso); (2) podem também ser aqueles que pleitearam uma vaga oficial no processo de seleção para a moradia, mas não foram eleitos, inserindo-se na categoria "hóspede", ou seja, dependentes da hospitalidade de moradores oficiais e algumas vezes ocupando a sala do apartamento; e (3) podem ser ainda pessoas que não possuem nenhum vínculo (vigente ou prescrito) com a universidade, desde familiares de moradores, passando por estudantes secundaristas e/ou de cursinhos populares que pleiteiam uma vaga na universidade, havendo também relatos de apartamentos invadidos ou cedidos para habitantes diversos, como pessoas em situação de rua e traficantes de drogas.

Aliada a essa questão, existe uma dimensão relativa tanto à demanda dos estudantes pela abertura de novas vagas no conjunto residencial quanto às condições de desligamento dos alunos da moradia. Com a abertura da USP para a “política de cotas”, cresceu a demanda pelos benefícios da permanência estudantil, incluindo vagas no conjunto residencial, de forma que a conta final não fecha: há mais estudantes pleiteando moradia do que as vagas que a universidade pode oferecer.

Além disso, não existe uma política voltada ao desligamento do CRUSP. Muitos alunos parecem não ter para onde voltar, ou não desejam retornar para o lugar de origem, sem ainda encontrar um novo local para viver após o encerramento do vínculo com a universidade:

> *Existe uma minoria aqui que reclama muito, mas também atrapalha muito a vida no CRUSP. Colocam irregulares nos quartos e quando chega a calourada, não tem vaga.* (Elza)

> *Aqui tem apartamento que mora a família toda, pai, mãe, irmão, irmã e um pastor alemão. E os caloures no alojamento. Tem gente que transforma quarto em academia, em escritório. O que mais tem aqui é gente que não tem vínculo, nunca teve na universidade. Tem gente jubilada. Teve uma moça, jubilada, que tentou tacar fogo numa moça, ficava no apartamento sozinha. Esse tipo de coisa estraga a cabeça da gente.* (Elza)

> *Já tive problemas aqui com pessoas que não eram moradores. A irmã morava aqui e foi fazer intercâmbio de um ano, e o irmão veio morar aqui com amigos. Eu reclamei, eles eram negros, diziam que eu era racista. Era só o barulho que me incomodava, não é normal fazer barulho à 1h da manhã de uma terça-feira.* (Gal)

> *Essas pessoas têm chaves de diversos apartamentos, colocam dentro gente do crime, gente que não tem nada a ver com a universidade.* (Betânia)

Tais situações parecem agravar os problemas de convivência, que são frequentes, e envolvem concepções diferentes do que seja morar e dividir o mesmo espaço, culminando em situações de violência interpessoal:

> *Eu tive vários problemas, com vários moradores. Várias brigas aleatórias. Tinha um cara no meu apartamento, ele não morava de verdade no CRUSP, só vinha para as festas. Ele trazia pessoas para o apartamento, dava a chave. Tivemos várias brigas por causa de limpeza, pela distribuição dos móveis. Ele deu festa aqui no apartamento comigo dentro, sem me avisar, festa com 15 pessoas. Naquele dia, quando cheguei, tinha música alta, casa suja, eu pedi pra todo mundo sair e ir para a cozinha, gritei com todo mundo. Esse*

> *morador começou então a brigar comigo, depois passou a me perseguir, acuar, ameaçar. Eu deixava a porta do meu quarto trancada o tempo todo.* (Rita)

> *No início foi difícil. Comecei morando no Bloco D. Era um apartamento com muitos problemas, mais "acabado", muitos problemas de infraestrutura. Era tudo muito ruim. Em 2017 conheci uma moça e vim morar com ela no Bloco E, um apartamento melhor. A forma como você lida com o apartamento depende de com quem você mora. Na minha primeira experiência, as pessoas não tinham interesse em cuidar. Agora eu moro num lugar cheio de plantas, eu amo plantas!* (Cassia)

> *Minha treta no primeiro apartamento foi com uma menina da História. Eu queria dormir e não conseguia porque ela estava sempre bêbada e fumando e batendo na minha porta. Fiquei um mês lá. Até que essa pessoa levou dez pessoas para dentro da casa, fumando, bebendo, música alta. Surtei, saí xingando todo mundo. Tem gente que vive isso no cotidiano e parece que tá ok. Aqui no apartamento acima do meu, vivem na base do tapa na cara, e isso não se resolve. Eu preferi voltar para o alojamento.* (Caetano)

> *Aqui é um lugar que tem muito conflito, muito bate-boca. Um acha que liberdade é ouvir música alta, e o outro quer silêncio... Não tem conversa, não tem acordos, é tudo muito extremo, as pessoas se revoltam, brigam*. (Gal)

Por outro lado, a oportunidade de conviver com pessoas tão diferentes traz também, além dos conflitos, oportunidade de lidar com a diversidade:

> *Aqui cada um vem com uma cultura. Se vai passar pano todo dia, se vai ter cheirinho no banheiro, tudo é passível de diálogo, acordo. E dependendo do lugar que você tá, essa troca é mais ou menos intensa, e os choques de visão do mundo podem ser construtivos ou destrutivos. Aqui em casa foi assim: eu falei "vamos botar aqui uma regra?". Meu colega respondeu: "e se não houver regras?". Pra mim, sempre teve regras na convivência. Mas ele estava propondo uma coisa anárquica, de coisas que se resolvam organicamente. Porque regra igual à lei, igual à repressão. Tem a espontaneidade poética da coisa, ele não queria se sentir obrigado a nada. Depois só que eu fui entender também a dimensão que tinha eu ser branco (e querer estabelecer regras), e ele ser preto. Ele gosta de deixar acontecer e deixar acontecer dentro do outro. Eu gosto de explicar. Ainda moramos juntos, a gente se dá super bem. Desenvolvi uma maturidade para lidar com toda essa diversidade. A gente gosta de conversar tomando café até às seis da manhã. A diversidade ensina. Em outro contexto, a gente nunca ia chegar tão perto de gente tão diversa.* (Jorge)

Ainda em relação à questão do morar, para alguns moradores a possibilidade de ocupar e cuidar do espaço torna-se oportunidade de autocuidado, de incremento do *habitat* interior:

> *Meu apartamento é um apartamento muito diferente, por vários motivos. Quando eu vim para cá, eu decidi que não queria viver no improviso. Então meu apartamento parece uma casa de verdade, não parece uma moradia estudantil. E as pessoas que vieram morar aqui eu tive que conversar: "seus amigos podem vir, mas eu preciso que você deixe a porta aberta". Eu preciso confiar nas pessoas. Tenho um colega que moramos juntos desde 2015 e a gente nunca teve problemas, não temos conflitos. Eu tenho medo de morar com alguém que tenha problema com cocaína. Essa é uma das questões, é algo que eu coloco na hora de ter pessoas comigo. A gente não tem escolha, precisa funcionar morar junto, contar um com o outro. Eu também tenho minhas crises, mas muitos dos meus amigos reclamam de ter que morar com alguém que tenha problemas com drogas ou se isolar no quarto e não ter com quem conversar.* (Elis)

> *Aproveitei um dinheirinho que entrou de uma bolsa e fiz melhorias, comprei máquina de lavar roupa, filtro de barro, microondas, mobiliário, produtos de limpeza além dos da SAS. Fui deixando o apartamento em ordem para conseguir habitar. Estou agora sozinha, minha colega se mudou para um apartamento no mesmo corredor. Estou sentindo muito medo porque ela ainda não me devolveu a chave, e disse que queria colocar pessoas conhecidas dela aqui dentro, pessoas que eu não conheço. Fico sentindo muita insegurança, não por minha integridade física, mas por tudo que investi aqui. Já tive outros problemas com perseguições e ameaças, não tenho muitos amigos aqui.* (Rita)

Há uma marca de insegurança no território cruspiano que parece ser de diversas naturezas e que se mistura a uma sensação de impotência diante daquilo que escapa ao controle. A sensação de ameaça sempre presente, conforme comentei na cena que inaugura este capítulo, apareceu bastante nos relatos, talvez especialmente na fala das entrevistadas mulheres:

> *Eu tinha muito medo do CRUSP, falavam que aqui tinha muita droga e orgias. Me lembrou o Carandiru quando eu vi. Mas logo no primeiro mês eu fui assaltada voltando pra ...* [cidade de origem, na Grande São Paulo]*. Cheguei tarde, não tinha mais ônibus no último trecho, tive que ir a pé e fui assaltada. Pensei: "vou ter que pedir moradia, meu pai morreu num assalto, não vai dar".* (Gal)

> [Pergunto: "Você falou de um sentimento de impotência, como é?"] *Tem a ver com a insegurança física mesmo, insegurança mental eu consigo lidar melhor. Antes eu achava que ia enlouquecer aqui. É impotência no sentido de insegurança mesmo, medo de alguém surtar, medo de ser machucada como já aconteceu com algumas pessoas. Também tem a questão da água, em plena pandemia ter que sair para buscar água do outro bloco. Não depende de mim ter água no banheiro, não depende de mim a alimentação, não depende de mim cruzar com um louco no corredor. Era assim, é assim e parece que vai ser assim. A gente não tem um apoio mental aqui, alguns conseguem sair daqui e ir até o posto*

> *se tratar, mas muitos não conseguem. Aqui tem surto de droga, junto com surto psíquico, é muito violento.* (Elis)

> *A gente reclama para melhorar, e vão usar isso pra privatizar. A gente fica sem saber o que fazer. Quem não é da USP ou quem não é do CRUSP trata como lugar de privilégio. Eu tenho amigos que falam isso. E você fica: "não é bem assim". Não é de graça. Tem impostos e além disso é cobrado da gente um desempenho, ainda mais se você tiver bolsa. Se você tem bolsa, tem que fazer café, tirar cópia, monitoria voluntária. Aí você se sente meio engessado pra reclamar. Tem uma ameaça sempre escancarada, só não é dita. E no meio disso tudo a gente tá aqui fazendo tese...* (Gal)

A questão da violência interpessoal é uma problemática bastante presente e muitas vezes se manifesta em situações de violência de gênero[19], as quais a universidade parece não ver ou não querer dar visibilidade. Em relação à condição de ser mulher (e negra) no CRUSP, destacamos o relato de uma das entrevistadas:

> *É perigoso. Eu tenho que falar o que é ser mulher e preta aqui. Eu já passei por violências bastante complicadas. É uma história que repercutiu. Alguns alunos africanos tinham um comportamento violento com as mulheres e assim foi comigo. Pegar pelo braço, perseguir. E eles faziam festas na sala de estudos do quinto andar, festas que duravam três dias. Ficavam 20 homens sentados na escada. Um deles pegou o meu braço e disse: "vamos ser amigos, onde você mora?". Teve um dia que estava tendo uma festa e eu estava "virada no Jiraya". Eu fui lá e falei pra eles juntarem o lixo porque ninguém era obrigado a conviver com o lixo da festa. Um cara começou a me xingar e vinha pra cima de mim e só não me bateu porque os seguranças chegaram. De manhã, ouvimos a porta do apartamento ao lado ser quebrada. Eu vi um rapaz com um extintor de incêndio na mão. Ele arrebentou a porta, entrou com a calça aberta, entrou no apartamento errado, não achou o que queria. Foi o mesmo cara que queria me bater na noite anterior. E o que a universidade fez? Falei com a assistente social, superintendente, professor da ...* [faculdade da qual Elis é aluna]. *Quem resolveu foi um amigo meu que ameaçou o menino e ele nunca mais mexeu comigo. Ele entrou no apartamento errado porque estava muito bêbado. Mas nada foi feito. Quanto vale minha vida aqui? Minha vida só vale para a minha mãe. Eu só tenho que cumprir meus créditos aqui e sair logo. Quando eu falei com a assistente social, ela tentou me persuadir a não fazer uma denúncia. Porque é o nome da instituição. Mas a instituição também não faz nada para evitar.* (Elis)

[19] Em 2016, após um episódio de violência contra uma moradora por seu parceiro, também morador do CRUSP, aconteceu uma ocupação estudantil da SAS, demandando respostas institucionais às diversas situações de violência de gênero que aconteciam na moradia estudantil. Como desfecho dessa ocupação foi criada a Comissão contra a Violência de Gênero do CRUSP, que realizou um diagnóstico a respeito dos encaminhamentos institucionais frente aos casos de violência de gênero que ocorrem nas dependências do CRUSP, disponível em Moreira *et al*. (2017).

> *Eu não ando a pé aqui dentro da USP. Essa com os africanos não foi a primeira vez. Eu já fui perseguida por um carro. Aqui é deserto, não tem iluminação, não tem circulação, e a gente fica a Deus dará. Então eu não me exponho. Nem exercício físico eu faço mais. Dentro do apartamento eu não ponho pessoas estranhas. O interfone não funciona. Depois das 22h, não tem mais agente de segurança aqui. Então eu não me exponho.* (Elis)

> *Tem perseguição às mulheres, estupros que acontecem à luz do dia. E a USP diz que a gente tem que pensar bem se a gente quer denunciar, se foi isso mesmo que aconteceu.* (Elis)

Apesar de todos os problemas existentes, em alguns casos a proximidade da conclusão do curso desencadeia sentimentos bastante ambivalentes. A expectativa de sair logo da moradia coexiste com muitos temores e preocupações relativos ao futuro profissional e às condições de sustentar-se fora da USP/CRUSP. A saída da moradia estudantil parece para alguns algo muito incerto, uma encruzilhada, e muitos alunos buscam formas de estender seu tempo na universidade e na moradia (via mudança de curso de graduação ou ingresso na pós-graduação) pela falta de perspectivas de sobrevivência fora dali:

> *Tenho muito medo de me formar e ter que sair daqui. É bastante solitário e bastante exaustivo, mas sinto bastante medo, pois em janeiro já não terei mais nenhuma bolsa, não sei o que fazer*. (Rita)

> *A grande maioria aqui é gente bacana, que quer estudar, se formar. Tem gente que se forma e entra de novo só pra não sair daqui. Tem gente que tranca curso e entra em outro só pra não sair.* (Elza)

> *Não terminei a ...* [curso inicial de graduação de Elis], *faltavam poucas disciplinas, eu via que a maioria dos colegas que se formaram não conseguiam se sustentar com o dinheiro da ...* [curso inicial de graduação]. *"Se eu terminar eu vou ter que sair do CRUSP e não vai dar". Decidi desistir, cursei até passar na ...* [curso atual]. *Entrei em 2015 e agora estou na luta para concluir.* (Elis)

> *Espero terminar minha graduação. Espero virar ...* [profissão ligada à graduação atual]*. Pegar minhas plantas, meus gatos e conseguir me sustentar com meu salário. Ir para outro lugar de loucura, todo lugar é perturbado. A única coisa que eu posso fazer por mim é muita terapia. Não sou uma pessoa legalista, mas acho que vai ter coisas menos problemáticas fora daqui*. (Elis)

A pandemia de COVID-19 deflagrada no início de 2020 trouxe grandes desafios para os moradores do CRUSP, agravando ainda mais os problemas preexistentes. Uma das primeiras questões que surgiu para os moradores na vigência da pandemia

foi decidir, quando havia essa possibilidade, entre ficar no CRUSP ou retornar para o lugar de origem:

> *Foi uma escolha, mas não foi uma escolha justa* (ficar no CRUSP durante a quarentena)*. Meus pais são do grupo de risco e eu preferi ficar. Minha irmã mais velha voltou para a casa dos meus pais porque precisava de internet. Para mim, ficou difícil: ficar e ter uma estrutura muito precária, mas ter privacidade ou ir? Minha família é bastante invasiva, se eu fosse, ia ficar à disposição deles. Então ficar é igual a ter pouca estrutura, e ir seria lidar com problemas emocionais*. (Rita)
>
> *Eu fiquei aqui na pandemia. Tentei ir pra casa dos meus pais, mas vi que o difícil era ficar lá. A casa é muito pequena, tenho dois irmãos mais novos mais os meus pais. A vida que eu venho levando aqui é muito diferente, demanda silêncio. Fiquei estressada lá e voltei. Por incrível que pareça tá sendo bom. É claro, fiquei muito sozinha. As moças que moram comigo não ficaram aqui muito. E me vi sozinha dentro da casa. Estar comigo mesma o tempo todo, foi bom.* [...] *E não tô de verdade sozinha o tempo todo. Conheço muita gente, me sinto muito bem esse ano. Única coisa que me preocupa é emprego, estágio.* (Cássia)
>
> *Eu fiquei aqui porque não tenho para onde ir. Eu já não tenho contato com minha família. O CRUSP é confortável por causa disso, é onde a gente foge do pai homofóbico e da mãe casta. Só mantenho contato com minha irmã e minha avó. Quem ficou aqui foi porque era mais desconfortável voltar do que ficar.* (Caetano)
>
> *Eu fiquei no começo da pandemia na casa dos meus pais porque achei que o mundo ia acabar. Mas voltei, porque minha casa é aqui.* (Gilberto)

No início da pandemia, alguns moradores, estudantes da área da saúde, se mobilizaram e organizaram a Frente Universitária de Combate à COVID-19 no CRUSP - FUCCOV:

> *Adaptamos uma ficha de atenção básica bem complexa e fizemos um perfil dos moradores* [que estavam no CRUSP no início da pandemia]. *Muitos imunossuprimidos, muitos usuários de drogas. Na pandemia, a instituição ficou parada, sem ação. Se o CRUSP está hoje controlado foi graças às ações, o levantamento, testagem, vacinação* [H1N1]. *Fizemos esse levantamento presencial. A SAS queria fazer um questionário online onde não tem internet – não percebem as necessidades.* [...] *A USP ensina seus alunos a se tornar pesquisadores. Mas a parte social é só na teoria. Muita demagogia, academicismo, pouca prática.* [...] *Com a Frente, fizemos um planejamento estratégico em saúde. Exerci o conhecimento que me foi passado.* (Chico)

De acordo com o levantamento realizado pela Frente (PORTAL CRUSP TRANSPARÊNCIA, 2020), havia no CRUSP no início da pandemia cerca de 450 moradores que não quiseram ou não puderam retornar para seu local de origem. De acordo com os relatos acima, voltar para casa era algo inviável, algumas vezes por conta da distância (especialmente para estrangeiros e moradores que vieram de outros estados), mas muitas vezes por dificuldades de relacionamento com a família de origem. Havia também preocupações relativas ao convívio com familiares do grupo de risco.

Uma das questões que mais afetou os moradores na pandemia foi o ensino à distância (EAD) aliado ao acesso insuficiente à internet no CRUSP. Além disso, tudo o que já era precário antes da pandemia se agravou ainda mais. Houve relatos de falta d'água em alguns blocos por muitos dias seguidos, em plena pandemia. Também a questão da alimentação foi um ponto crítico: tendo sido o bandejão central fechado, os alunos foram orientados a buscar marmitas no restaurante do Instituto de Química, bem mais afastado do CRUSP. Nesse contexto, a condição degradada das cozinhas e das lavanderias ganhou proporções bem maiores:

> *No começo, foi bastante difícil. A estrutura já era muito precária e tudo ficou mais agudo. Higiene, alimentação, bandejão lá na Química. Viver no CRUSP demanda estratégia. Até pra ter água pra beber: eu juntava garrafas vazias pra pegar água todo dia no bebedouro do Bloco C (moro no D, onde o bebedouro está quebrado). Fazia comida na cozinha coletiva, o fogão só tinha duas bocas funcionando para um andar inteiro e ainda tinha gente que vinha de outros andares. Eu preferia cozinhar do que pegar a marmita, pois tenho restrições alimentares. Tive também que aumentar meu plano de internet. Qualquer coisa aqui demanda muita estratégia.* (Rita)

> *Aqui vivemos um stress diário institucional, de abandono. Por exemplo, em relação à internet, recebemos os modens e só recebemos por causa da pandemia. E antes a gente não tinha internet aqui, o que é um absurdo. A gente tinha que sair do apartamento e ir para as colmeias*[20] *para ter acesso à internet.* (Cássia)

> *O ambiente não proporciona condições materiais básicas. Isso ficou mais evidente com a pandemia. A ideia de ensino EAD de cima para baixo é inconstitucional, pois fere o direito constitucional de acesso ao ensino. Não há investimento para construir um ambiente saudável. A USP é um lugar que preza pelo pensamento crítico e pesquisa. Essas condições desfavoráveis mais a necessidade de produção acadêmica geram instabilidade emocional. Você se sente incapaz de cursar o próprio curso.* (Chico)

[20] Local no andar térreo do CRUSP.

> *Viver no CRUSP nesse momento de pandemia... Várias coisas. A principal: é solitário. Sinto abandono de toda parte. Divido apartamento com duas meninas que são de outros estados e não estão aqui. Os porteiros não estão trabalhando, as bibliotecas estão fechadas, o bandejão tá fechado, o modem não dá conta, a comida é horrível, os corredores estão sujos, tem urina no elevador, roubam as lâmpadas, brigas de várias formas, briga entre as mães* [do Bloco das Mães]*, a Associação* [de moradores] que *era efetiva no passado agora é uma piada... Tá tudo sujo, tá malcuidado, tá triste. Parece um lugar abandonado, essa é uma primeira observação.* (Gal)

> *A pandemia agravou. Não tem mais luz nos corredores, não tem porteiro 24 horas, não tem cozinha, tem que pegar a marmita na Química e, sendo de graça, "aceita e não reclama".* (Elis)

A pandemia trouxe algumas dificuldades mais específicas para o "Bloco das Mães"[21], com destaque para as questões de alimentação e as condições sanitárias do espaço físico. O consumo de drogas pelos estudantes residentes nesse bloco também parece se configurar como uma situação delicada:

> *Para mim foi muito difícil porque tenho uma criança, minha filha tem x anos, fez aniversário na pandemia. Aqui* [no Bloco das Mães] *o ambiente estava extremamente sujo, com ratos, baratas, parasitas. Aqui não é lugar adequado para as crianças. Mas lutamos de muitas formas e conseguimos organizar o espaço. Como isso não incomodava as pessoas? Eu sou desse espaço e eu devo cuidar, se não for por mim, pelos outros.* (Betânia)

> *Na pandemia, uma das crianças quase morreu, foi para o hospital.* [...] *A criança adoeceu, teve uma crise alérgica e quase morre.* [...] *liguei pra minha irmã, eu desesperada, minha filha abraçando a criança, e eu desesperada. Minha irmã falou: "Betânia, tem rato onde vocês moram? A característica dessa alergia tem a ver com isso."* [...] *Chegou no hospital, o médico perguntou das condições sanitárias que a gente vive. Ou a gente vai pra cima disso ou vai ter criancinha aqui morrendo. Falei: "Seus filhos da puta, vocês vão pegar a porra do lixo de vocês, vocês vão botar dentro de casa os móveis, o lixo da cozinha vocês vão colocar lá no lixo."* [...] *O corredor era cheio de móveis velhos da própria universidade que não tinham mais utilidade dentro de casa e também cheio de lixo, roupas velhas, ratos e baratas. Eu olhava pra isso e, caramba, o quadro psicológico das pessoas já é afetado, essas pessoas acham isso normal!* (Betânia)

> *No meio da pandemia nós fizemos essa vaquinha porque a universidade nos abandonou. Minha filha fazia tratamento odontológico e ortopédico e estava tudo fechado.* [...] Você *não pode enlouquecer para cuidar de um filho; ou uma coisa ou outra, ou enlouquece ou cuida.*

[21] Todo o andar térreo de um dos blocos, ao todo 12 apartamentos, é destinado para estudantes – mães, pais ou casais – com seus filhos e/ou filhas.

> *Então fizemos essa vaquinha. Eu achei que as pessoas iam comprar comida. Minha filha, a galera cheirava cocaína... A galera usava drogas que parecia a coisa mais comum. E aí a gente percebeu o nosso tiro no pé.* [...] *As famílias usavam droga o tempo todo. Já tinha esse perfil e com a pandemia ficou pior ainda.* (Betânia)

Dentre as possibilidades de apoio institucional aos alunos do CRUSP durante a pandemia, o suporte ofertado pelas faculdades ou institutos de ensino aos quais os alunos estavam vinculados foi de grande importância, especialmente quando os demais apoios institucionais eram vacilantes:

> *A Faculdade...* [instituto de graduação atual de Caetano] *pediu um relatório para os alunos de seus cursos que moram no CRUSP, que não são muitos, devem ser uns dez. "Como vocês estão no CRUSP?", queriam saber. Conseguiram liberar dois irregulares pra ficar por causa disso, a Faculdade ficou muito em cima da SAS. A gente deu sorte, né? A ...* [curso de graduação que Caetano abandonou anteriormente]*, por exemplo, cagou. A Faculdade...* [instituto de graduação atual] *na primeira semana se organizou para dar computador, internet. Institucionalmente fomos bastante ajudados.* (Caetano)

Em alguns casos, pode-se dizer que a pandemia veio a favorecer algumas melhorias nas condições de vida no CRUSP, a partir da pressão de pequenos grupos, algo que exigiu certa articulação entre os moradores:

> *Recentemente a SAS mudou a gestão. Antes a gestão não tinha articulação com o bandejão, por exemplo. Então, quando entrou a pandemia, essa articulação foi necessária. Isso só aconteceu com essa mudança e por causa da pandemia. Mas não foi boa vontade institucional, só aconteceu porque tinha gente batendo o pé. Quais grupos que bateram o pé? As mães foram falar com as pessoas da gestão, que foram falar com as pessoas lá dentro do bandejão. Foi uma conversa de politicagem. Não foi um movimento do grupo do CRUSP, pelo menos não de todo o grupo. Quando eu digo que o grupo devia se articular de forma mais organizada, isso envolve conhecimento dos trâmites institucionais. Mas não tem quem tope essas coisas aqui. Por exemplo, a manutenção que precisa aqui, precisa de tal e tal licitação. Eu não acho que algo vai mudar nos próximos anos, por isso que eu quero sair daqui.* (Caetano)

4.2.2. O sofrimento psíquico na universidade

Até este ponto, foram apontadas algumas dificuldades relativas ao morar e à convivência no CRUSP, agravadas pela pandemia. Os relatos apresentados indicam

que há dificuldades relativas ao âmbito institucional, mas também há questões ligadas aos modos particulares de ocupar os espaços coletivos. De toda forma, já é bastante perceptível até aqui a existência de muitos fatores que favorecem o sofrer no CRUSP, muitas vezes levando a um adoecimento severo, com risco de ruptura social. Ao longo das entrevistas, os entrevistados puderam também falar do próprio adoecimento e da percepção de um mal-estar generalizado na moradia, algo que atinge a todos de maneiras variadas.

A seguir, destacamos alguns relatos dos entrevistados que trazem a questão do sofrimento psíquico de maneira mais encarnada:

> *Dormia 20 horas por dia. Não comia. Perdi dez quilos. Não fazia barba. Já tive episódios graves de depressão ao longo da vida. Cheguei a tomar medicação e não gostei. Decidi fazer exercícios, melhorei a alimentação, tomava complexo vitamínico, selênio. Procurei ajuda no CSEB, fui atendido pela Drª X, tô tomando Escitalopram.* (Chico)

> *Nos últimos dias, percebi que estava em depressão. Voltei de viagem, de ..., que eu sou de lá. Não tava conseguindo fazer nada, não consegui costurar, não conseguia mandar nem um e-mail, estava paralisada, perdendo para a depressão de novo. Decidi quando eu cheguei que não ia fazer mais nada.* (Elza)

> *Tenho tido crises de angústia muito fortes, estou em terapia há dois anos e meio e agora fizemos o aumento da frequência das sessões. Também estou em acompanhamento com a Drª X desde 2016, 2017. Iniciei semana passada um novo antidepressivo, é uma nova adaptação.* (Rita)

> *Em 2016 eu tive depressão, mas agora acho que estou num estado ansioso.* [...] *Passo geralmente muito tempo fora, se eu ficar muito aqui, não dá certo não. Penso várias vezes: "olha o estresse que você tá passando. Será que vai dar certo?".* (Caetano)

> [Pergunto: "Você comentou sobre a sensação de que ia enlouquecer. O que sentia?"] *Eu sentia uma pressão na cabeça, como se pudesse ouvir o fluxo sanguíneo, era muito barulho na cabeça como se estivesse num estádio de futebol, eu não conseguia ouvir meus pensamentos. O coração parecia que ia pular do peito. Minha pele não comportava minha carne, parecia que ia rasgar, dava vontade de gritar.* (Elis)

> *Há um ano eu também tive um consumo de álcool muito grande. Qualquer frustração era motivo para beber. Hoje em dia mudei, não faço mais questão. É uma forma de lidar com os problemas, mudar a forma de ver a realidade.* [...] *Eu comecei todo o meu tratamento aqui esse ano, perdi o convênio e fui pro CSEB.* [...] *Mas é isso, tem muitos casos de álcool e drogas.* (Cássia)

O CRUSP aparece nas entrevistas como um lugar de gente “esquisita”, onde a loucura se faz muito presente. De acordo com os relatos, parece que parte das questões relativas à saúde mental no CRUSP envolve também o consumo de drogas entre os estudantes. Fica evidente na fala dos entrevistados um sentimento de que a universidade não toma ciência ou não sabe como agir diante de tais questões:

> *O CRUSP é um sanatório geral, todo mundo é louco aqui. Durante a pandemia deu uma piorada.* (Elis)

> *Mas no geral é muito difícil porque existem muitas pessoas em sofrimento explícito. Dá pra ver que tem algo complexo acontecendo com essa pessoa. Tem vários casos com diagnóstico de esquizofrenia que não conseguem o amparo, a assistência correta e essas pessoas não conseguem se manter num tratamento. Qual a forma que se poderia ajudar? Medicamento, terapia? Me parece difícil que essas pessoas tenham acesso a uma assistência que mude a realidade. Tem muitos casos, muitas vezes associados a drogas também, o que deixa tudo mais triste.* (Cássia)

> *Tive problemas no CRUSP quando morei no bloco B, porque o menino era esquizofrênico e eu não sabia. Ele me ameaçou, me bateu, porque os amigos imaginários dele diziam que eu estava espionando. No período de provas dele, ele parava as medicações para conseguir estudar, porque o remédio dava muito sono. Eu fui na assistente social e falei: “por que não me avisaram?”. Falaram que era uma questão de sigilo médico. Por que deixam isso acontecer? Quem é a vítima é que tem que sair do apartamento; se você está incomodado, você que saia.* (Gal)

> *Os alunos que moram no CRUSP são muito esquisitos e com o tempo vão ficando mais esquisitos. E não é só por causa de maconha.* (Elis)

> *Eu vi muita gente surtando aqui. Teve o A., e depois a B., a C., a D., a E.... A E. é violenta, por exemplo. Isso tudo dá medo. Ela tá aqui, é aluna, e a instituição tá fazendo o quê? Minha assistente social, eu tive sorte. Ela me pega pela orelha e consegue olhar para mim. Mas ver aluno doente ser jubilado, gente trancada dentro do quarto, tem gente que não tem alimentação, o CRUSP ajuda a ficar doente sim, a falta de humanidade é muito grande.* (Elis)

Parece existir, no âmbito do CRUSP, diferentes concepções do que vem a ser o adoecimento mental. Algumas vezes acontecem movimentos dos alunos no sentido de acolher o chamado “louco”, entendendo a loucura como um outro tipo de lucidez. Outras vezes, o movimento é de rechaço e/ou confusão entre o que seria doença ou “gente escrota” e/ou violenta, que extrapola limites. Novamente percebem-se

movimentos de ataques à instituição e ameaças às pessoas, questão que abordaremos mais à frente:

> *As pessoas que eu vi aqui que entraram em descontrole pleno, você consegue reparar que no discurso delas não tem uma falta de correspondência com o mundo concreto. Quando você conversa com elas, elas não estão tão longe assim. Tinha uma moça que colava aqui e ela pedia para dormir no corredor, que tem um sofá aqui no corredor. Outro dia ela tava lá embaixo resolvendo um problema de física com um menino. Onde a loucura se localiza? É uma pessoa lotada de informação, ela tava surtada? Para além da patologia, havia um discurso muito pertinente, porém pouco organizado.* (Gilberto)

> *Na pandemia eu precisei ficar e tive que lidar com os problemas de saúde dos que vivem aqui. A gente tem mendigos na universidade que têm problemas psiquiátricos visíveis, tem gente que surta, e também tem as pessoas que dizem: "tenho esse problema psiquiátrico então eu vou quebrar tudo porque eu tenho um laudo". A gente foi obrigado a virar psicólogo dessas pessoas. Eu vi que muitos dos problemas que tivemos aqui foram de cunho sociológico e muito pouco de cunho psiquiátrico de fato. A descaração (sic) de dizer que tem problema psiquiátrico ou psicológico... Que problema psiquiátrico é esse que você consegue articular tudo que você quer? Então foi difícil ter que lidar com esses problemas sem ter formação. E a gente não tem psicólogo aqui. Talvez se minha realidade fosse diferente, eu também não teria suportado.* (Betânia)

> *O público do CRUSP mudou bastante. Antes tinha o Z.. Mas agora o número de pessoas com transtorno aumentou muito. Outro dia eu estava na padaria* [*do CRUSP*] *com meu sobrinho e um cara fez um movimento de dar chute nele, ele tem oito anos. E a gente não tem com quem falar, não tem para quem falar.* (Elis)

> *Transtorno não transforma ninguém em pessoa má ou escrota. Quem faz isso, não é por causa de transtorno. Eu lido com pessoas que têm transtornos diversos, eu acho que quem faz isso é escroto e só. E eu não tenho tolerância com gente escrota. Eu acho que uma pessoa egoísta, que se lixa para os outros. Acho que aqui tem pessoas que veem a si próprias como escória humana e acho isso lamentável. Eu acho que é lamentável que a moradia estudantil seja tão tóxica.* (Elza)

De acordo com a percepção dos moradores, parece ser quase impossível viver no CRUSP sem fazer uso de alguma substância, seja droga, seja medicamento psiquiátrico. A questão do consumo de drogas parece fazer parte da história cruspiana, apresentando-se como uma forma de contestação da ordem social estabelecida e também como parte do ritual de entrada na vida adulta/universitária. Mas vale aqui refletir sobre o quanto o consumo de substâncias psicotrópicas (legais e ilegais), tanto pela busca do entorpecimento/apagamento quanto pela busca do

aumento da energia/potência, tem funcionado como uma espécie de prótese psíquica, constituindo-se não só como uma forma de driblar o peso das dificuldades relativas à vida na USP, mas também de turbinar a performance individual em um contexto de crescente competitividade e demanda por produtividade. Destaca-se ainda a facilidade de acesso às drogas no CRUSP, conforme apareceu em alguns relatos:

> *É muito problema psicológico, psiquiátrico, é muita gente tomando remédio. Todo mundo com quem eu converso passou a tomar remédio depois que veio para o CRUSP, pelo menos por algum período. Fluoxetina é o café da manhã. Eu não sei se tem a ver com a graduação, com a pós-graduação ou com o CRUSP.* (Gal)

> *Aqui o que é normal é você ter um problema diagnosticado, não ter é que é anormal. É raro ver um morador que não toma medicamento ou que não é acompanhando por psiquiatra. Esse fato se dá também pelo fato de que muitos moram aqui há muitos anos. Você vive, você come, você estuda, você se relaciona sempre nesse mesmo espaço. Não tem como não enlouquecer se você não sai desse espaço, não tem válvula de escape. Existe uma vulnerabilidade que obriga a viver nesse espaço e não possibilita sair.* (Betânia)

> *São muitos jovens com muita droga, é muito fácil encontrar droga aqui. Eu uso também, não sou puritana, mas eu tomo cuidado com a droga que eu for usar. Tem drogas que eu só fui descobrir que existiam aqui dentro, até então nem sabia.* (Elis)

> *Eu fico vendo meus colegas se desmancharem aqui dentro. A falta de estrutura, o abandono e o livre acesso às drogas facilita muito. Eu não sei nem como foi que eu entrei aqui. Foi o maior golpe que eu dei na minha vida. Eu ainda tô aprendendo a estudar. Minha família é muito fodida financeiramente, não estruturalmente. Eu faço um curso extremamente difícil, e a droga tira a gente disso. Já bate a agonia porque tem que cumprir prazo, tirar nota, em todo mundo. A necessidade de ter que fazer e não conseguir mais as drogas em livre acesso mais o abandono, tudo isso auxilia muito no processo de doença mental* (Elis).

Muito antes da pandemia, já existia na moradia uma inclinação ao isolamento por parte de alguns moradores. Os relatos a respeito ganham tonalidades melancólicas, que contam de um afastamento voluntário, tendendo à autoexclusão, da evitação do contato interpessoal como forma de manejar conflitos. Tal tendência ao ensimesmamento também reflete um desinvestimento do coletivo como espaço de trocas intersubjetivas, questão que retomaremos no item 4.2.4. Em um dos relatos aparece a questão da incidência da tecnologia digital no modo de vida das pessoas, levando a um incremento do contato virtual em detrimento do contato presencial:

> *É uma vida solitária, não tenho muito contato com pessoas. Tem muito barulho aqui na vizinhança. Minha meta é manter tudo organizado e não surtar até o fim do ano.* (Rita)

> *Conhecer pessoas aqui pode levar para caminhos sombrios. De pessoas que estão se sentindo abandonadas, sozinhas. Eu já me senti sozinha aqui, era um sentimento de estar esquecida. Mas vem mudando minha experiência.* (Cássia)

> *Aqui houve épocas em que o pessoal do nordeste fazia comidas típicas e chamava todo mundo, alguns estrangeiros também, embora sejam mais fechados. Quando eu entrei ainda tinha isso, mas agora é cada um correndo atrás do seu. Agora todo mundo tem smartphone. Eu sou de uma época em que o cruspiano não tinha computador, a gente ia pra sala pró-aluno[22], e agora fica cada um no seu celular, todo mundo fechado no seu universo, ninguém é amigo de ninguém. As pessoas já não se conhecem como antes. Eu mesma não sei mais o nome dos meus vizinhos. Não era assim no passado. Não era, as pessoas realmente se conheciam. Parecia vizinhança. Não sei se é porque eu estava na graduação, mas no mestrado ainda era assim. Também troca muito, né? Tem sempre gente indo embora.* (Gal)

> *Existem vários fatores que mantêm os indivíduos integrados à sociedade: família, religião. Cada história de vida traz singularidades, e aqui você se relaciona com outras histórias que trazem problemas. Então aqui eu acabo me afastando, tento viver minha vida e evitar contato.* (Betânia)

> *O CRUSP tinha tudo para ser uma potência aqui dentro. Tem sete, oito blocos, tem alunos de todos os cursos aqui, com exceção de Medicina[23]. Tem muita gente aqui, mas cada um trancado no seu quarto, só tem ajuda psiquiátrica, psicológica quem vai atrás de ajuda.* (Elis)

Dentre as diversas dimensões do mal-estar universitário presentes no CRUSP, a ausência de barreiras entre o local onde se vive e o local onde se estuda parece confundir ambas as vivências. De acordo com os relatos, para que a moradia possa vir a se tornar refúgio, parece ser fundamental demarcar fronteiras:

> *Nos momentos que fiquei mal, eram momentos em que as questões tinham muita implicação com o CRUSP, a maneira como eu me relacionava com o espaço. Você pode acordar, ir de chinelo na aula e*

[22] Nas salas pró-aluno, existentes em diversas unidades da USP, os alunos de graduação podem utilizar computadores com acesso à internet e realizar a impressão de documentos pertinentes à vida acadêmica.

[23] A Casa do Estudante de Medicina da FMUSP, assim como a Casa do Estudante de Direito da FDUSP, são moradias estudantis que abrigam estudantes de baixa renda e provenientes de regiões distantes. Diferentemente do CRUSP, possuem financiamento privado (pelo Centros Acadêmicos e/ou por empresários e investidores particulares, geralmente profissionais egressos das referidas faculdades).

> *chegar em menos de dez minutos. Esse não afastamento da vida acadêmica e da vida pessoal é muito complicado.* (Gilberto)

> *Acho que o* [meu] *adoecimento foi muito mais relacionado à Faculdade...* [instituto de graduação de Cássia] *do que ao CRUSP. Minha questão sempre foi com o conhecimento, tive um baque muito grande, comecei a ter crises de pânico na Faculdade...* [instituto de graduação]*. Aqui no apartamento eu não tinha crises, eu me sentia segura. Passei a fazer uma separação CRUSP/Faculdade...* [instituto de graduação] *muito cedo e tentar ver ao máximo aqui como casa.* (Cássia)

A não separação entre um espaço mais privado e o espaço público parece ser uma problemática cruspiana, assim como a não separação entre a vida pessoal e a vida estudantil, ficando a subjetividade fixada em uma identidade de estudante, algo que pode se tornar aprisionante, dificultando a possibilidade de brechas, respiros. Se há dificuldade de desvencilhamento da "pele" estudante, as preocupações relativas à vida estudantil tendem a ficar em primeiro plano o tempo todo.

No contexto do CRUSP, parece haver algumas vezes um questionamento sobre a legitimidade de estar onde se está, sobre o mérito de ter conseguido entrar na universidade e grandes inseguranças relativas ao conhecimento (prévio e a ser adquirido):

> *No dia da aula magna perguntaram quem era caloura, e eu levantei a mão. Eu me senti muito olhada, muito exposta. Veio muito medo, será que eu vou ser aceita? A gente fica muito insegura, é terrível! E quando eu tive dificuldade, me sentindo burra, eu criei coragem de pedir ajuda e passei a ter um acolhimento que me emociona. E um carinho, um suporte, um apoio. Hoje aqui a maioria que me conhece também é assim comigo. "Elzinha, você tá bem?" "Elzinha, você quer algo do mercado?"* (Elza)

Além disso, há também a questão da produtividade acadêmica, muitas vezes atrelada à necessidade de sobrevivência financeira, pela dependência de bolsas e financiamento estudantil. Tal necessidade de buscar formas alternativas de renda enquanto se estuda pode muitas vezes gerar sobrecarga, além de um clima de competitividade entre os estudantes:

> *Eu estou no último semestre, meu sexto ano.* [...] *Estou super sobrecarregada de trabalho, faço Iniciação Científica pela FAPESP, a bolsa me ajuda a comprar comida, manter os gastos, o plano de internet eu pago do meu bolso.* (Rita)

Em relação ao agravamento dos sintomas de sofrimento psíquico, muitos estudantes conseguem, conforme relatos no início deste subcapítulo, ter acesso aos serviços de saúde disponíveis para os moradores do CRUSP (CSEB, Hospital Universitário - HU, Centro-Escola do Instituto de Psicologia da USP - CEIP, Acolhe USP[24], Escritório de Saúde Mental - ESM[25] e demais serviços de saúde da rede municipal de saúde). Mas o conhecimento de tal rede não parece ser acessível a todos, especialmente para os casos mais graves, que muitas vezes negam o próprio sofrimento/adoecimento. Algo que aparece em alguns relatos é uma demanda por um serviço e/ou profissionais de saúde disponíveis localmente no CRUSP, exclusivamente para os cruspianos:

> *A AMORCRUSP devia, com o dinheiro que recebe, pagar um psicólogo, um enfermeiro, alguém para estar aqui. Quando bate a agonia, a gente não tem para onde correr.* (Elis)

> *Por que não tem um centro com psicólogos para os alunos do CRUSP? Seria ótimo até para se formarem em menos tempo, com menos custo.* (Gal)

Podemos entender que os alunos pedem por cuidado, mas não conseguem romper com uma certa lógica individualizante, psicologizante e também medicalizante do sofrimento que concerne à vida universitária no contexto do CRUSP. Tendo em vista a quantidade de entrevistados que estão em tratamento psicológico e psiquiátrico e levando também em conta os relatos de uso indiscriminado de drogas legais e ilegais pelos cruspianos, podemos pensar que as respostas que têm sido dadas ao sofrimento estudantil têm funcionado como medidas paliativas, individualizadas, ainda longe de criar dispositivos que resgatem a potência dos sujeitos e do coletivo da moradia.

Compreender que o sofrimento está articulado a questões relativas à própria história, incluindo a história ancestral, e também ao contexto institucional e macrossocial, é uma operação complexa que demanda a superação do entendimento de saúde como capacidade de performance ou de bom funcionamento individual. Também um território tem o potencial de produzir saúde ou adoecimento. Dessa

[24] Programa de acolhimento relacionado ao uso de álcool e outras drogas da Universidade de São Paulo, voltado ao cuidado de membros de toda a Comunidade USP (JORNAL DA USP, 2021).
[25] O Escritório de Saúde Mental, ligado à Reitoria da Universidade de São Paulo, realiza o acolhimento psicológico dos estudantes de graduação e pós-graduação da USP (JORNAL DA USP, 2021).

forma, pensar a moradia estudantil a partir de uma lógica territorial pode contribuir para a construção de dispositivos que favoreçam a promoção de saúde no ambiente universitário.

No CRUSP, onde parece existir uma incidência endêmica de (diagnósticos de) transtornos mentais – destacando a profusão de surtos psicóticos e tentativas de autoagressão/suicídio –, impossível não pensar que exista algo muito inquietante na lógica particular daquele território. Para além das vulnerabilidades individuais, o que faz adoecer ali? Até esse ponto, já apresentamos algumas hipóteses breves, relativas às condições de *habitat* interior dos estudantes-moradores vinculadas às condições objetivas da moradia estudantil. Nos próximos subitens buscaremos aprofundar as reflexões a respeito, apresentando alguns recortes levantados a partir da escuta em transferência dos moradores. Duas temáticas se destacaram como relevantes: a questão do pertencimento à universidade e a questão da ausência do respondedor, conforme discorreremos a seguir.

4.2.3. Entremundos

Viver no CRUSP envolve uma circulação entre mundos distintos: o mundo de origem e o mundo de uma das maiores universidades do Brasil. No CRUSP, os moradores se deparam com semelhanças e diferenças que estão em cena todo o tempo, dentro e fora da moradia. Há um choque no contato com o semelhante, assim como há um choque no contato com diferenças radicais:

> *Já na faculdade rola um deslocamento de pertencimento social; você se sente sem assunto com os demais, à margem, não se sente incluído. O CRUSP é voltado para alunos de baixa renda, que na prática são uma minoria dentro da USP. Então, no CRUSP, você está entre seus iguais. Isso é interessante. Você faz amizade com pessoas parecidas com você, mas de cursos diferentes. São amizades interdisciplinares. Vive-se o conceito de universidade de fato aqui. O lado social acaba sendo bem desenvolvido, é o lado bom de viver aqui*. (Chico)

> *Quando você chega sem conhecer ninguém, existe uma ansiedade normal... Existe a impressão, a sensação de que tem pessoas que conhecem pessoas aqui, que têm amigos, que são descoladas, a alta patente da comunidade cruspiana fazendo cirandas, gritando na Ágora, fazendo festas. Você pensa: "Tem uma coisa aqui da qual não faço parte".* (Jorge)

> *O que nos une aqui é o acesso a um conhecimento privilegiado. É difícil encontrar algo assim fora daqui. Morar com essa galera significa todo dia a experiência da diversidade, é impressionante. Cada um tem uma brisa acadêmica e também sua brisa pessoal – são pessoas esquisitas. Fora da casinha, fora do padrão, um pouco doidinhas (uns entendem mais, outros menos). Têm grande competência para a FUVEST, mas para outras coisas algo fica atrofiado.* (Jorge)

Os moradores são provenientes de realidades muito diversas. As diferenças de classe social logo aparecem, assim como questões referentes à diversidade racial e de origem:

> *No CRUSP, você tem uma aleatoriedade de encontro de corpos que vêm de tudo quanto é canto. Que tem em comum passar na FUVEST e uma origem ou distante ou muito pobre ou os dois. O que nos une aqui é a USP e o que move a gente pra USP é uma aspiração a um pertencimento, um objetivo... No começo nem tanto aspiração ao mercado de trabalho, mas depois isso acaba entrando. É um trabalho intelectual, trabalho de entender coisas e a carga, a carga de expectativa acaba fazendo com que a galera fique com a cabeça cheia de coisas. Isso tudo aqui é muito peculiar. Quando eu saio dessa bolha, eu sinto esse contraste.* (Jorge)

> *Mas aí você chega nesse espaço e percebe que é diferente do instituto onde você estuda* [...]*. É bastante demarcado que há uma relação entre classe e raça. No CRUSP você percebe uma presença maior de pessoas negras. No ...* [instituto de graduação de Gilberto] *é bastante diferente, o contraste é medonho. Na ...* [Licenciatura] *a diversidade é maior, muita gente de outros cursos. Comparado com o CRUSP, aqui você encontra diversidade tanto de negritude quanto de pobreza, e uma diversidade cultural de pobreza e negritude muito grandes. Então, o primeiro impacto: se reconhecer como pobre. O segundo impacto: ser preto na universidade. No CRUSP você se sente pertencente, diferente de outros lugares. O CRUSP é um espaço diferente do grande espaço. Mas também o CRUSP reproduz a lógica excludente da universidade. Um outro impacto: a possibilidade de um ócio de qualidade. Aqui você tem espaço, grama, árvore, bibliotecas, comida garantida, ócio diferente da periferia, piscina, quadra de futebol, baseball, tênis – e você nem precisa da bola. A gente vem de lugar que quem tinha a bola era o mais rico da quebrada. Aqui você vai com sua carteirinha e ganha uma bola. É muito diferente dos contextos que eu vim e das pessoas que eu moro. Convivo com as pessoas do meu apartamento e dos apartamentos vizinhos, a gente troca muito. São pessoas de lugares distintos do estado de São Paulo, com um contraste muito grande em relação ao lugar de origem, repertório, cursos. Mas o que nos une é que somos sujeitos de cor, na maioria, e somos pobres. Isso facilita o diálogo, mas te coloca diversas outras questões.* (Gilberto)

> *Eu consigo perceber a diferença de comportamento de quem é ou não é daqui* [de São Paulo]. *O quadro é outro. Os imigrantes se acolheram. As funcionárias nordestinas, a gente se acolheu. Tem uma identificação*

> *cultural muito forte. Está sendo muito doloroso vivenciar tudo isso, mas estamos conseguindo sair com a saúde mental não tão abalada porque não somos daqui. Dialogo com muitos imigrantes, africanos, latinos, gente de outras culturas acaba se abraçando.* (Betânia)

> *Sou aluna da escola pública. Não tive aula de matemática, química, biologia. E sento do lado do garoto que fez Porto Seguro*[26]*. Eu me sentia inferior, eu acho. Agora eu acho que consegui modificar, transformar em luta.* (Elis)

> *A ...* [Instituto de graduação de Chico] *é formada majoritariamente por pessoas que ganham carro e carteira de motorista quando entram na faculdade aos 18 anos. Essas pessoas têm urgência de se formar logo para trabalhar no consultório do pai. A maior parte dos alunos queria o EAD. Me senti muito frustrado.* [...] *Vou fazer 24 anos, vou perder a pensão do meu pai, corro risco de ser jubilado. Perdi disciplinas porque não tinha dinheiro para comprar os materiais necessários.* (Chico)

Alguns moradores apresentaram relatos de bastante privação anterior à vinda ao CRUSP:

> *A gente* [a família de Betânia] *é de realidade muito pobre. Pra realidade de pobreza de vocês, a gente é miserável. A gente morava num lugar onde não tinha saneamento básico. A única chance que a gente tinha de crescer era através dos estudos. Quando eu fiz 15 anos, falei que queria fazer cursinho pra entrar na universidade.* (Betânia)

> *Onde eu cresci, até meus dez anos não tinha vaso sanitário. A primeira vez que eu morei num lugar que tinha banheiro com chuveiro, eu tinha 12 anos. A gente passava muito frio porque o vento entrava pelas frestas. Tinha enchentes, ratos no entorno. Quando tinha enchente a gente tinha que acordar de madrugada pra tirar as coisas do lugar, colocar pra cima. Era um barraco que morava eu, minha mãe e minhas irmãs. Faltavam coisas básicas. Eu ia ao açougue pedir as sobras de gordura e falava que era para o cachorro, mas era pra gente comer. Minha mãe sozinha, cuidando de quatro crianças. De repente eu vim para cá, foi a primeira vez que tive um quarto na vida, aqui não tem enchente, não passo fome. Tá melhor, tá bem melhor, mas ainda é complicado.* (Elis)

Há também relatos bastante contundentes em relação ao racismo institucional e estrutural:

> *Em 2013 eu fiquei muito ruim, não sei bem o que aconteceu. Depois que entendi o que tava acontecendo eu entendi que eu não tava bem. Foi um grande evento racial. Em ...* [cidade de origem, na Grande São Paulo] *todo mundo é pardo ou negro. Mas aqui na USP, quando eu*

[26] Colégio particular de elite do município de São Paulo.

> *cheguei na ...* [instituto da primeira graduação que ingressou]*, foi muito doido. Hoje são traumas superados. Eu fico puto, é o racismo como ele acontece. Eu sou preto, não tem como fugir. Eu reparei em 2013 isso, isso inibe, você não sabe bem o que acontece. Toda exclusão de acesso à informação que você não teve antes, você se depara aqui. É doido, impacto forte. Em 2013 eu assistia também aulas na Filosofia, não como aluno. Era mais trabalhoso do que difícil. Na ... e na ...* [graduações na área de exatas] *não, é difícil se virar sozinho. Nas ciências exatas, se você não estuda com alguém, você não caminha, é muito difícil. Um dos critérios definitivos para eu sair foi a assimetria que eu vivia e que o outro afirmava inconscientemente. A exclusão vinha do meu lado, de não me sentir pertencendo, quando do outro lado todo mundo é branco, classe média, o jeito de vestir, as palavras que se usa mudam. Juntou isso, minha avó adoecendo, o deslocamento... "Acho que universidade não é pra mim".* (Gilberto)

> *Tem pesquisas que falam de grande evasão de pessoas negras. Inclusive a maior parte dos casos de suicídio são de pessoas negras. Em 2013, eu me vi desarmado, sem saber que era pra vir armado. Em ...* [cidade de origem] *eu tava no meu ambiente, meus espaços, eu nunca me vi como um outro. Porque lá todo mundo é negro! Ou então a pessoa é muito clara, mas tem os traços enegrecidos ou tem a pele retinta ou tem cabelo claro, mas consome cultura hip-hop. Mas é um lugar onde todo mundo carrega certas marcas, então você não é tão diferente. Na USP todo mundo tem pele clara, pele bem tratada, tem um tipo de música que ouve, um tipo de roupa que veste. Na periferia tem capoeira, terreiro, samba, grafite, rap, reggae, sempre tem essas referências num contexto de periferia, de vulnerabilidade maior, essas coisas não faltam. Não tem exclusão na periferia. Aqui, ninguém fala: você não faz parte. Mas quando forma o grupo, ninguém te chama.* (Gilberto)

> *Eu era do noturno na ...* [curso inicial de graduação de Elis], *onde tinha gente mais velha, que trabalhava. Na ...* [curso atual], *todo mundo era igual, as conversas eram iguais, o que eu vivia não fazia sentido. Algumas coisas aconteceram: fui barrada na portaria da ...* [faculdade atual], *perdi uma prova, o segurança não deixou eu entrar. Teve algumas questões, dentro da ...* [faculdade atual], *em relação a racismo e gente pobre – que sou eu. Isso foi me diminuindo. Eu não conseguia mais entrar na ...* [faculdade atual]*.* (Elis)

O acesso ao ensino superior muitas vezes se configura como uma ruptura com as próprias origens: muitos moradores são os primeiros de suas famílias a ingressar na universidade pública. Tal ruptura, como modo de ascensão na vida, não se faz sem sentimentos de angústia e culpa, vivências que apareceram em alguns relatos. Tal culpa pode estar ligada àquilo que Freud (1916, 1936) nomeou como o "fracasso no triunfo": quando um desejo muito intenso produz adoecimento ou sofrimento ao se realizar, em nome da culpa gerada pelo sentimento de ir mais além do que os antecessores. Além disso, "triunfar" em um contexto de vida precária pode despertar

também uma espécie de “culpa do sobrevivente”: culpa por ter conseguido transpor um lugar social que para muitos parece intransponível.

Há muitas transições em curso: é como se o aluno se tornasse estrangeiro em seu lugar de origem, mas sem ainda se sentir “nativo” no novo lugar conquistado, de forma que há sempre desconforto e temores presentes. Também apareceu nos relatos uma espécie de tendência à gratidão compulsória pelo “privilégio” de estar/viver na USP, além da dificuldade de afirmar a moradia estudantil como “casa”, revelando o quanto, por um lado, a universidade parece aos estudantes um objeto social cuja posse lhes é sempre ameaçada (muitas vezes entendida como uma concessão, não como uma conquista e um direito) e, por outro lado, assumir a moradia estudantil como casa significa assumir a transição efetivada de lugar social, e assim colocar em risco o pertencimento dos estudantes às suas origens, como se não houvesse volta possível ou como se não fosse possível pertencer aos dois mundos simultaneamente:

> *Meu sobrinho tá fora da sociedade aberta. Eu tô aqui, e ele tá lá. E a gente troca ideia porque ele tá no celular. E a gente quase sente uma culpa. Galera que cresceu playboy não sente isso. Quem não sente nada por esse povo tá vivendo num resort.* (Gilberto)

> *Aqui eu não me preocupo com COVID, tem árvore, grama. A gente quase sente uma culpa. Mas eu digo: “não, não pode pensar que isso é privilégio”. A gente tá muito de boa. Comparado com nossas famílias, a gente tá muito de boa. É muito diferente. A galera tá lá fora, e a gente aqui tranquilo, estudando igual a um condenado.* (Gilberto)

> *Daí sinto um pouco de culpa, nunca coloquei cortina, nunca mandei fazer armário, eu nunca achei que era casa. Porque sempre foi temporário. Mas um temporário que foi durando muito tempo. Eu não olhava como um lar. Sempre me falavam que o problema era esse, querer transformar aqui em casa. Demorei pra sentir um carinho de casa, sempre vi como algo funcional. Não vou usar o pouco dinheiro que tenho para comprar uma cama, vou dormir no colchão. Essa vida sem carinho, sem cuidado, contribui para a sensação de abandono, de esvaziamento. Quando você tá na casa da sua família, você cuida da casa. Eu demorei muito tempo pra comprar pratos e canecas bonitos, demorei pra entender que era bom comer no prato bonito do que comer no prato que alguém deixou. Não tem aquela coisa de tudo arrumadinho. Infiltração, teto caindo, chão sem piso. Você vai vendo aquele lugar deteriorando e isso te contamina. Sempre me vi num lugar de ter que agradecer por ter vaga no CRUSP. Eu morava numa favela em ...* [município de origem]*. Não tem árvore no CDHU que minha mãe mora agora. Aqui eu tô no Butantã, eu olho, vejo árvores. Quando eu saí de lá, minha mãe logo depois foi forçada a sair da invasão e foi para o CDHU e me falou: “leva as tuas coisas”.* (Gal)

> *Se não fosse o CRUSP, eu nem teria concluído a graduação. Fica essa sensação de que eu tenho que estar agradecida. Como se eu não visse problemas nesse lugar. Por muito tempo eu neguei que houvesse problemas. Nessa questão da marmita, tem esse discurso: eu tenho que agradecer por ter essa marmita. Até quando você vai se contentar com migalhas? Não é favor, é direito! Mesma coisa as mães, são julgadas por terem engravidado enquanto estavam aqui. "O CRUSP é uma benção, não pode reclamar, não. Quem tem PROUNI não tem CRUSP nem bandejão".* (Gal)

> *Sinto que não tenho tempo nem direito de ficar na espiral de fracasso, dor e angústia. Preciso andar para frente. Não sei nem como consegui sair da favela e chegar até aqui. Eu não me dou conta do que eu fiz. Depois de algum tempo aqui no CRUSP, voltei para casa e fui olhar o morro onde eu moro... Não posso me perder, não tenho o direito de me perder. Não consegui me adaptar à ...* [faculdade atual], *detestava as pessoas que estudavam comigo, os professores. Amava a ...*[profissão], *mas detestava aquele lugar. Depois entendi que o ambiente escolar me deixa agoniada. Eu tive motivo para fazer essa escolha, mesmo sem entender direito o que eu fiz.* (Elis)

Estando o CRUSP dentro da cidade universitária (uma cidade dentro da cidade, como uma ilha ou "bolha", como se referem os moradores), seus habitantes ficam privados da relação com a cidade como ela é. Em um muro próximo ao CRUSP há uma pichação com os dizeres: "A vida no CRUSP é 400% artificial". Tal entendimento da vida no CRUSP como artificial apareceu em diversas falas, configurando o CRUSP como um lugar de funcionamento muito particular, com códigos próprios e, mais além, como um lugar (sedutoramente) a meio caminho da vida real. Recupero neste ponto a ideia do CRUSP como Terra do Nunca, onde algumas preocupações da vida adulta – aluguel, contas, alimentos, por exemplo – ficam de fora, permitindo a fruição intelectual, do ócio e do lazer, oportunidade que muitos moradores, por suas condições prévias de vida, pouco ou nunca tiveram até a entrada na universidade:

> *Quando eu olho para o campus, tem muitas árvores, é um ambiente que parece gostoso de estar. Mas não tem quase idosos e crianças, não tem pessoas diferentes.* [...] *Morando em outros lugares menos bonitos e com o custo do aluguel parece mais de verdade. Parece que aqui a gente tá esperando a vida acontecer, daí a gente fica aqui numa inércia. Tinha tudo pra ser gostoso.* (Gal)

> *Eu costumo dizer que a gente tá em Hogwarts*[27]*, vem pela estrada de mato, desembarca num portão onde tem um conjunto residencial. É*

[27] Escola fictícia que faz parte do universo criado pela escritora J. K. Rowling na série de livros Harry Potter.

> *uma cidade dentro da cidade. Tudo gira em torno da universidade. Então a gente já fica isolado. Na pandemia, isolado plus.* (Gilberto)

> *De fato, aqui a gente tem uma bolha. Não fugindo do contexto social como um todo. A gente, pobre e preto, tem a oportunidade de viver aqui uma vida que não tinha antes – e muita gente tem. Até a violência aqui é diferente. Não é nos corpos, é na mente. Eu vejo as violências verbais, as pessoas causando traumas conscientemente. A gente tem uma conversão da violência muito grande. Esse espaço de ausência que a gente é colocado. Tem algo aqui que é artificial, meio Hogwarts, a gente é esquisito. Mas também tem esse outro lugar, a gente tem acesso a uma produção cultural. Eu sinto que muitos conflitos se dão por conta de um mal-estar civilizacional. Somos colocados no lugar de excluídos. Para a maioria não é incomum não ter uma piscina pra pular. Estamos colocados num lugar que não aceita que seja nosso. Esses determinantes são muito fortes.* (Gilberto)

> *Tem uma escassez de raça e classe, e esse ócio fora desse conflito coloca a gente num estado de ausência que a gente não sabe lidar. Você tem um espaço onde você pode se formar, cada um vivendo as coisas de sua área, todo mundo muito crítico, grandes elaborações da cabeça. É esquisito ficar muito tempo no CRUSP. Você sai na rua e se sente esquisito, não são as mesmas conversas. O CRUSP joga a gente nesse vácuo, coloca a gente no campo da dimensão teórica, abstrata, mas com dificuldade de intervir na vida, no mundo de fora. A gente estuda só conceito, saberes diversos, mas quando tá no mundo de fato parece que dá uma espécie de vazio.* [...] *O CRUSP coloca a gente nesse lugar de ócio. Essa não preocupação com o resto, mas isso também gera angústia.* (Gilberto)

> *Aqui a gente pode não se preocupar com as contas no fim do mês. A preocupação de fato são as notas azuis, porque você aqui tem cama, mesa e banho, você tem casa, tem comida, tem lazer.* (Gilberto)

Porém, para muitos estudantes, apesar de ter teto e alimentação garantidos, ainda é preciso conciliar a vida acadêmica com a busca por outras formas de renda (ou seja, a Terra do Nunca não é para todos):

> *Eu não tenho esse luxo paulistano de só estudar. Porque eu tenho uma criança, que passa por ortopedista, otorrino, odonto, e por conta disso eu preciso trabalhar também. Preciso trabalhar para manter a condição mínima de saúde para manter a vida no CRUSP.* (Betânia)

Apesar de tanta dificuldade no trânsito entre mundos, em alguns relatos fica muito claro o desejo de poder, de alguma forma, devolver à sociedade o conhecimento adquirido na universidade e também o desejo de que essa instituição possa manter suas portas abertas para aqueles que antes não encontravam caminho para nela

entrar. Estar na USP é, ao mesmo tempo, uma conquista e um desafio, um direito e um privilégio, lugar de potência e de sofrimento:

> *Eu já quis fazer Psicologia pra trabalhar na Fundação Casa. Mas agora eu penso em trabalhar lá como professor. Isso me segurou e me fez voltar para a ...* [graduação atual de Gilberto]. *No começo era muito sofrido, mas agora tem rolado. E o CRUSP te possibilita estar na USP. Se eu ficasse só no ...* [instituto de graduação atual], *eu ia ficar sozinho, as pessoas não estabelecem diálogo. O ...* [instituto de graduação atual] *é um lugar hostil. No CRUSP, eu volto para casa. O CRUSP é um lugar de potência. Porém bastante restrito em relação ao mundo exterior. Mas tem que pensar no que vai vir depois.* (Gilberto)

> *Eu tomei Sertralina alguns meses porque eu queria estudar e não conseguia. E eu não podia ser jubilada e voltar para o lugar de onde eu vim. Ainda não estou 100%. Sinto muita raiva. Eu não sou suicida, mas eu mato alguém. Eu preciso de controle emocional. Eu sinto muita raiva do mundo. Eu passei por todo esse sofrimento porque a gente vive num país extremamente desigual. E quem tem que dar conta disso sou eu. E me formar é um processo político. Eu sou um processo político. Tenho quatro sobrinhos. Gostaria muito que eles pudessem estudar aqui.* (Elis)

A partir dos relatos, observamos que a entrada na universidade envolve a transição de um mundo conhecido para um novo contexto social e cultural, e tal ruptura coloca em xeque os apoios psíquicos que sustentavam o sujeito até então. Estamos falando de um processo de mudança de códigos, no qual o estudante deve deixar um código familiar em busca da apropriação de códigos que ainda desconhece. Tal operação psíquica mobiliza muita angústia e gera um intenso temor da perda do código (KAËS, 1982).

Tal condição entrecódigos pode ser ameaçadora à própria existência do sujeito, dependendo da consistência das bases de apoio que ele possui. No contexto da entrada na universidade, é como se o sujeito de repente se encontrasse em um não lugar, em um tempo fora do tempo, como num estado de intervalo ou de espera, e o desenlace deste impasse só pode se dar à medida que o sujeito passe a partilhar do novo código, incorporando-o ao seu código preexistente, inaugurando assim seu pertencimento ao mundo no qual acaba de ingressar, mas mantendo o trânsito em relação ao mundo de origem – operação que amplia o mundo vivencial do estudante, amplia seus territórios de existência e até mesmo incrementa seu *habitat* interior.

Em todo esse cenário de transição entremundos, destacamos ainda o momento particular do ciclo de vida no qual o jovem estudante se encontra. Já apontamos no

primeiro capítulo que o ingresso na universidade se dá muitas vezes em um momento de saída da adolescência (ainda que tardia) e entrada na vida adulta, contexto que comporta um acumulo de processos de luto e ruptura. Nessa fase da vida, o sujeito se vê confrontado com grandes mudanças estruturais em seu psiquismo, incluindo o questionamento da imagem de si e busca por reformulação do ideal de eu, processos que levam a um reordenamento identificatório. Trata-se de um momento crítico, pois ainda constitutivo do desenvolvimento do sujeito, com grande potencial desorganizador. Assim, temos que a entrada na vida universitária configura uma sobreposição de complicados processos transicionais ou entrecódigos: do mundo de origem para o mundo universitário e do mundo adolescente para o mundo dos adultos[28].

No contexto do CRUSP, conforme temos falado ao longo deste trabalho, tais impasses parecem se tornar ainda mais complexos quando reconhecemos que a transição entremundos comporta barreiras a mais, relativas a questões envolvendo principalmente classe social e raça. O pertencimento à universidade de camadas que anteriormente não chegavam a acessá-la se encontra muitas vezes barrado, se não de maneira explícita, certamente de maneira implícita, conforme pudemos observar em alguns relatos destacados acima. O preconceito de classe e raça no Brasil ainda é muito velado, constituindo-se como algo da ordem do desmentido, que se faz presente de maneira insidiosa e, por isso mesmo, violenta e traumática. A universidade, como um microespelho da sociedade, acaba por reproduzir processos de exclusão que se encontram presentes na sociedade brasileira como um todo. Tal repetição pode manter o estudante acuado, isolado, uma vez que não encontra possibilidade de escapar de uma opressão que o persegue aonde quer que vá. Em nenhum lugar pode encontrar refúgio ou respiro; nem mesmo o local cujos valores deveriam prezar pela racionalidade e diversidade de saberes está a salvo de se tornar um espaço que reproduz exclusão, humilhação e violência.

Se a entrada na universidade se configura como um luto pela perda ou transformação dos códigos anteriores, no contexto cruspiano, em face à dificuldade de acesso e pertencimento aos códigos da USP, tal luto encerra uma tonalidade

[28] A ideia de Terra do Nunca, que trouxemos em alguns pontos deste capítulo, situa justamente este momento de transição.

melancólica ou uma melancolia social (FURTOS, 2011), pela condição permanente de ameaça de perda dos objetos sociais[29].

Em um contexto de condições desiguais de acesso à vida universitária, a sensação de perda torna-se tão constante que o sujeito sofre muitas vezes sem já nem mais entender por que sofre, o que perdeu ou o que pode vir a perder, embora sempre pressinta a iminência da perda. O sofrimento vai assim configurando-se como algo da ordem do irrepresentável. Discorreremos a esse respeito mais adiante.

Conforme vimos no Capítulo 2, Furtos (2011) entende o objeto social como aquilo que vincula o sujeito e o faz sentir pertencente ao tecido social, possibilitando inclusive seu trânsito entre códigos ou mundos. Pertencer significa reconhecer-se como digno de existência dentro de um grupo humano, e somente dessa forma um sujeito adquire capacidade de "jogar" e segurança para se movimentar em seus territórios de existência. A perda do objeto social compromete justamente o vínculo dos sujeitos com a sociedade, bem como sua condição de mobilidade, gerando algumas vezes isolamento, paralisia e, outras vezes, ataques e passagens ao ato.

Refletindo a respeito do esquema proposto por Furtos (2007) para pensar os diversos graus de perda do objeto social, podemos pensar que os estudantes-moradores do CRUSP se encontram em zonas que variam da vulnerabilidade à zona de desfiliação, passando pela zona de assistência. O sofrimento social, em diversos graus de intensidade, compõe a realidade de muitos moradores do CRUSP. Assim, entendemos que a transposição objetiva e subjetiva desde o lugar de origem até a universidade é uma operação complexa que demanda grandes esforços.

O fato de ter sido possível aos estudantes-moradores sonhar com a vida universitária e, mais além, nela ingressar, dá indícios de que estão presentes desejo e força de vida. Algo na subjetividade do estudante o impulsionou ao movimento de busca do ideal universitário, abrindo perspectiva de um futuro com melhores oportunidades. Entretanto, algumas vezes acontecem percalços que fraturam a possibilidade de seguir, impedindo a conclusão do percurso universitário. Tais obstáculos parecem estar ligados justamente às condições de reconhecimento e pertencimento do estudante à universidade.

[29] Entende-se aqui, conforme citado no capítulo anterior, tanto o pertencimento à universidade quanto a moradia estudantil como objetos sociais.

Embora possa haver dificuldades prévias na vida do estudante, é importante destacar que muitas de suas vulnerabilidades irrompem, se atualizam ou mesmo se constituem *a posteriori*, justamente na ocasião da entrada na universidade. Já apontamos que os códigos particulares que configuram o universo de determinado sujeito só entram em crise quando confrontados com novos e diversos códigos.

Dessa forma, conforme pudemos testemunhar a partir dos relatos apresentados, parece existir um choque que acontece quando o estudante entra em contato com grandes diferenças e desigualdades. Isso inclui o modo de vestir ou de falar, a região de origem, os objetos da cultura que se consome, a religião que se pratica, o gênero que se performa, o tipo de cabelo, a cor da pele, entre outras marcas. Por exemplo, um estudante negro proveniente de uma comunidade onde a maior parte das pessoas também são negras ou partilham de uma certa cultura na qual a negritude encontra espaço legitimado – constituindo uma experiência identitária comum – se encontrará diante de uma experiência de radical alteridade ao ingressar em um curso universitário no qual todas as pessoas são brancas e partilham de códigos da branquitude (o relato de Gilberto, exposto mais acima, apresenta esse tipo de experiência de maneira evidente). Dito de outra forma, pode ocorrer que a universidade seja o lugar onde o estudante negro se descubra negro (ou o periférico se descubra periférico, e assim por diante), a partir da violência, muitas vezes velada, inerente ao racismo e ao preconceito em todas as suas facetas.

Neste subcapítulo, destacamos o sofrimento relativo à condição que nomeamos “entremundos”, em toda a sua complexidade: não ser mais de lá, nem ainda de cá. Entendemos a questão do pertencimento como condição para que um sujeito se reconheça como integrante do mundo dos humanos, em seus diversos subgrupos. Dessa forma, quando o trânsito entremundos é dificultado e o pertencimento é impedido, o sujeito se encontra em estado de aviltamento subjetivo. Nas palavras de Blum:

> Quando um sujeito é sequestrado em seu profundo estado de pertencimento, o estado de empatia com o mundo desmorona. Os sentimentos de abandono e desfiliação completa se mostram presentes e absolutos. O pior dos exílios é aquele em que o sujeito se vê exilado em si mesmo (BLUM, 2014, n.p.).

Não ser reconhecido em uma comunidade como dela participante configura-se como um desamparo da ordem do traumático. “Não há sofrimento maior que o da exclusão”, afirma Furtos (2011, p. 31, tradução nossa). Retomaremos essa discussão no último subcapítulo desta seção.

4.2.4. A ausência do respondedor

Nos itens acima, colocamos em relevo os problemas existentes na moradia estudantil da USP, que envolvem dimensões diversas, tais como algumas vulnerabilidades relativas ao contexto de vida prévio dos moradores, a estrutura física e o suporte oferecido pela universidade aos estudantes (destacando também os problemas surgidos no momento de pandemia), além da convivência com as diferenças internas e externas ao CRUSP. Permeando tais dimensões, localizamos a questão do sofrimento estudantil e do acesso e pertencimento à universidade.

Ao longo dos relatos dos alunos, e também recuperando o trabalho de Oliveira (2019), foi possível perceber uma tensão sempre presente entre os moradores e a universidade. Enquanto a instituição é cobrada em seu papel de provedora de benefícios relativos à permanência estudantil, existe em paralelo uma cobrança em relação à responsabilidade dos próprios alunos-moradores no que diz respeito ao cuidado do espaço e dos moradores entre si. Localizamos, algumas vezes, uma tendência a depositar na instituição todo o “mal” do qual os moradores padecem; em contrapartida, a própria instituição, devolve as queixas aos estudantes moradores, responsabilizando-os pelos problemas do CRUSP.

Percebe-se uma contradição presente na relação dos moradores com a instituição (ou as instituições da USP): muitas vezes, os alunos cobram maior presença e responsabilização da universidade pelas questões envolvendo a permanência estudantil, em especial a moradia, ao mesmo tempo que se queixam ou rechaçam o modo como a universidade faz ou propõe fazer intervenções. A própria AMORCRUSP, enquanto entidade que representa os alunos, parece destituída de legitimidade e credibilidade, reforçando essa dimensão de crise institucional generalizada. Algumas falas dos entrevistados ilustram o fenômeno ao qual estamos nos referindo, ora demandando controle da universidade, ora ressaltando a inabilidade das instituições em oferecer cuidado ao CRUSP:

> *A única solução é a USP assumir o controle daqui. Existem limites para morar na moradia estudantil. Inclusive para colocar hóspedes, irregulares. E quem mora nos apartamentos é conivente. A USP entregou, largou na mão dos alunos. E a AMORCRUSP pra mim não existe.* (Elza)

> *Tudo que acontece no CRUSP é responsabilidade da SAS. E quando eu falo SAS, não é as assistentes sociais. Elas não têm poder, elas ficam sabendo das coisas ao mesmo tempo que nós, são desrespeitadas como nós. E são poucas, é cobrar demais que ainda consigam nos acompanhar. Falta um trabalho conjunto da reitoria, das faculdades, do DCE.* (Elza)

> *A SAS é apenas um grupo de trabalhadores. E a SAS não sabe o que fazer com tudo isso e não toma atitudes.* (Caetano)

> *E no meio disso tudo as instituições brigam pra não assumir as responsabilidades; várias instituições: SAS, as faculdades, a reitoria. A gente sabe que a reitoria tem uma verba que não é sempre destinada para cá, para as permanências de maneira geral. Mas tem também, externamente, o fomento do ICMS, como a universidade redistribui? Tudo isso entra no meio. Se a faculdade tem corte no ICMS, a primeira coisa que vai cortar são as coisas relativas à permanência. E aí, quando isso tudo chega aqui, a gente não tem articulação. Tem alguns pequenos grupos, a AMORCRUSP, o pessoal que se organizou na pandemia, o pessoal que tá em contato com o bandejão, outro na questão da segurança.* (Caetano)

> *O CRUSP não tem hierarquia, só que as pessoas esperam hierarquia. Ficam perguntando: "cadê as lideranças da AMORCRUSP?".* (Jorge)

Paralelamente à dificuldade de responsabilização da universidade, aparece nos relatos a desresponsabilização do próprio morador em cuidar do que é coletivo:

> *Quando eu falo que o senso de coletividade não existe, isso acontece em todo lugar, mas aqui acontece mais. A SAS não repõe os fogões. Mas o aluno também não ajuda. O cara leva a boca do fogão para sua casa para garantir que possa voltar a usar depois. E aí todo mundo fica sem nada. As pessoas não se incomodam em gritar "canalha" ou fumar no corredor e se preocupar com quem tá estudando ou com quem é alérgico. Falta empatia mesmo, cada um por si. (Caetano)*

> *Tem pessoas que somem com as coisas. Uma pessoa saiu, pegam a cadeira e levam para outro apartamento. A gente ouve sempre: "A culpa é do cruspiano". Tudo bem, mas se eu acabei de entrar, não tenho nada com essa briga* (Gal)*.*

> *Eu quero sair logo daqui, embora eu tenha mudado de curso, não aguento mais esse lugar. O CRUSP me incomoda em vários sentidos. Tanto pela questão institucional, mas porque não há senso de coletividade. As pessoas se ajudam pouco e a gente se respeita pouco.*

> *Não quero ficar aqui pelo espaço, pelas pessoas, e a USP também não é aquela delicinha...* (Caetano)

> *Tem xixi no elevador aqui, e é gente da pós, é na maldade, picham, pessoal fumando na cozinha enquanto cozinha. Se você fala alguma coisa, vêm falar da liberdade.* [...] *Dizem que eu não respeito a liberdade, mas isso pra mim é ditadura, se não se respeita o espaço do outro.* (Gal)

Mais do que dificuldade em cuidar do que é coletivo, pode-se notar também que há constantemente ataques realizados contra a instituição, inclusive contra os próprios moradores, algo que denota questões relativas à problemática dos limites e ataques aos vínculos. A problemática dos limites pode ser entendida como uma patologia das relações e se manifesta por meio de passagens ao ato, incluindo violência autoinfligida e contra os outros, bem como questões relacionadas ao consumo de drogas (PINEL, 2019a). Tal problemática pode levar a uma ruptura social, na qual o sujeito se vale de um hedonismo reativo como forma de defesa contra as coisas que se sente incapaz de mudar (FURTOS, 2011). Dito de outra forma, diante de situações de angústia e opressão que o sujeito sente como imutáveis, ele se recolhe a um gozo de si, alienando-se e isentando-se do reconhecimento de tudo ao redor, num movimento que tende à autoexclusão. Retomando a ideia de autoexclusão, trata-se de um mecanismo que pode ser entendido como um narcisismo negativo, ou seja, submetido à pulsão de morte como força de desligamento e desinvestimento representacional (WERLANG; MENDES, 2013). Assim, a autoexclusão não diz respeito somente a um ensimesmamento ou autoisolamento, mas aparece também muitas vezes sob a forma de ataques ao ambiente, configurando-se como: “eu não me importo com nada nem ninguém”.

No CRUSP, podemos pensar que os ataques contra si, contra outrem e contra a própria instituição são uma espécie de resposta de alguns moradores a uma sensação de descaso institucional. Podemos entender tais ataques como um movimento de ruptura ativa que configura uma contraviolência intrínseca a um contexto de precariedade. Há diversos relatos de atos agressivos contra si e contra os colegas; também há relatos de furtos (torneiras, lâmpadas, bocas de fogão, etc.) e de depredação do espaço, incluindo urina e fezes nos elevadores[30]:

[30] Urina e fezes nos elevadores fazem pensar também em uma forma de demarcação muito primitiva do território.

Aqui é comum você estar no corredor e ter medo de ser agredido ou abordado por alguém surtado. Aqui isso é muito comum. Tinha uma moça aqui no meu corredor que estava péssima, usava cocaína, tentou colocar fogo no cabelo de uma moça, eu cheguei a conhecê-la, tive diálogos com ela em momentos diferentes. Ela estava bem emagrecida... Eu nunca tive nenhuma situação desagradável com ela. Ela já chegou a bater na minha casa pedindo comida, e eu dei. Essa pessoa, eu conheço uma moça que morou com ela. Era uma situação muito chocante, ela estava realmente sozinha. O apartamento dela era todo quebrado, ela quebrou todas as tomadas, dizia que a USP estava perseguindo. Me parecia até então que a própria SAS não se atentava a isso. Era realmente perigoso, ela jogou muita coisa pela janela. Além de outras pessoas, com sofrimento diferente, depressão, se jogaram da janela, ou consumo de álcool e drogas. (Cássia)

Aqui é uma gaiola das loucas! Literalmente pode se dizer isso. [...] *Dias atrás, ouvi um rapaz gritando, ele gritava de desespero, eu chorei aqui, eu não sabia o que tava acontecendo. Eu ouvia aquele rapaz, com tanto desespero, era um grito de socorro. Ele acabou quebrando os vidros do quarto. Por isso que chamo gaiola. E as instâncias de poder da USP, fingem de mortas.* (Elza)

As cozinhas coletivas deixaram de funcionar porque começaram a roubar torneiras e as bocas do fogão. Não sabemos quem, mas sabemos como. A SAS coloca a culpa nos cruspianos, cruspiano que depreda e não limpa. (Rita)

Por exemplo, as pessoas cagam dentro do elevador. Sempre aparece fezes ou urina dentro do elevador. Os displays de álcool gel, sempre abrem e roubam o saquinho. Fazem festa na cozinha e quebram o banquinho...(Rita)

Teve um período, do ... [reitor na gestão 2009-2013], *que recebemos máquina de lavar, melhoraram as cozinhas, as pinturas. Teve uma grande melhora, mas depois disso foi só piora. As máquinas quebraram, as cozinhas inutilizadas. Vai degradando. O elevador tá sempre quebrado, eu moro no 6º andar. E quando funciona alguém vai lá e mija e não é nem cachorro, e agora ainda tem roubo de lâmpada do elevador. Quando a gente vê que tá sujo, a gente lava. Trocaram a terceirizada* [da limpeza]. *Não trocam o saco do lixo, só esvaziam e deixam o mesmo saco sujo e fedido. A terceirizada manda quantidade pequena de produtos. A maioria das vezes elas limpam os corredores com água pura. Antes, eu me lembro, lavavam com produtos, com cloro, enceradeira, lavavam o elevador. E agora o elevador não é limpo nunca. A gente sabe que não é culpa das funcionárias.* (Gal)

Eu plantava no canteiro aqui, e o pessoal depredava. Eu plantava e pedia para alguém molhar... [...] *As pessoas gostavam de colher, mas não ajudavam a molhar. Eu passei a plantar aqui na minha porta. E ninguém mexe aqui porque eu também não sou fácil. Eu dizia: "se mexerem aqui eu vou expor pro CRUSP inteiro!".* (Elza)

Pinel (2019a) entende tal movimento violento de ruptura menos como algo da ordem da destrutividade e mais como um apelo por um respondente, um destinatário ou testemunha. Segundo o autor, a problemática dos limites se manifesta justamente como efeito das demandas sem resposta. Dessa forma, as ofensivas contra os semelhantes e os atos de depredação no CRUSP podem ser interpretados ao mesmo tempo como defesa e como apelo a um Outro que possa propiciar ao sujeito demandante contornos, limites, reconhecimento e interlocução.

Ainda no tema da questão dos limites e das tensões existentes entre moradores e universidade, parece haver uma contradição entre a demanda por segurança e o imperativo do gozo da liberdade. Trata-se de uma das questões cruciais da qual deriva o mal-estar na cultura, de acordo com Freud: “O homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança” (1930, p. 30).

No CRUSP, a tensão entre segurança e liberdade sem limites aparece de maneira evidente quando o tema é a colocação ou não de câmeras de vigilância, algo que por um lado poderia ampliar a segurança local, mas por outro parece aos moradores como um modo de controle e cerceamento da liberdade:

> *Se a gente reclama da falta de segurança: “Vocês são contra câmera nos corredores por causa da ditadura”. A gente se sente inseguro aqui, qualquer um entra aqui. As bicicletas, quando chega o final do ano, tem uma leva de roubo. Dizem que é o pessoal da São Remo. Não tem segurança aqui mesmo tendo uma guarita do lado.* (Gal)

> *A cozinha não presta, não tem máquina de lavar. Não querem que coloquem câmera de vigilância. E aqui roubam muita bicicleta. Dias atrás teve um quebra-pau na cozinha, um saiu pingando sangue. Isso era pra acontecer na universidade? Tão se lixando aqui pra gente, para o que acontece.* (Elza)

Em alguns relatos, percebe-se que os estudantes também buscam relativizar a responsabilidade da universidade em relação ao CRUSP, entendendo que deve haver uma convergência entre o que deve partir da USP e o que é da responsabilidade dos próprios moradores. Entende-se, a partir dos relatos, que é preciso um interjogo entre o quanto a universidade tutela seus alunos e o quanto os próprios alunos devem paulatinamente assumir seu lugar no mundo dos adultos/universitários. Entendemos aqui a universidade como elemento que pode contribuir nessa intermediação entre adolescência (tardia, muitas vezes) e vida adulta:

> *Aqui, eu não acho que a USP tem que oferecer material de limpeza. Eu discordo desse tipo de tutela. Cada um deve cuidar da sua casa. Quem ficou aqui, foi porque não teve opção. A USP não é minha mãe, não é a mãe de vocês. A gente tem que se virar por nós porque uma hora a gente tem que sair daqui. Faço comida para vender, pequenos consertos. Aqui não é minha casa, daqui a três anos eu tenho que sair. Se eu conseguir fazer mestrado e doutorado, eu posso ficar. Mas, de qualquer forma, eu tenho prazo contado pra ficar. Contra essa necessidade de tutela eu faço essa crítica às vezes. As pessoas precisam aprender a ser independentes. Tem gente aqui que acha que a USP tem que limpar o quarto. Eu converso muito com os caloures sobre isso. Colocaram álcool nos dispensers e foi roubado. Outro dia fui usar um elevador; mijam nos elevadores, roubam lâmpada.* (Elza)

> [Pergunto: "Por que você acha que tem tanta loucura no CRUSP?"] *É falta de pai e mãe. Você olha pro lado e você não tem estrutura de autoridade. Você não tem que respeitar a sua avó. No máximo, no Bloco das Mães você tem que respeitar as crianças. A SAS não tem autoridade, não faz nada, só gerencia a bolsa. Aqui ainda tem o pessoal terceirizado que faz a limpeza, mó boi. Mas aqui tem um monte de moleque, um monte de menina, um monte de gente que vivia na barra da saia da mãe. Ou gente que era da rua, da quebrada, muita droga. Maconha o tempo todo gera paranoia e depressão. E tem também a galera que fica sozinha e não fala com ninguém. Agora é moda falar em isolamento, mas já era assim aqui, tem muita gente isolada. Você anda no corredor e pensa: posso fazer qualquer coisa.* (Jorge)

> *A moradia ludibria o estudante: "eu vou ter uma casa longe da minha família". Lidar com esse poder de administrar, não é todo mundo que consegue lidar. E de repente você tem um lugar que administra tudo, até sua vida escolar. Você tem acesso aqui a tudo fácil, inclusive drogas, e esse é o maior problema da moradia.* (Betânia)

Em muitos relatos, aparece uma dificuldade tanto na formulação quanto na compreensão coletiva das regras (explícitas ou implícitas) de bom funcionamento e boa convivência no CRUSP. Tais regras parecem algumas vezes inexistentes ou pouco claras, mas mesmo quando são evidentes, há dificuldade na efetivação dos combinados. A regulamentação das formas de relação entre os sujeitos também é uma das finalidades da cultura, no interior da qual os indivíduos são convocados a partilhar um pacto coletivo como forma de superação da barbárie (FREUD, 1930). No CRUSP, a questão da não aceitação de regras aparece como forma de resistência e levante contra opressões, porém sem considerar que regras também organizam e democratizam a convivência:

> *Antes aqui parecia um lugar de transformação. A história do CRUSP é uma história de luta. Mas agora parece um depósito de pessoas em vulnerabilidade, assim como os móveis jogados nos lugares. Tem uma*

> *área aqui que só tem entulho. Fui reclamar* [na SAS] *e falam: "Vocês que deixam ali* [o entulho] *e não levam para o reciclado". Mas nunca falaram onde colocar. Então, as garrafas: em nenhum momento falaram das garrafas, o que fazer. Eventualmente alguém decide tirar as garrafas. Não há conversa, ninguém fala onde está o reciclado. Tem gente que vem aqui que não sabe usar o fogão. Deixam o gás do fogão ligado, é muito perigoso.* (Gal)

> *Aqui não é todo mundo que tem o mesmo entendimento. Eu nunca recebi uma orientação: no CRUSP isso pode, isso não pode. Tem gente que coloca o sofá no corredor porque o apartamento é apertado e isso atrapalha quem tem dificuldade de mobilidade. É público, então pode tudo? Pode fumar no corredor? Pode fumar no elevador?"* [Digo: "É proibido proibir*"*]*. "Aqui é o CRUSP, aqui a gente lutou contra a ditadura". E lutar contra a ditadura é fumar no corredor? "Aqui é anarquia, a gente não segue ordens". Tá, mas tem gente pobre que vai acordar às cinco da manhã pra entrar no estágio às sete.* (Gal)

Conforme a coletividade foi se enfraquecendo, também a tolerância às diferenças foi se tornando mais difícil. Muitas vezes, nas inserções que realizei no universo CRUSP, parecia haver algo de insuportável no contato entre os cruspianos, seja por aquilo que se revela como alteridade e diferença, seja pelo que se revela como identidade e semelhança. Recordo, na época em que estava realizando rodas de conversa com os moradores, o quão intensos eram os encontros em grupo, embora com um quórum sempre pequeno, o que me levava a formular hipóteses sobre a dificuldade de grupalizar no CRUSP. Parecia haver um efeito de espelhamento no contato interpessoal, como se lidar com a diferença/similitude do outro acionasse algo em si que não se queria olhar, seja naquilo que é igual, seja naquilo que é diferente[31]. Pelos relatos, vemos que as próprias instâncias institucionais com potencial agregador não são legitimadas como tal:

> *Quando a gente quer exigir algo político, todo mundo é cruspiano, regular ou irregular, há uma identidade cruspiana. Mas na convivência cotidiana, o atrito entre os grupos é muito grande. Não tem espaço coletivo forte. Dizem que há alguns anos não era assim. As cozinhas eram mais inteiras, tinha mais festa, mais encontro. É impossível hoje pensar o CRUSP como uma comunidade, há muitas diferenças políticas, atritos entre grupos, falta de representatividade, ninguém se sente contemplado. Tudo isso foi desmembrando muito o CRUSP, tornando as coisas impossíveis num nível...* [...] *A noção de espaço de todos não existe. É espaço público, então não é de ninguém. Alguns pequenos grupos convivem juntos. Mas o CRUSP...* (Rita)

[31] Tal questão pode estar em sintonia com a problemática apresentada no subcapítulo anterior relativa aos códigos de pertencimento à universidade: reconhecer no outro uma identidade ou uma alteridade pode remeter à própria condição de sofrimento "entremundos".

> *Aqui é muito fácil criar grupos de WhatsApp e esse grupo acabar por brigas. São pessoas muito diferentes umas das outras. Mas aqui parece tudo mais dramático, pela condição psicossocial de quem tá aqui, gente que viveu a vida toda em situação de vulnerabilidade. Tem algo aqui que não é saudável, parte para o patológico. Não existem relações coletivas significativas. Tem a AMORCRUSP, mas não tem ninguém que eu converse que, de fato, conte com a Associação. E até mesmo eu. E isso é interessante, porque tá ali há anos e ninguém conta com ela.* (Cássia)

O entendimento da realidade cruspiana como um reflexo ou microcosmo de tudo que acontece em escala maior na sociedade aparece em alguns relatos:

> *A reitoria acha que o morador é bicho, não tem civilidade, que não cuida, "os alunos que estragam tudo". Aqui a gente tem pragas, fungos, goteiras. Esquecem de quem mora aqui e da vida desses alunos. Vemos o abandono da fé nas instituições em todo o Brasil. Aqui é uma pequena escala do que acontece. A USP é um espelho do que acontece na sociedade.* (Chico)

> *Acho que de uns tempos pra cá a gente tem somado problemas, um depois do outro. As respostas institucionais não tão na perspectiva de cooptação pelo Estado. Vivemos um "deixa morrer" no CRUSP, como no Brasil e no mundo. Isso se reflete aqui, e a gente não tem força pra lidar com isso. Cada percepção é de um jeito completamente outro. Cada um vê a situação de um jeito e, enquanto a SAS e o governo dizem "deixa morrer", a gente tá aqui se estapeando. A gente vai na onda do que tá aparecendo no panorama geral. O Bolsonaro foi eleito por via democrática! Há uma falta de crítica dos habitantes da própria universidade. Aqui, quando a gente vai se articular com a SAS, a gente pensa: "não estamos pedindo esmola, tem as questões de classe, de racismo". Mas o que o reitor faz? "Caguei", ele diz. Vai chegar uma hora que vai ser tanto "deixa morrer" que nem sei o que pode acontecer aqui.* (Caetano)

Podemos pensar que a crise da coletividade diz respeito à crise de autoridade e de representatividade das instituições, de maneira generalizada. Um exemplo para tratar dessa questão da crise de representatividade no âmbito da gestão da universidade relacionada às políticas de permanência diz respeito à questão do passe de ônibus estudantil. Desde 2019, os moradores do CRUSP perderam o direito ao Bilhete Único estudantil, pois a operadora municipal de transporte público por ônibus, a SPTrans, deixou de disponibilizar o benefício a pessoas que residam a menos de 1km de sua instituição de ensino (JORNAL DO CAMPUS, 2019). Para a universidade, trata-se de uma deliberação da SPTrans contra a qual nada se pode fazer. Para os alunos, trata-se de uma grande injustiça, pois entende-se que a vida acadêmica

extrapola o âmbito do instituto de ensino de cada um, envolvendo estágios e atividades de extensão fora da Cidade Universitária, por exemplo. Cada estudante podia tentar buscar saídas individuais com a SPTrans, porém a universidade não entendeu a luta pelo passe estudantil como algo que pudesse assumir institucionalmente ou uma resposta que pudesse dar aos alunos:

> *A USP tem um reitor e uma superintendência de assistência social. No começo da pandemia, o superintendente mandou um e-mail dizendo pra gente o que acontecia aqui. É de cair o cu da bunda. Nosso passe livre foi cortado. Eu mandei um e-mail irônico pra ele, dizendo que o e-mail devia ser mandado para a SPTrans, explicando que o aluno tem que se deslocar, fazer estágios. Esse superintendente perdeu toda a credibilidade, fazendo politicagem, pra mim agora é só mais um.* [...] *Foi um acinte ele mandar esse e-mail.* (Elza)

Além da questão do passe estudantil, a falta de água recorrente no CRUSP também denota dificuldades da universidade em tomar para si a responsabilidade de oferecer respostas efetivas às necessidades relativas à infraestrutura básica na moradia estudantil:

> *Quando falta água, o CRUSP é sempre o primeiro lugar a ficar sem água e a ficar mais tempo sem água. Aqui a gente tem sempre momentos no ano em que algum bloco fica sem água por muito tempo e nos outros a água fica falhando. O Bloco D ficou muitos dias sem água recentemente. Procuramos a SAS, a SAS disse que a culpa era da SABESP, a SABESP disse que a responsabilidade de demandar a regularização era da SAS. Ficamos três semanas sem água em plena pandemia. No início da pandemia, o bloco F ficou sete, oito dias sem distribuição plena, e todos os outros blocos com água intermitente. O fornecimento parava meia-noite e voltava pela manhã. Depois parava às 23 horas e voltava só às 10 horas. A pressão baixa da água é um problema também muitas vezes. Você vai lá tomar um banho e lavar o cabelo e a água acaba no meio do banho. Tem dias que chega 16, 17 horas e não dá mais pra dar descarga. Aqui no bloco fizemos uma conversa pelo WhatsApp e combinamos de mandar mensagens em massa para a SAS pedindo providência – e continuamos recebendo resposta que era um problema da SABESP. Desde ontem de madrugada, estou ouvindo sons mais frequentes do cano enchendo, não sei se foi sorte ou se a SAS chamou a SABESP depois de tanta pressão dos alunos. Então aqui é assim: se deixar pra tomar banho depois das 22h, não tem água mais. Dessa vez não sei se vão resolver o problema ou se só vão maquiar*. (Rita)

> *Estamos há mais de um mês sem água aqui. A água se vai, o CRUSP fica, e a dignidade também vai pelo ralo. A dignidade que a gente acha que o CRUSP deu, ele tira.* (Gilberto)

Ao longo das entrevistas, percebeu-se que os próprios alunos buscam desenvolver teorias (ancoradas no percurso acadêmico de cada um) para dimensionar e significar as próprias vivências na moradia e na universidade. As pautas identitárias permeiam as questões e conflitos no território cruspiano, gerando algumas vezes fragmentação:

> *Quando a gente tá passando de uma sociedade organizada por classes para uma sociedade organizada pelo risco, as coisas mudam. Na década de 1970, as necessidades materiais estavam muito na cara, a questão da luta de classes "clássica". Mas no século XXI, somam-se às questões de classe outras questões mais fluidas. Por exemplo, a questão da violência doméstica, que é uma coisa corriqueira aqui (já ouvi muitas vezes situações aqui do meu bloco). Então teve essa menina que apanhou e morava num apartamento com moradores irregulares. Ela apanhou do morador irregular. Conseguiram chamar a segurança, até a PM. O garoto era preto e ela era branca. Eu não sei por que surgiu a briga, não sei o que aconteceu ali. Mas, por um lado, tinha gente defendendo o cara porque ele era preto e, se ele bateu nela, era um reflexo do racismo... E tinha gente defendendo ela porque ela era mulher. Então, as pessoas começaram a evocar categorias muito esquisitas para explicar o que não se viu. As questões identitárias apareceram dos dois lados da questão. As questões aqui giram muito em torno disso. Se a gente pede para a SAS a manutenção dos fogões, tem que dizer que tem que fazer isso com algum argumento identitário. Isso tudo gera fragmentação, os grupos aqui se diluem muito rápido.* [...] *O que acontece aqui no CRUSP espelha algo muito maior do que a gente, então eu acho que tudo que a gente tentar vai fracassar miseravelmente.* (Caetano)

A partir dos relatos destacados, é possível propor uma reflexão a respeito de uma crise em curso na atualidade que atravessa e extrapola o contexto do CRUSP, na qual há uma incerteza sempre presente em relação à segurança e estabilidade que as instituições podem oferecer aos sujeitos. Estamos falando de "mundos" em crise, ou de objetos sociais precarizados, consonantemente com o pensamento de Jean Furtos (2001, 2011). Kaës (2015) discorre acerca da crise de referências contemporânea e nomeia a "ausência do respondedor" como um fenômeno gerador de mal-estar.

O respondedor, nas palavras de Kaës, é "um sujeito ou um conjunto de sujeitos que recebe, acolhe e apoia nossas perguntas sobre o que somos e o que nos tornamos. Dito de maneira mais simples, ele responde às questões cruciais de nossa vida cotidiana" (2015, p. 17). O fenômeno da ausência do respondedor pode se dar

tanto no nível da constituição subjetiva quanto no nível macro, das instituições e coletividades.

No nível subjetivo, o respondedor é aquele que responde às necessidades do *infans* de modo a não desampará-lo completamente, ou seja, de modo suficientemente bom. Quando não existe esse outro (ou Outro) amparador, as demandas primordiais do sujeito ficam sem resposta, e este se encontra abandonado à própria sorte, configurando um desamparo da ordem do traumático (PINEL, 2019a). Birman (2012) nomeia tal condição de desamparo traumático ou radical como “desalento”, algo que ocorre quando o apelo ao outro fica impedido, impondo ao sujeito uma paralisia psíquica pela supressão do movimento desejante diante da impossibilidade de endereçamento.

Em um âmbito mais macro, podemos pensar na ausência ou desaparecimento do respondedor como um sintoma da contemporaneidade. Tal fenômeno está ligado à dissolução das estruturas institucionais e coletivas que anteriormente sustentavam a vida em sociedade. O que se percebe é que, ao mesmo tempo que há um incremento da responsabilização dos indivíduos por seu sucesso ou fracasso nas sociedades neoliberais (de acordo com o processo de individualização), há uma desresponsabilização das instâncias coletivas que anteriormente serviam à proteção social dos indivíduos, de forma que os sujeitos se encontram cada vez mais carentes de apoio, ancoragem e pertencimento.

Assim, temos como efeitos desse desaparecimento do respondedor um abalo da confiança nas instâncias coletivas e a exacerbação das vulnerabilidades dos sujeitos, com tendência à autoexclusão – seja em sua faceta de recolhimento e desligamento, seja pelo incremento da raiva e da revolta, ambos os mecanismos operando como formas de tamponamento do desalento e do vazio, em outras palavras, daquilo que não é elaborado ou representável.

Parece haver um acoplamento entre a ausência do respondedor no âmbito institucional e a questão do sofrimento social na trajetória singular dos estudantes-moradores do CRUSP, como se a angústia da falta de respostas no presente atualizasse o sentimento de precariedade dos objetos sociais que os acompanha de alguma forma. A falta de respondente mantém os sujeitos ou grupos em estado de espera. Tal condição crônica de expectativas sem respostas vai minando o sentimento do sujeito de que sua existência e suas demandas possuem valor, ou seja, mina sua

dignidade como integrante do grupo dos humanos e o coloca em estado de desfiliação e de humilhação social. O efeito crônico da falta de respondente vai assim se configurando como algo da ordem do traumático: o sujeito se aliena de si e do tecido social, dessubjetivando-se e recusando a realidade como forma de lidar com a angustia da exclusão. O respondedor (como representação das instituições que devem organizar a vida em sociedade) pode ser entendido como um tipo de objeto social (por sua propriedade de articulação do sujeito ao tecido social), e a ausência de respostas por parte da instância respondedora configura um estado de precarização social que leva ao incremento da angústia de maneira generalizada.

Nesses termos, reforçamos no presente subcapítulo a função fundamental que a universidade possui para a vida psíquica da comunidade estudantil. A entrada na universidade é ainda um momento constitutivo da subjetividade dos estudantes, fazendo parte do ritual de entrada na vida adulta. Já apontamos no subcapítulo anterior o quanto este momento específico do ciclo de vida comporta desafios entrecódigos e entremundos. Destacamos neste trabalho o papel da instituição universitária como um tipo de enquadre (BLEGER, 1982), proporcionando (ou devendo proporcionar) sustentação e continência para seus acadêmicos a partir do momento que ingressam no ensino superior, ou seja, a universidade funciona como instância mediadora entre o jovem aluno e a sociedade. Retomando a questão da ausência do respondedor no âmbito do CRUSP, se o apoio que a universidade oferece aos estudantes (neste momento já tão tensionado de suas vidas) vacila, ou seja, se as demandas básicas dos moradores permanecem sem respostas, a tarefa do jovem de fincar o pé no mundo universitário e no mundo adulto se torna muito mais árdua: onde espera solo firme, encontra areia movediça.

Acrescento um último comentário antes de finalizar este subcapítulo, relativo ao mito cruspiano do “canalha”. Existe no CRUSP um costume que já acontece há muitos anos, segundo relatos, que diz respeito a um grito: “CANALHA!”. Trata-se de uma espécie de interjeição que um estudante grita em sua janela e o ressoar de tal grito leva outros moradores a seguir repetindo a mesma ação, gritando a mesma palavra. Segundo alguns moradores, trata-se de um grito que ecoa desde a época da ditadura militar no Brasil, como um aviso que se alastrava por toda a comunidade cruspiana quando a polícia ou os militares estavam se aproximando. Outros relatos trazem versões diversas:

> *Se eu fico aqui estudando e ouço um "canalha" eu fico puto!* [...] *Essa história tem muitas versões, não sei de onde surgiu, ouvi falar que uma menina queria expulsar um cara e deu um grito e a história pegou, outra vez ouvi que era um cara que estava apanhando, etc.* [Comento a versão de que era um grito que ecoava desde a invasão da polícia ao CRUSP nos tempos de ditadura]. *Quando eu entrei a PM entrou aqui no CRUSP com gás lacrimogênio, foi em 2017, acho. Falaram que o "canalha" voltou por causa disso. O "canalha" é uma lenda do CRUSP.* (Caetano)

Recupero neste ponto tal mito, pois parece se tratar de uma manifestação local algo enigmática, que faz pensar não apenas em um comportamento de ataque (e defesa) contra um alvo nem sempre identificado, mas também como uma forma de apelo a um Outro (ainda que de maneira pouco lisonjeira), como um clamor coletivo por um respondente. É interessante notar como o coro que se segue apresenta um tipo de resposta, horizontalizada, como uma sociabilidade ou coletividade que acontece de maneira instantânea, revelando um traço identitário da comunidade cruspiana através das gerações. Ao mesmo tempo que se manteve tal função identitária, o sentido deste costume local parece ter se perdido ao longo dos anos, restando como um tipo de repetição ou sintoma (que inclusive incomoda alguns moradores). O "canalha" se tornou um fantasma, como um resquício enquistado de outrora, algo possivelmente da ordem do irrepresentável que liga e ao mesmo tempo desliga o tempo presente do tempo passado da história do CRUSP, e que pode nos remeter mais uma vez à questão do traumático no âmbito da moradia, algo que discorreremos a seguir.

4.3. Saúde mental no CRUSP: reflexões sobre rupturas e travessias

Ao longo dos diversos temas ilustrados pelas entrevistas aqui apresentadas, ensejei trazer ao leitor um panorama da experiência estudantil no CRUSP, como um convite a uma aproximação das vivências trazidas de maneira muito intensa pelos estudantes-moradores, acompanhando-me na tarefa de testemunhar.

Este trabalho de pesquisa de campo, embora em parte realizado dentro dos parâmetros do distanciamento social imposto pela pandemia SARS-COV-2, permitiu uma aproximação muito viva das vivências estudantis na moradia universitária. Toda escuta foi muito mobilizadora, vivida em meu corpo e em meu psiquismo: dor, fome,

tensão, insônia e tristeza foram algumas das sensações e sentimentos que me acompanharam, conforme detalhei no início deste capítulo, como efeitos da escuta em transferência.

Em busca de teorizar a respeito dos efeitos transferenciais da escuta do CRUSP em mim enquanto pesquisadora, recupero uma reflexão proposta por Pinel (2019a), segundo a qual a defrontação com a problemática dos limites e da precariedade dos vínculos pode trazer àqueles que lidam com tais questões sentimentos de impotência e desamparo, como uma contaminação psíquica em decorrência da invasão pela massividade das problemáticas apresentadas. Vacheret (2015) nomeia esse tipo de transferência como transferência por depósito, um fenômeno que acontece de forma que aquele que escuta se torna

> depositário, sem ter consciência, de uma parte indizível e irrepresentável da história ou da experiência precoce do sujeito, que só pode representá-la na mente do outro, em sua psique, a fim de que o outro transforme esses depósitos em representações e em estados afetivos, finalmente ligados entre si pelas palavras e pela fala, oriunda da simbolização (p. 83).

Dentro do campo transfero-contratransferencial instalado nas entrevistas, me percebi contaminada por sensações e afetos pouco elaborados, da ordem do processo primário, clamando por sentido (e pelo sentir). O processo de escuta em transferência (mesmo fora da situação analítica clássica, conforme vimos no Capítulo 3) possibilitou realizar um diagnóstico transferencial da problemática estudantil no âmbito do CRUSP: há algo de irrepresentável ali, que pede por testemunho, interlocução e tradução.

De acordo com Blum (2014), quando trabalhamos com o irrepresentável, estamos também trabalhando com vivências da ordem do trauma. O irrepresentável pode levar o sujeito a um estado de exílio ou de desapropriação psíquica e afetiva, capaz de lançá-lo para um tempo fora do tempo, um tempo estrangeiro, fora do campo simbólico. Trata-se de um estado de ruptura, nos termos de Kaës (1982), que acontece quando sofrem abalos os alicerces que sustentam o psiquismo e o sentimento de permanência e continuidade de si.

Embora neste capítulo a questão da ruptura tenha sido apresentada como parte do processo de entrada na vida universitária, foi possível observar em alguns casos que tal ruptura pode se dar de maneira bastante radical, configurando uma desfiliação

(FURTOS, 2007). Nesses casos, já instalada a autoexclusão (quando o sujeito se torna estrangeiro de si, assim como do mundo dos humanos), torna-se mais difícil o reestabelecimento de um caminho de volta ao mundo compartilhado, ficando o sujeito perdido no meio da travessia. Tal condição se dá também como efeito da ausência do respondedor, o que reforça o quão traumático pode ser tal mecanismo.

Blum (2014) entende o trauma como um aprisionamento do sujeito em um estado bidimensional, no qual se encontra prejudicada a possibilidade de intermediação eu-mundo. A transicionalidade, o espaço do simbólico e da criação ficam impedidos, incluindo a palavra ou possibilidade de narrativa de si e do mundo. Na bidimensionalidade, fica comprometida a possibilidade de se pensar o tempo como continuidade, como se somente existisse o agora. Para Blum, mais do que a ameaça da perda de objetos, existe a ameaça da perda da representação dos objetos. De acordo com o autor, para superar a linearidade e repetição advinda do traumático, é preciso criar ou recuperar a condição de tridimensionalidade do mundo humano compartilhado, restabelecendo o trânsito psíquico que possibilita a simbolização. Assim, quando lidamos com problemáticas relativas ao irrepresentável ou ao traumático, é preciso criar dispositivos que possam estabelecer um ponto de apoio a mais, um ponto de fuga: “Um ponto a partir do qual a perspectiva aconteça e a profundidade se estabeleça” (BLUM, 2014, p.115).

Um ponto de fuga constitui-se como um outro ponto de vista, que instaura uma nova dimensão, possibilitando imersão em novas profundidades e abertura de perspectivas que inexistiam até então. Para Blum, é no plano da clínica, no plano do testemunho que se efetiva a possibilidade deste resgate dos sujeitos ao espaço da tridimensionalidade e da sustentação simbólica. Para Waintrater (2003, p. 3 apud BLUM, 2014, p. 115-116):

> O testemunho é um relato que conjuga uma reflexão do sujeito sobre sua vida e a descrição de acontecimentos aos quais ele foi submetido e que fazem do narrador uma testemunha. Todo testemunho contém um endereçamento ao outro, o destinatário potencial, aquele que está lá para acolher o testemunho e se tornar testemunha da testemunha.

Para Blum (2014), um testemunho é algo singular e ao mesmo tempo plural: singular, pois é único, pessoal; e plural em seu caráter universal, como parte da experiência humana. Testemunhar diz respeito à passagem de uma singularidade

estéril a uma ficcionalidade fértil que rompe com o duplo vínculo (bidimensional) que aprisiona o sujeito entre o trauma e o irrepresentável, entre a exclusão e o silenciamento, entre a precariedade e a morte subjetiva. A quebra desta bidimensionalidade só pode ser feita pela palavra e pela criação, que se dão no plano da clínica e do laço social, do vínculo. Aquele que testemunha busca transmitir suas experiências traumáticas a um outro (ou mais de um outro) que se põe a imaginá-las (imaginar o inimaginável, muitas vezes), tornando-se aquele que escuta uma testemunha do testemunho, rompendo a bidimensionalidade. Abre-se a possibilidade da tridimensionalidade, da intermediação e, assim, o restabelecimento do sujeito ao tecido social ou ao mundo dos humanos. Dessa forma, cria-se a possibilidade do retorno do exílio e reposicionamento do sujeito em sua travessia, em busca de novas formas de existir.

Refletindo sobre a questão do traumático no âmbito do CRUSP, entendemos que toda a experiência de vida do estudante é ressignificada na ocasião de seu ingresso na universidade. O sofrimento estudantil não diz somente respeito aos problemas anteriores à entrada na universidade, mas principalmente às condições que encontra e aos questionamentos que surgem ao entrar. Dessa forma, a dimensão do traumático está remetida a algo que acontece no momento presente da vida do jovem estudante na universidade, seja por estar exposto a problemáticas da precariedade sem poder contar com as defesas do código de sua comunidade de origem, seja pela demanda de rearranjo psíquico por conta da realização de uma conquista muito idealizada, seja, ainda, pelas experiências de violência vividas na própria moradia – tudo isso em um momento ainda constitutivo da vida psíquica, na passagem da juventude para a vida adulta e na perspectiva da passagem da vida de estudante para uma nova vida profissional.

Neste trabalho, proponho que a entrada na universidade, assim como a possibilidade de saída com um diploma nas mãos, trata-se de um processo de travessia, de atravessamento de mundos, de transposição de lugar. Para que tal processo aconteça, é preciso que haja condições de sustentação ao longo do percurso. Blum (2015) desenha o trabalho de testemunhar o testemunho como uma terceira margem, como um ponto de apoio intermediário entre o passado e o futuro. Podemos pensar que a terceira margem é aquela que propicia um amparo a mais no fluxo das águas turbulentas, possibilitando a conquista da travessia do rio da vida, do

ponto de partida até o ponto de chegada. No contexto do sofrimento estudantil no CRUSP, podemos pensar que o rio é a vida universitária. O estudante parte de sua margem de origem e mergulha nas águas com tudo aquilo que carrega. Em plena turbulência, quando já não vê mais a margem de partida e ainda não vislumbra a margem de chegada, se não houver algum ponto de apoio para a transposição do trajeto inicialmente planejado, corre-se o risco de ser derrubado pela correnteza. Mas se há possibilidade de parada, de organizar a carga e tomar fôlego, torna-se possível seguir e alcançar o outro lado, vencer o rio e retornar à terra firme. Assim, destacamos na presente discussão a importância da construção de dispositivos de terceira margem como meios de ancoragem (ou intermediação) para que a travessia do estudante na universidade venha a ser efetivada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRAVESSIA)

Para finalizar este trabalho, gostaria de colocar alguns apontamentos sobre condições de cuidado e dispositivos de intervenção que poderiam ser interessantes no âmbito do CRUSP como forma de possibilitar uma experiência menos penosa na moradia estudantil e na universidade. Para começar, a própria compreensão do espaço da moradia estudantil como um espaço que demanda cuidado parece ser fundamental.

No CRUSP, conforme vimos ao longo deste trabalho, encontramos dificuldades de diversos tipos. Há um alto grau de vulnerabilidade da população estudantil moradora que tem relação não apenas com suas condições prévias de vida, mas também com as condições encontradas na chegada à universidade e à moradia. Recortamos, no capítulo anterior, duas grandes questões que figuram nas problemáticas cruspianas: as condições de trânsito entremundos, ligadas à questão do pertencimento à universidade, e as problemáticas relativas à ausência do respondedor.

Tal questões colocam desafios para o manejo das situações que se apresentam na moradia. Pinel (2019a), ao relatar o trabalho realizado com instituições de cuidado a pessoas em condição de vulnerabilidade psíquica, aponta que existem duas vias de intervenção que, combinadas, tendem a ser mais efetivas: a escuta direta das pessoas às quais se propõe cuidado e também a escuta indireta das equipes que cuidam.

A escuta indireta, ou seja, o cuidado das equipes que cuidam, objetiva identificar a maneira como os profissionais são afetados pelas dinâmicas que vivenciam, quais ressonâncias emocionais o contato com as vulnerabilidades em questão desperta nas equipes. A percepção e a elaboração do movimento transferencial depositado nas equipes possibilitam que as intervenções sejam mais consonantes com as necessidades e permitem a invenção de dispositivos mais criativos de cuidado. É somente considerando a maneira como as equipes são afetadas pela problemática com as quais devem lidar que o trabalho institucional se torna possível. Tal espelhamento transubjetivo entre as instituições e a problemática da qual se encarregam é nomeado por Pinel como “homologia funcional” (2019a).

Para Pinel (2019a), quando as equipes que acompanham situações de vulnerabilidade ou precariedade operam reativamente diante das situações, torna-se

impossível que a problemática em questão deixe de funcionar como um *script* (que envolve mais do mesmo, repetição) e passe a figurar como cena (que é da ordem do inédito e do encontro). Assim, seria tarefa das equipes de cuidado transformar o *script* em cena, e isso implica poder entrar na cena, poder suportá-la em seus corpos como forma de favorecer um campo de jogo, da ordem do "encontrar-criar", que rompe com a repetição e abre caminho para movimentos de elaboração psíquica.

Pinel contrapõe à problemática da ausência do respondedor com aquilo que nomeia como "qualidade da presença": "uma presença encarnada com firmeza e solicitude" (2019a, p. 9), que possa manter, de um lado, uma identificação com as leis institucionais e simbólicas (ou seja, com o trabalho da cultura) e, de outro, identificação ao desamparo desses jovens, porém sem estabelecer com ele cumplicidade intencional.

No contexto da moradia estudantil da USP, entendemos que há necessidade tanto de criação de dispositivos de escuta (e testemunho) voltados para os estudantes quanto de proposição de espaços de cuidado à equipe que presta assistência aos alunos, especialmente as assistentes sociais da SAS, cujo trabalho demanda contato próximo e intenso com as problemáticas cruspianas que, por sua vez, envolvem conflitos diversos e mobilizadores de afetos algumas vezes bastante penosos.

Em relação ao trabalho com os estudantes-moradores, percebemos que há pontos da travessia que podem ser mais sensíveis. Tanto o momento da chegada no CRUSP quanto o momento de desligamento da moradia parecem demandar um maior acolhimento. Em relação ao momento de chegada, seriam importantes dispositivos de recepção dos alunos pela própria comunidade de estudantes, transmitindo informações e afetos nesse momento inaugural. Percebemos que a recepção do aluno no CRUSP pode ser algumas vezes hostil e geradora de fragilidade em sujeitos que já se encontram em um momento de angústia. Assim, criar modos de transmissão de informação e trocas interpessoais, fortalecendo os vínculos, poderia diminuir o impacto da chegada. Quanto desligamento, notamos que é um momento gerador de muita insegurança, no qual há um temor da ausência de referências – especialmente para os moradores cujos laços familiares são mais esgarçados –, além do temor da impossibilidade do próprio sustento. Algum tipo de acompanhamento para estudantes que apresentem esse tipo de vulnerabilidade poderia auxiliar na construção de pontes para fora da USP, movimento que demanda, em alguns casos, apoios a mais.

No entremeio, entre a chegada e a partida, é importante disponibilizar aos estudantes-moradores formas de acesso, sempre que necessário, a instâncias ou profissionais de referência que possam auxiliar a desatar alguns nós que eventualmente surjam em seu percurso. Neste sentido, parece importante que os alunos possam estabelecer um vínculo de fato com sua assistente social de referência e, ao mesmo tempo, que cada uma dessas profissionais possua um número de estudantes referenciados com os quais possa efetivamente estabelecer um contato próximo. Conforme os relatos apresentados, o cuidado que os alunos recebem do grupo de assistentes sociais se dava de maneira mais "artesanal" quando tal grupo era mais numeroso (quanto maior o número de assistentes sociais, melhores as condições de acolhimento aos alunos que elas poderão proporcionar). Além disso, sabendo que há casos ou situações que demandam intervenções mais complexas, é importante que o grupo de assistentes sociais tenha a quem recorrer quando for preciso.

Dessa forma, propor às assistentes sociais um espaço de escuta e de discussão de casos ou situações difíceis no âmbito da moradia possibilitaria uma ampliação de seu suporte para lidar com as problemáticas apresentadas. Tal espaço de reflexão poderia funcionar como um dispositivo regular de matriciamento, auxiliando as profissionais a lidar com as questões relativas ao CRUSP de maneira não reativa, com qualidade de presença nos termos de Pinel, ou seja, com potencial de transformar os *scripts* que se repetem (violência, surtos, depredação, auto e heteroagressões, invasões, etc.) em cenas de oferta de cuidado e trocas. Além desse trabalho de escuta das profissionais da SAS, seria importante também maior articulação e fortalecimento de toda a rede de cuidados voltada às necessidades dos estudantes-moradores do CRUSP[32], somando esforços para proporcionar ofertas de amparo potentes.

Além dos apontamentos acima, é importante também que a universidade possa recuperar o investimento no espaço físico do CRUSP, na infraestrutura e nos provimentos básicos relativos ao morar. Nos relatos, parece claro que o espaço carece de reformas, desde o interior dos apartamentos (que contêm mofo, infiltração, problemas elétricos) até os ambientes comuns (elevadores, iluminação, limpeza,

[32] Além da SAS: CSEB, Hospital Universitário, Acolhe USP, Escritório de Saúde Mental, IPUSP, rede municipal de atenção psicossocial.

condições sanitárias, segurança). O problema do fornecimento de água parece algo crônico, que demanda respostas institucionais mais efetivas, assim como a questão do acesso à internet, ainda mais no momento de pandemia, com todo o ensino formatado para acontecer *online*. Recuperar cozinhas e lavanderias configura não só um cuidado com o espaço – e, consequentemente, com os moradores –, mas também reativa a possibilidade de que estes possam ser locais de encontro, trocas e convivência, de cozinhar junto e partilhar o alimento, por exemplo. Investir nos espaços comuns é uma forma de fortalecer a coletividade. Além disso, investir no *habitat* exterior é um modo de incrementar o *habitat* interior dos moradores, conforme apontamos no Capítulo 2.

Juntamente com as melhorias objetivas, é preciso recuperar ou recriar as instâncias que organizam os pactos coletivos de convivência. As balizas para uma boa convivência devem ser construídas e legitimadas pelo coletivo de moradores. Seja via associação de moradores (AMORCRUSP), seja por meio de outras instâncias, é preciso convocar os moradores para o cuidado entre si e do espaço, incrementando a força do contato e das trocas intersubjetivas como forma importante de sustentação ao longo da travessia universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. S.; TIRABOSCHI, G. A.; ANTUNES, N. A.; VIANA, P. V. B. A.; ZANOTO, P. A.; CURILLA, R. T. Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psíquico de Estudantes de Psicologia. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 36, n. 4, p. 831-846, out./dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n4/1982-3703-pcp-36-4-0831.pdf. Acesso em: 11 mai. 2021.

ASSIS, A. D.; OLIVEIRA, A. G. B. Vida universitária e saúde mental: atendimento às demandas de saúde e saúde mental de estudantes de uma universidade brasileira. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 2, n. 4-5, p. 159-177, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68464. Acesso em: 11 mai. 2021.

ANZIEU, D. **O eu-pele**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **O caos totalmente normal do amor**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

BIRMAN, J. (2000). **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BIRMAN, J. (2012). **O sujeito na contemporaneidade**: espaço, dor e desalento na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BLEGER, J. (1967). Psicanálise do enquadre psicanalítico. In: KAËS, R. **Crisis, Ruptura y Superación**: análisis transicional en psicoanálisis individual y grupal. Buenos Aires: Ediciones Cinco, 1982.

BLEGER, J. **Psico-Higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Artmed, 1984.

BLEGER, J. O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: KAËS, R. et al. (Orgs.). **A instituição e as instituições**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

BLEGER, J. **Temas de Psicologia**: Entrevista e Grupos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

BLUM, R. A Clínica como testemunha: silêncio e representação. **Revista Percurso**. Figuras políticas do mal: limites do humano, ano XXVI, n. 52, jun. 2014. Disponível em: http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1097&ori=edicao&id_edicao=52. Acesso em: 11 mai. 2021.

BLUM, R. A terceira margem da reparação. In: MERCADANTE, I. F. S.; SILVA JR., M. R. (coord.). **Travessia do silêncio, testemunho e reparação**. São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/livro-reune-experiencias-do-projeto-clinicas-do-testemunho-da-comissao-de-

anistia/travessia-do-silencio-testemunho-e-reparacao.pdf/view. Acesso em: 11 mai. 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; GUERRA, B. T. O impacto da depressão para as interações sociais de universitários. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 429-452, mai./ago. 2014. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/12649/9823#:~:text=Os%20resultados%20atestam%20que%20os,colegas%20de%20rep%C3%BAblica%20ou%20namorados. Acesso em: 11 mai. 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. The Role of Social Skills in Social Anxiety of University Students. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 58, p. 223-232, mai. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2014000200223. Acesso em: 11 mai. 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. Validação do Questionário de Avaliação de Habilidades Sociais, Comportamentos, Contextos para Universitários. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 32, n. 2, p. 1-10, abr./jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n2/1806-3446-ptp-32-02-e322211.pdf. Acesso em: 11 mai. 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. O Impacto das Habilidades Sociais para a Depressão em Estudantes Universitários. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 32, n. 4, p. 1-8, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n4/1806-3446-ptp-32-04-e324212.pdf. Acesso em: 11 mai. 2021.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo***.* Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, O. **A miséria do mundo***.* Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, A. S.; BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. The Predictors of Graduation: Social Skills, Mental Health, Academic Characteristics. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 27, n. 66, p. 117-125, jan. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2017000100117. Acesso em: 11 mai. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: **Presidência da República**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010: dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, n. 5, p. 261.794, jul. 2010.

BROIDE, E. E. Porosidades Clínicas: diálogos entre a psicanálise e a saúde coletiva. In: BROIDE, J.; BROIDE, E. E. **A Psicanálise em Situações Sociais Críticas**: Metodologia Clínica e Intervenções. São Paulo: Escuta, 2016.

BROIDE, J. A Construção de Dispositivos Clínicos. In: BROIDE, J.; BROIDE, E. E. **A Psicanálise em Situações Sociais Críticas**: Metodologia Clínica e Intervenções. São Paulo: Escuta, 2016a.

BROIDE, J. A Transferência e o Território: algumas considerações. In: BROIDE, J.; BROIDE, E. E. **A Psicanálise em Situações Sociais Críticas**: Metodologia Clínica e Intervenções*.* São Paulo: Escuta, 2016b.

BROIDE, J. **Psicanálise:** nas Situações Sociais Críticas - Violência, Juventude e Periferia: em uma Abordagem Grupal*.* Curitiba: Juruá, 2010.

BROIDE, J.; BROIDE, E. E. **A Psicanálise em Situações Sociais Críticas**: Metodologia Clínica e Intervenções*.* São Paulo: Escuta, 2016.

CAMPOS, C. R. F.; OLIVEIRA, M. L. C.; MELLO, T. M. V. F.; DANTAS, C. R. Academic performance of students who underwent psychiatric treatment at the students' mental health service of a Brazilian university. **São Paulo Medical Journal**, São Paulo, v. 135, n. 1, p. 23-8, 2017. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-31802017000100023. Acesso em: 11 mai. 2021.

CASTANHO, P. Uma Introdução aos Grupos Operativos: Teoria e Técnica. **Vínculo**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-60, jun. 2012. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000100007. Acesso em: 11 mai. 2021.

CASTANHO, P. Sobre a questão da tarefa no grupo: aspectos psicanalíticos e psicossociais. In: OKAMOTO, M.Y.; EMÍDIO, T. S. (org.). **Perspectivas psicanalíticas atuais para o trabalho com grupos e famílias na Universidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

CASTANHO, P. **Uma Introdução Psicanalítica ao Trabalho com Grupos em Instituições**. São Paulo: Linear B, 2018.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERCHIARI, E. A. N.; CAETANO, D.; FACCENDA, O. Utilização do Serviço de Saúde Mental em uma universidade pública. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 25, n. 2, p. 252-265, 2005a. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n2/v25n2a08.pdf. Acesso em: 11 mai. 2021.

CERCHIARI, E. A. N.; CAETANO, D.; FACCENDA, O. Prevalência de Transtornos mentais menores em estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, n. 3, p. 1413-420, 2005b. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000300010. Acesso em: 11 mai. 2021.

CHIAPETTI, N.; SERBENA, C. A. Uso de álcool, tabaco e drogas por estudantes da área de saúde de uma Universidade de Curitiba. **Psicologia**: Reflexão e Crítica*,* v. 20,

n. 2, p. 303-313, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000200017. Acesso em: 11 mai. 2021.

A EXPERIÊNCIA CRUSPIANA. Direção: Nilson Couto. Narração: Getulio Alencar. Produção: Ricardo Magner. Edição: Celio Grandes. 1986. Vídeo online (26 min). Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=QD1XXfFS_1M. Acesso em: 5 set. 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

EIGUER, A. A apropriação do espaço da casa. **Interações**, São Paulo, v. V, n. 10, p. 11-24, jul./dez., 2000. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35401002. Acesso em: 11 mai. 2021.

EIGUER, A. As duas peles da casa. In: GOMES, I. C..; FERNANDES, M. I. A. (org.). **Diálogos psicanalíticos sobre família e casal**: as vicissitudes da família atual, v. 2. São Paulo: Zagodoni, 2014.

FACUNDES, V. L. D.; LUDERMIR, A. B. Common mental disorders among health care students. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 194-200, set. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462005000300007. Acesso em: 11 mai. 2021.

FERNÁNDEZ, A. M. **O campo grupal**: notas para uma genealogia. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FERIGATO, S. H.; CARVALHO, S. R. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. **Interface**: Comunicação Saúde Educação, Botucatu, v. 15, n. 38, p. 663-675, jul./set. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/icse/v15n38/aop3411.pdf. Acesso em: 11 mai. 2021.

FERNANDES, M. I. A. Os sentidos do morar. In: DEBIAGGI, S. D. D.; PAIVA, G. J. (org.). **Psicologia, e/imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FERRARI, N. **Acorda, CRUSP! O Choque tá aqui!**. Jornal do Campus, São Paulo, 23 jul. 2016. Disponível em: http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2016/06/acorda-crusp-o-choque-ta-aqui/. Acesso em: 21 fev. 2021.

FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v39n70/v39n70a17.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

FIGUEIREDO, R. M.; OLIVEIRA, M. A. P. Necessidades de estudantes universitários para implantação de um serviço de orientação e educação em saúde mental. *Rev*

Latino-am enfermagem, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 5-18, jan. 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v3n1/v3n1a02.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

FREUD, S. (1916). Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica. In: FREUD, S. **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: FREUD, S. **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1922). Dois verbetes de enciclopédia. In: FREUD, S. **Obras Psicológicas Completas**: Edição Standard Brasileira*.* Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1936). Um distúrbio de memória na Acrópole. In: FREUD, S. **Obras Psicológicas Completas:** Edição Standard Brasileira*.* Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FURTOS, J. Précarité du monde et souffrance psychique. Dossier La souffrance psychique. **Rhizome** - Bulletin national santé mentale et précarité, n. 5, jul. 2001. Disponível em: https://www.orspere-samdarra.com/2001/precarite-du-monde-et-souffrance-psychique/. Acesso em: Acesso em: 12 mai. 2021.

FURTOS, J. Les effets cliniques de la souffrance psychique d'origene sociale. **Mentalidées**, n. 11, p. 26-33, set. 2007. Disponível em: http://www.ch-le-vinatier.fr/documents/Publications/Articles_RECHERCHE_Orspere-Samdarra/Les_effets_cliniques_de_la_souffrance_psychique_d_origine_sociale-J_Furtos_Sept.2007.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

FURTOS, J. (org.). **Les cliniques de la précarité**: contexte social, psychopathologie et dispositifs. Paris: Elsevier Masson, 2008.

FURTOS, J. La Précarité et ses effets sur la santé mentale. Éditions Cazaubon. **Le Carnet PSY**, n. 156, p. 29-34, set./out. 2011. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-le-carnet-psy-2011-7-page-29.htm. Acesso em: 12 mai. 2021.

FURTOS, J. An introduction to the pathologies of the precarity: the self exclusion syndrome. Program IGP, 2012. **Amrita Institute of Medical Sciences Cochin Kerala**. Índia, n. 17, jan. 2012.

GARRIDO, E. M.; MERCURI, E. N. G. S. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. v. 17, n. 1, p. 87-95, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/pee/v17n1/a09v17n1.pdf. Acesso em: 11 mai. 2021.

GEMELGO, F. A. K; BARROS, D. D. Sentimento de desterritorialização e o desafio da autoestima na experiência da moradia estudantil. **Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 4, p. 803-814, 2015. Disponível em:

http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1266. Acesso em: 11 mai. 2021.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação Política: humilhação social. In: SOUZA, B. P. (org.). **Orientação à Queixa Escolar**. Ed. Casa do Psicólogo, 2007.

GRANER, K. M.; RAMOS-CERQUEIRA, A. T. A. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 4, p. 1327-1346, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csc/v24n4/1413-8123-csc-24-04-1327.pdf. Acesso em: 11 mai. 2021.

JORNAL DA USP. **Conselho Universitário aprova tabela de vagas para o Vestibular de 2020**, São Paulo, 25 jun. 2019. Disponível em: https://jornal.usp.br/institucional/conselho-universitario-aprova-tabela-de-vagas-para-o-vestibular-de-2020/. Acesso em 10 jul. 2020.

JORNAL DA USP. **USP alcança meta de inclusão social em 2020 e tem mais alunos de escolas públicas**, São Paulo, 28 jul. 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/institucional/usp-alcanca-meta-de-inclusao-social-em-2020-e-tem-mais-alunos-de-escolas-publicas/. Acesso em 25 jan. 2021.

JORNAL DO CAMPUS. **Moradores do CRUSP perdem direito ao Passe Livre e desconto na tarifa**, São Paulo, 19 mar. 2019. Disponível em: http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/03/moradores-crusp-direito-passe-livre/. Acesso em: 21 fev. 2021.

KAËS, R. **Crisis, Ruptura y Superación**: análisis transicional en psicoanálisis individual y grupal. Buenos Aires: Ediciones Cinco, 1982.

KAËS, R. **As Teorias Psicanalíticas do Grupo**. Lisboa: Climepsi Editores, 2003.

KAËS, R. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados**: transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KAËS, R. **Um singular plural**: a psicanálise à prova do grupo. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2010.

KAËS, R. Le Malêtre dans l aculture de notre temps. In: KAËS, R. **Crises et traumas à l'épreuve du temps**. Paris: Dunod, 2015.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a03v19n1.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

LAMEU, J. N.; SALAZAR, T. L.; SOUZA, W. F. Prevalência de sintomas de stress entre graduandos de uma universidade pública. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 42, p. 13-22, jun. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n42/n42a02.pdf. Acesso em: 11. mai. 2021.

LANDMAN, P. **Tous hyperactifs? L'incroyable épidémie de troubles de l'attention**. Paris: Albin Michel, 2015.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LARANJO, T. H. M. **O CRUSP**: processos de socialização e consumo de drogas. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LARANJO, T. H. M.; SOARES, C. B. Moradia Universitária: processos de socialização e consumo de drogas. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 6, p. 1027-34, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n6/10.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

LEÃO, T. M., IANNI, A. M. Z., GOTO, C. S. Individualização e sofrimento psíquico na Universidade: entre a clínica e a empresa de si. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 9, vol. 2, p. 131-143, 2019a. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1250. Acesso em: 12 mai. 2021.

LEÃO, T. M.; IANNI, A. M. Z.; GOTO, C. S. Sofrimento Psíquico e a Universidade em tempos de crise estrutural. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 44, v. 17, 2019b. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45212. Acesso em: 12 mai. 2021.

LIMA, E. M. F. A; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 593-606, jul./set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042014000300593&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 mai. 2021.

LIMA, M. C. P.; DOMINGUES, M. S.; CERQUEIRA, A. T. A. R. Prevalência e fatores de risco para transtornos mentais comuns entre estudantes de medicina. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. 6, p. 1035-41, dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000700011. Acesso em: 12 mai. 2021.

MATHEUS, T. C. Por uma política de saúde numa instituição privada de formação universitária. **Vínculo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 37-44, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v8n2/a06.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

MOREIRA, A. F. *et al*. **Relatório da Comissão contra a Violência de Gênero do CRUSP**, 2017. Disponível em: https://www.fearp.usp.br/images/acolhimento/Relat%C3%B3rio_Com_Viol%C3%AAncia_G%C3%AAnero_no_Crusp_28_mar_2017.pdf. Acesso em 01 abr. 2021.

MEC/INEP. **Resumo técnico**: Censo da Educação Superior 2016. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

MENDES, R.; PEZZATO, L. M.; SACARDO, D. P. Pesquisa-intervenção em promoção da saúde: desafios metodológicos de pesquisar “com”. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1737-1745, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n6/1413-8123-csc-21-06-1737.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

MILAN, L. R.; ARRUDA, P. C. V. Assistência psicológica ao estudante de medicina: 21 anos de experiência. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 90-4, jan./fev. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ramb/v54n1/27.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

NEVES, M. C. C. N.; DALGALARRONDO, P. Transtornos Mentais auto-referidos em estudantes universitários. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 237-244, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v56n4/a01v56n4.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

NETO, J. C. M. (1966). Tecendo a manhã. In: NETO, J. C. M. **A Educação pela Pedra e outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

OLIVEIRA, M. L. C.; DANTAS, C. R.; AZEVEDO, R. C. S.; BANZATO, C. E. M. Demographics and complaints of university students who sought help at a campus mental health service between 1987 and 2004. **São Paulo Medical Journal**, São Paulo, v. 126, n. 1, p. 58-62, jan. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-31802008000100011. Acesso em: 12 mai. 2021.

OLIVEIRA, C. D. **Qual cuidado demanda o CRUSP?: uma cartografia clínica via narrativa**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ONOCKO-CAMPOS, R. Saúde mental na atenção básica. In: CAMPOS, G. W. S.; GUERRERO, A. V. P. **Manual de Práticas em Atenção Básica**. São Paulo: Hucitec, 2010.

ONOCKO-CAMPOS, R. **Psicanálise & Saúde Coletiva**: Interfaces. São Paulo: Hucitec, 2013.

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, suplemento 1, p. 205-218, 2015. Disponível: https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24s1/0104-1290-sausoc-24-s1-00205.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

OSSE, C. M. C.; COSTA, I. I. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 115-122, mar. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n1/a12v28n1.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

PADOVANI, R. C.; NEUFELD, C. B.; MALTONI, J.; BARBOSA, L. N. F.; SOUZA, W. F.; CAVALCANTI, H. A. F; LAMEU, J. N. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 10, n. 1, p. 2-

10, jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v10n1/v10n1a02.pdfhttps://d.docs.live.net/c1ccd3171f72f9a9/Área de Trabalho/encurtador.com.br/oBKV5. Acesso em: 12 mai. 2021.

PAIANO, M.; CIACIARE, B. C.; WAIDMAN, M. A. P.; BENTO, L. C.; COSTA, B. Cuidar e ser cuidado: a opinião de acadêmicos de enfermagem sobre um projeto de saúde mental. SMAD, **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**, v. 8, n. 2, p. 94-99, mai./ago. 2012. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v8n2/07.pdf. Disponível em: 12 mai. 2021.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PERES, R. S.; SANTOS, M. A.; COELHO, H. M. B. Atendimento psicológico a estudantes universitários: considerações acerca de uma experiência em clínica escola. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 47-57, set./dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v20n3/a04.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

PERES, R. S.; SANTOS, M. A.; COELHO, H. M. B. Perfil da clientela de um programa de pronto-atendimento psicológico a estudantes universitário. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 47-54, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/pe/v9n1/v9n1a07.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O Processo Grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINEL, J. P. (2019a). O tratamento institucional de patologias psíquicas e psicossociais de adolescentes difíceis. In: CONFERÊNCIA REALIZADA NA MESA-REDONDA “PRECARIEDADE SOCIAL E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - ADOLESCÊNCIA EM FOCO”, 24 out. 2019, São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

PINEL, J. P. (2019b). As instituições de cuidado à prova da administração gestionária. In: CONFERÊNCIA REALIZADA NA MESA-REDONDA “O SOFRIMENTO PSÍQUICO E A LÓGICA GESTIONÁRIA NAS INSTITUIÇÕES”, 23 out. 2019, São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

PORTAL CRUSP TRANSPARÊNCIA. **Visualizações Gráficas CRUSP**. 2020. Disponível em: https://crusptransparencia.github.io/graficos. Acesso em: 21 fev. 2021.

PRÉVOST, M. La souffrance psycho-sociale: regards de Jean Furtos. **Santé Conjuguée**, n. 48, abr. 2009. Disponível em: https://www.maisonmedicale.org/La-souffrance-psycho-sociale.html. Acesso em 12 mai. 2021.

REGIS, J. M. O.; RAMOS-CERQUEIRA, A. T. A.; LIMA, M. C. P.; TORRES, A. R. Social anxiety symptoms and body image dissatisfaction in medical students: prevalence and correlates. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 65-73, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852018000200065&script=sci_arttext. Acesso em: 12 mai. 2021.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n4/v23n4a10.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, set. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v4n2/08.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

ROSA, M. D. **A Clínica Psicanalítica em face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento***.* São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

ROSA, M. D.; DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 180-188, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a21.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1999. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560. Acesso em: 12 mai. 2021.

SAWICKI, W. C.; BARBOSA, D. A.; FRAM, D. S.; BELASCO, A. G. S. Consumo de álcool, qualidade de vida, Intervenção Breve entre universitários de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, supl. 1, p. 547-55, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v71s1/pt_0034-7167-reben-71-s1-0505.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

SCHWARTZMAN, S. A universidade primeira do Brasil: entre a *intelligentsia*, padrão internacional e inclusão social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, jan./abr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28633.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

SOULET, M. H. La souffrance sociale, pathologie des societés contemporaines. **Étique Publique**, Dossier: La souffrance au travail, v. 11, n. 2, p. 72, 2009. Disponível em: https://journals.openedition.org/ethiquepublique/107. Acesso em: 12 mai. 2021.

SOUZA, M. V. C.; LEMKUHL, I.; BASTOS, J. L. Discriminação e sofrimento psíquico de graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 525-537, jul./set. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2015000300525&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 12 mai. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Coordenadoria do Espaço Físico. **A Recuperação do CRUSP**. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.sef.usp.br/wp-content/uploads/sites/52/2015/05/SP-PD-CRUSP_-2009.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Superintendência de Assistência Social - SAS. **Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE)**. c2017. Disponível em: https://sites.usp.br/sas/papfe/. Acesso em 10 jul. 2020.

VACHERET, C. O grupo, o objeto mediador e o acesso ao pensamento metafórico. In: ABUD, C. C. (org.). **A subjetividade nos grupos e instituições**: constituição, mediação e mudança. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. Sofrimento social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 743-768, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/09.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

YASUI, S.; EMERICH, B. F. Pesquisa que se constrói na travessia: notas reflexivas e práticas sobre a pesquisa participante. In: PAULON, S. M.; LONDERO, M. F. P. (org.). **Saúde mental na Atenção Básica**: o pesquisar como cuidado. Porto Alegre: Rede Unida, 2019.

ZALAF, M. R. R. **Reconhecimento e enfrentamento de necessidades de estudantes com uso problemático de drogas em moradia estudantil**. 2012. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-19042012-080716/publico/Marilia_Rita_Zalaf.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

ZALAF, M. R. R.; FONSECA, R. M. G. S. Na Boca do CRUSP: Programa de Prevenção e Acolhimento em caso de uso problemático de álcool e drogas. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 11, n. 4, p. 650-654, dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ean/v11n4/v11n4a15.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

ZALAF, M. R. R.; FONSECA, R. M. G. S. Uso problemático de álcool e outras drogas em moradia estudantil: conhecer para enfrentar. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. 1, p. 132-138, mar. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n1/17.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezadx moradorx do CRUSP,

Sou Vanessa Silva dos Santos, psicóloga, psicanalista, trabalhadora do Centro de Saúde-Escola Butantã e aluna de mestrado do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Gostaria de convidar você para participar de uma entrevista que será realizada como parte de meu trabalho de mestrado intitulado **"Psicanálise, saúde coletiva e escuta do território: cartografando a saúde mental na moradia estudantil da USP (CRUSP)"**, sob orientação do Prof. Dr. Pablo Castanho.

Para os objetivos deste trabalho utilizamos a psicanálise como perspectiva teórico-metodológica de pesquisa-intervenção participativa, sendo a entrevista parte dos procedimentos metodológicos. O objetivo geral da pesquisa é de cartografar as múltiplas dimensões do sofrimento psíquico universitário no território do CRUSP, contribuindo para a construção de modelos de atenção à saúde mental de estudantes que vivem em moradias estudantis universitárias.

O método específico aqui proposto consistirá na realização de uma entrevista psicológica de encontro único, por mim conduzida, na modalidade à distância (por telefone) para garantir a biossegurança em face à vigência da pandemia SARS-COV-2. É a própria pesquisadora que se responsabilizará por realizar a ligação, em horário combinado previamente, não acarretando ônus financeiro para a pessoa entrevistada. É fundamental que você escolha, no âmbito da moradia, um local sigiloso, confortável e protegido de interrupções para que a conversa aconteça de maneira fluida. Tal recomendação aplica-se também à pesquisadora. É desejável também, se possível, a utilização de fones de ouvido, que serão também utilizados pela pesquisadora (como reforço do sigilo proposto).

A entrevista possui duração aproximada de 1 hora, e se dá a partir de uma pergunta única: "Como é para você viver no CRUSP (neste momento)?", buscando possibilitar uma investigação acerca da experiência de vida na moradia estudantil, entendendo a escuta ao mesmo tempo como uma ferramenta de intervenção que favorece transformações. A entrevista não será gravada; a pesquisadora realizará um registro por escrito da conversa imediatamente após seu término.

Em relação à participação na entrevista, cabe ressaltar que, por se tratar de um processo que pode demandar envolvimento emocional, existe o risco de que surja algum desconforto, bem como sentimento de exposição e/ou conflitos intrapsíquicos. Compreende-se que esses riscos fazem parte da metodologia de trabalho, de maneira que o manejo dessas situações será feito dentro do espaço da entrevista. Caso haja necessidade, coloco-me à disposição em outros momentos para conversar sobre quaisquer dificuldades relativas à participação na entrevista, podendo sugerir acompanhamento no Centro de Saúde-Escola Butantã ou buscar outros dispositivos de assistência em saúde à pessoa participante, conforme a demanda.

Há benefícios previstos a partir do desenvolvimento desta pesquisa: acredita-se que este trabalho pode subsidiar ações que venham a melhorar as condições de vida no CRUSP, especialmente em termos de saúde mental. Além disso, mesmo após o encerramento do tempo designado para esta pesquisa, há perspectivas de que a pesquisadora se mantenha em contato com as necessidades de saúde mental dos moradores do CRUSP no âmbito do trabalho já desenvolvido no Centro de Saúde-Escola Butantã, de forma que haverá alguma continuidade no cuidado proposto.

Enfatizo que a participação nesta pesquisa é voluntária, por isso é importante que saiba que o seu consentimento em participar da pesquisa pode ser retirado a qualquer momento.

É garantida a manutenção do sigilo e da privacidade das pessoas participantes durante todas as fases da pesquisa.

Como toda pesquisa científica, é importante que esta seja divulgada. Assim, os dados parciais e finais obtidos nesta pesquisa serão publicados e poderão ser apresentados em eventos científicos. Nesses casos utilizaremos nomes fictícios e/ou outras alterações que se fizerem necessárias para que não seja possível identificar nenhuma das pessoas participantes nem tampouco pessoas mencionadas, mantendo o compromisso com o sigilo.

Há garantia de ressarcimento das despesas tidas pelas pessoas participantes da pesquisa e dela decorrentes, bem como garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Como sou a responsável por esta pesquisa, em caso de dúvidas, você pode me contatar diretamente. Pode fazê-lo através de meu celular (11) 99429-8893 ou

pelo e-mail santos.vanessa@usp.br. Meu endereço institucional é Avenida Vital Brasil, 1490, Butantã – CEP 05503-000, São Paulo/SP.

Este estudo tem a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), que você também pode contatar diretamente pelo telefone (11) 3091-4182, pelo e-mail ceph.ip@usp.br ou presencialmente no endereço Av. Professor Mello Moraes, 1721, Bloco G, 2º andar, sala 27, Butantã/Cidade Universitária – CEP 05508-030, São Paulo/SP. O Comitê de Ética em Pesquisa é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Considerando o Comunicado 0015188696 de 05/06/2020, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que trata de orientações para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais durante a pandemia SARS-COV-2, e tendo em vista que não haverá contato presencial entre entrevistadora e pessoa entrevistada, este TCLE será fornecido por meio eletrônico e é fundamental que cada participante da pesquisa guarde o documento em seus arquivos.

Esta pesquisa atende a todas as especificações da Resolução 510, de 07 de abril de 2016 - CONEP, que aprova as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, bem como do Comunicado 0015188696 de 05/06/2020, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que trata de orientações para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais durante a pandemia SARS-COV-2.

Eu, _____ (nome completo), RG _____, conforme assinatura abaixo, aceito participar da pesquisa **"Psicanálise, saúde coletiva e escuta do território: cartografando a saúde mental na moradia estudantil da USP (CRUSP)",** de acordo com as condições acima descritas. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

São Paulo, ____ de _____ de 2020

_____	_____
Assinatura da pessoa entrevistada	Assinatura da Pesquisadora
Nome:	(Vanessa Silva dos Santos)
RG:	